

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

IFG

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior – Pesquisador Gestor

Maxmillian Lopes da Silva – Pesquisador Orientador

Denise Talitha Soares Carneiro – Economista

Jakeline Cerqueira de Moraes – Assistente em Administração

O Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás é uma publicação do **Observatório do Mundo do Trabalho**. Esse Boletim tem como perspectiva proporcionar dados, indicadores e análises semestrais acerca da economia e do mercado de trabalho do Estado de Goiás, geral e desagregados por microrregião, tendo em vista subsidiar a atuação dos Institutos Federais (em Goiás e no Distrito Federal) e das demais instituições de ensino que atuam com educação profissional e tecnológica. O Observatório tem a responsabilidade de desenvolver metodologias, pesquisas e projetos, socializando-os junto às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, concorrendo para a consolidação da referida rede.

Os textos não assinados do Boletim são de responsabilidade do Observatório. Os textos assinados se constituem artigos de responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
----------------	---

ANÁLISE CONJUNTURAL

BALANÇO GERAL DA ECONOMIA E DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE GOIÁS – 2004-2012.....	6
----------------------------------------------------------------------------------------	---

ARTIGOS

A SAÚDE DOS PROFESSORES E DAS PROFESSORAS NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO	24
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Juscelino Polonial

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	41
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nathalia Cordeiro Laurias

RESENHAS

RESENHA DA OBRA "NO DESCOMPASSO DA METRÓPOLE"	57
-----------------------------------------------------	----

Denise Talitha Soares Carneiro

RELATÓRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO.....	61
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO DO RIO VERMELHO PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO	121
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

BALANÇO GERAL DA ECONOMIA E DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE GOIÁS – 2004-2012

A proposta deste texto é estabelecer parâmetros para análises sobre a economia e o mercado de trabalho no Estado de Goiás. Com esta finalidade dados foram agregados e construídas análises que visaram permitir melhor compreensão do quadro conjuntural do Estado nos três setores (primário, secundário e terciário).

1 ECONOMIA - DESEMPENHO SETORIAL

1.1 Setor Primário

A Tabela 1 lista os principais produtos agrícolas do Estado de Goiás, juntamente com sua produção total no Brasil e no Estado de Goiás para o período de 2002 a 2012. Os produtos que obtiveram maior crescimento percentual no Brasil no período considerado foram, em ordem decrescente: algodão (552,78%), milho (506,21%), soja (301,71%) e arroz (262,55%). Não foram encontrados dados sobre a produção de tomate para o ano de 2012, mas no período 2002-2010, seu crescimento atingiu 6.476,58%. Para o Estado de Goiás, o crescimento no período foi mais modesto, sendo que os produtos com maior crescimento foram, em ordem decrescente: cana-de-açúcar (314,4%¹), milho (142,81), soja (54,7%) e feijão (42,6%). Para o Estado, a produção de arroz apresentou queda (-98,3%)².

Tanto no Brasil quanto no Estado de Goiás, o ano de 2012 apresentou baixa produção. Em comparação com 2010, cinco dos oito produtos apresentados obtiveram taxas de crescimento negativas no Brasil (cana-de-açúcar, feijão, mandioca, soja e tomate). Essas quedas estão relacionadas com a seca que ocorreu no nordeste no período 2011/2012, a qual afetou grandes estados produtores. No Estado de Goiás, quatro dos oito produtos apresentados obtiveram taxas de crescimento negativas com relação ao ano de 2010, a saber: arroz, cana-de-açúcar, mandioca e tomate.

¹ No período 2004-2012, pois não foram encontrados dados para 2002.

² Na agricultura, uma queda na produção não possui relação muito óbvia com queda na produtividade dos fatores (como terra, fertilizantes, maquinário ou mão-de-obra), uma vez que a produção agrícola está sujeita a diversos eventos adversos, tais como pragas, fatores climáticos etc.

Tabela 1 – Produção Agrícola Obtida no Brasil e em Goiás – Principais Produtos - 2002-2012

Produtos Agrícolas	Brasil						Goiás					
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Algodão Herbáceo (em caroço)	760431	1150040	898008	1063817	2949990	4963947	301255	469794	202914	286750	180404	351014
Arroz (em casca)	3142051	3733148	2970918	2850678	11046662	11391401	10445986	13277008	11526685	11850580	110446662	181897
Cana-de-açúcar (t)	364389416	415205835	477410655	645300182	729559596	670757958	*	14080382	477595156	33401559	707148531	58348797
Feijão (em grão)	4140528	3978660	4034383	3781908	3158018	2.821405	235418	209835	268478	220449	288816	335684
Mandioca	1678029	1754875	1896509	1888859	24505542	2.414267	254512	275596	405302	471590	339046	299602
Milho (em grão)	11760965	12410677	12613094	14444582	55594828	71296478	3389532	3523279	3297193	5101543	4689453	8230149
Soja (em grão)	16359441	21538990	22047349	21057302	68549283	65700605	5405589	6091676	6017719	6604805	7252926	8364177
Tomate	62520	60152	58893	60912	4111679	*	951410	871945	759620	1148655	1377322	1145878

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da SEGPLAN/IMB – Conjuntura Econômica Goiana.

Tabela 2 – Área Colhida no Brasil e em Goiás – Principais Produtos - 2002-2012 (ha)

Produtos Agrícolas	Brasil						Goiás					
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Algodão Herbáceo (em caroço)	760431	115040	898008	1063817	829753	1379902	102185	141555	66033	72030	54870	110779
Arroz (em casca)	3142051	3733148	2970918	2850678	2722459	2370267	111492	165427	114875	100870	102945	72176
Cana-de-açúcar	5100405	5631741	6355498	8140089	9076706	9407078	434151	514587	588060	873264	1023738	697514
Feijão (em grão)	4140528	3978660	4034383	3781908	3423646	2726932	185856	185819	218616	203773	302568	132100
Mandioca	1678029	1754875	1896509	1888859	1789769	1703733	17111	18314	24474	28125	21856	18315
Milho (em grão)	11760965	12410677	12613094	14444582	12678875	14225998	731073	696324	295127	905680	906250	960792
Soja (em grão)	16359441	21538990	22047349	21057302	23327296	24937814	1902950	2591084	2492760	2180471	2315888	2560508
Tomate	62520	60152	58893	60912	67892	55592	12512	11384	9900	12849	18109	18679

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da SEGPLAN/IMB – Conjuntura Econômica Goiana.

A Tabela 2 lista os principais produtos agrícolas do Estado de Goiás, apresentando sua área colhida no Brasil e no Estado de Goiás para o período de 2002 a 2012. É possível observar que, semelhantemente à produção total, a área colhida no Brasil aumentou mais do que a do Estado de Goiás, percentualmente. Os produtos com maior extensão de área colhida no Brasil foram, em ordem decrescente: cana-de-açúcar (84,4%), algodão (81,5%) e soja (52,4%). Já em Goiás, foram: cana-de-açúcar (60,7%), soja (34,6%) e milho (31,4%).

Assim como houve baixa produção no ano de 2012, a área colhida também decresceu de 2010 a 2012. No Brasil, os produtos que obtiveram taxas de crescimento negativas foram: arroz, feijão, mandioca e tomate. Em Goiás, os produtos com taxa de crescimento negativa foram: arroz, cana-de-açúcar, feijão e mandioca. Sendo que o produto que sofreu a maior redução de sua área colhida foi o feijão, que do ano de 2010 para o ano de 2012 caiu 20,4% e 56,3% no Brasil e no Estado de Goiás, respectivamente.

A Tabela 3 lista os principais produtos agrícolas do Estado de Goiás, apresentando seu rendimento médio por área colhida no período de 2002 a 2012. Por falta de disponibilidade, os dados para o Estado de Goiás são fornecidos apenas no período de 2008 a 2012. O aumento do rendimento médio, em geral, indica melhores técnicas de plantio e colheita (como, por exemplo, mecanização e desenvolvimento do grande agronegócio), melhores fatores climáticos ou maior investimento na produção (o que geralmente ocorre quando a expectativa de lucro futuro do produto sobe, estimulando os produtores a plantarem em melhores terras, utilizar melhores adubos etc.).

Entre os produtos listados, o que apresentou maior crescimento do rendimento médio para o Brasil, no período de 2002 a 2012, foi o milho (64%)³, seguido do arroz (44,5%) e do algodão herbáceo (26,3%). Já para o período de 2008 a 2012, único disponível para o Estado de Goiás, o rendimento médio cresceu mais para o milho (22,8%), seguido do arroz (13,6%) e do feijão (13,1%). Os produtos que sofreram decréscimo foram: cana-de-açúcar (-10,1%), soja (-6,3%), algodão herbáceo (-3,9%) e mandioca (-2,8%). Para o Estado de Goiás no mesmo período, os produtos que se destacaram foram: arroz (148,8%), milho (40,7%) e algodão herbáceo (23,9%). Os

³ Esse crescimento do rendimento pode ter sido determinado por fatores como variedades transgênicas desenvolvidas pela EMBRAPA ou extensão da rotação sanitária de culturas em favor da soja. Para que seja possível determinar tais fatores seria necessário conduzir pesquisa de campo.

produtos que sofreram decréscimo no período foram: feijão (-20,2%), cana-de-açúcar (-6,2%) e soja (-0,6%).

Tabela 3 – Rendimento Médio Obtido no Brasil e em Goiás – Principais Produtos - 2002-2012 (kg/ha)

Produtos Agrícolas	Brasil					
	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Algodão Herbáceo (em caroço)	2.848	3.303	3.228	3.744	3.556	3.597
Arroz (em casca)	3.325	3.557	3.880	4.231	4.186	4.806
Cana-de-açúcar	71.443	73.726	75.118	79.274	79.375	71.304
Feijão (em grão)	740	746	857	915	924	1.035
Mandioca	13.795	13.634	14.046	14.137	13.864	13.743
Milho (em grão)	3.056	3.367	3.382	4.080	4.349	5.012
Soja (em grão)	2.574	2.300	2.380	2.813	2.939	2.635
Tomate	58.428	58.445	57.098	63.496	61.043	65.621
Produtos Agrícolas	Goiás					
	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Algodão Herbáceo (em caroço)	*	*	*	4.143	4.104	5.085
Arroz (em casca)	*	*	*	2.454	2.501	6.106
Cana-de-açúcar	*	*	*	85.461	82.914	80.204
Feijão (em grão)	*	*	*	2.299	2.439	1.834
Mandioca	*	*	*	16.110	16.011	18.491
Milho (em grão)	*	*	*	5.496	5.547	7.802
Soja (em grão)	*	*	*	2.940	2.966	2.923
Tomate	*	*	*	77.641	75.603	86.822

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da SEGPLAN/IMB – Conjuntura Econômica Goiana.

*Dado não encontrado.

1.2 Setor Secundário

A Tabela 4 apresenta o desempenho da atividade industrial, no Brasil e em Goiás, nos meses de maio para o período de 2002 a 2012. A categoria “Indústria Geral” agrega as duas demais, ou seja, a Indústria Extrativa e Indústria de Transformação.

Em todas as categorias houve uma interrupção do crescimento no ano de 2009 devido à crise internacional, mas retomaram seu crescimento posteriormente. Todavia, em termos nacionais, ocorreu nova queda em 2012 na Indústria em geral e na Indústria de Transformação, enquanto que no Estado de Goiás esses crescimentos se mantiveram, ainda que modestos.

É possível notar que, proporcionalmente, a atividade industrial de Goiás apresentou um crescimento maior do que a do Brasil no período de 2002 a 2012⁴. Tal realidade pode estar relacionada com a ampliação da participação do Estado de Goiás na produção de bens intensivos no uso de recursos naturais, sobretudo no setor de alimento e bebidas.

Tabela 4 – Atividade Industrial no Brasil e em Goiás – maio/02 – maio/12 (Ano-Base 2002 = 100⁵)

	Brasil			Goiás		
	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
maio/02	100,48	102,12	100,39	97,65	93,4	98
maio/03	99,26	109,4	98,73	99,65	125,41	97,49
maio/04	107,86	108,36	107,83	113,01	109,98	113,27
maio/05	114,06	125,53	113,46	114,61	131,88	113,16
maio/06	119,55	133,87	118,81	125,25	132,52	124,64
maio/07	125,48	138,25	124,82	124,45	143,76	122,83
maio/08	128,54	148,56	127,49	134,23	151,9	132,74
maio/09	114,15	127,5	113,46	128,23	143,91	126,92
maio/10	131,05	147,49	130,2	157,15	153,49	157,45
maio/11	134,31	151,83	133,39	172,55	168,4	172,9
maio/12	128,51	155,13	127,12	181,56	164,32	183,01

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE – Séries Históricas e Estatísticas.

A representatividade da Indústria de Transformação na Indústria Geral tem decrescido desde 2010, devido ao maior crescimento da Indústria Extrativa, decorrente principalmente do aumento da extração de minerais metálicos, petróleo e gás natural. De acordo com relatório do IBGE, essa elevação se deve aparentemente à conjuntura internacional favorável ao setor.

Em 2011, a subcategoria que mais adicionou valor à Indústria Geral foi a de fabricação de produtos alimentícios (12,6%). Ainda de acordo com o IBGE, esse

⁴ No entanto, é necessário notar que essa variação não é precisa. Segundo nota do próprio IBGE: “A comparabilidade dos dados das pesquisas dos censos industriais e das pesquisas intercensitárias, ou a comparabilidade entre ambas, exige cautela, visto que a existência, dentre outros, de problemas de ordem conceitual, ou aqueles gerados pelo uso de diferentes fontes de dados ao longo de um período.”

⁵ O ano-base da série é 2002, considerado como 100. Os demais estão representados como variações em relação ao ano-base.

fenômeno foi favorecido pela manutenção do mercado consumidor interno e pela expansão do mercado externo.

1.3 Setor Terciário

O Gráfico 1 apresenta o volume de vendas no comércio varejista nos meses de maio, no Brasil e em Goiás, no período de 2003 a 2013 (tomando o ano de 2011 como base). Não foi encontrado o valor no Estado de Goiás para o ano de 2003. É possível observar que o índice apresentou crescimento tanto no Brasil quanto no Estado de Goiás no período analisado, inclusive para o período 2008-2009, ou seja, apesar da crise internacional ter afetado o crescimento do volume de vendas no comércio varejista ampliado, teve curso um crescimento do mesmo. Deve-se ressaltar a particularidade de Goiás suplantar, proporcionalmente, o volume de crescimento nacional a partir de janeiro de 2011.

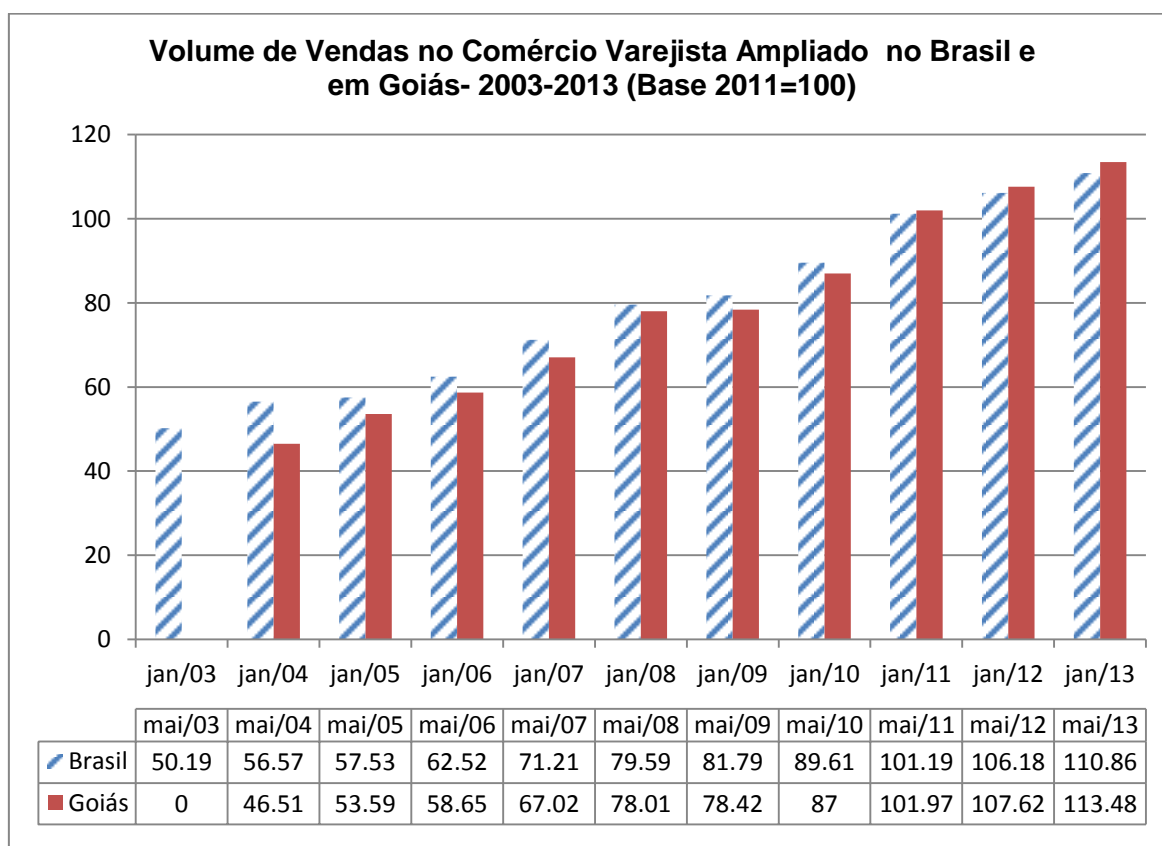


Gráfico 1 – Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado no Brasil e em Goiás – 2012/1 – 2013/1 (Base 2011 = 100)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

2 COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL

De acordo com Phelps (1965), a força de trabalho civil é, possivelmente, o indicador mais importante de prosperidade nacional. O trabalho de uma pessoa geralmente determina não só sua renda e seu padrão de vida, mas até seus vínculos sociais durante a vida.

Aqui tratamos apenas dos trabalhadores com vínculo empregatício formal, disponibilizados pela RAIS/MTE. Esses dados excluem trabalhadores do mercado informal, como autônomos não registrados e pessoas que trabalham nos negócios da família, muitas vezes sem nenhuma remuneração direta.

A Tabela 5 apresenta dados para o Brasil e para o Estado de Goiás referentes à porcentagem dos trabalhadores distribuídos nos setores de indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária. Os dados referentes à remuneração total dos trabalhadores também se encontram distribuídos por setor, permitindo a comparação entre o percentual de trabalhadores no setor com o percentual da remuneração dos trabalhadores no setor.

O setor de serviços concentra remunerações mais altas, tanto no Brasil quanto no Estado de Goiás, o que é um indicador de que os trabalhadores desse setor são, em geral, bem remunerados em comparação aos demais setores. Já a agropecuária não concentra altas remunerações, mas concentra um número de trabalhadores alto, indicando que os trabalhadores desse setor são, em geral, remunerados precariamente em relação aos demais setores⁶.

Tabela 5 – Total dos Trabalhadores e de sua Remuneração Desagregados por Setor - Brasil e Goiás – 2011 (%)

	Brasil		Goiás	
	Trabalhadores	Remuneração	Trabalhadores	Remuneração
Indústria	18,9	20	17,5	16,6
Construção Civil	5,9	5	5,9	5,3
Comércio	19,1	12,7	19,2	13,5
Serviços	52,9	60,5	51,4	60
Agropecuária	3,2	1,8	6,1	4,6
Total	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

⁶ Essas análises são úteis para fornecer um panorama geral do setor, no entanto, como levam em conta apenas dois fatores (a concentração de trabalhadores e a concentração de remuneração), não permitem inferências mais profundas. Outros fatores são igualmente importantes para uma análise mais profunda da conjuntura, como nível de escolaridade, disparidade entre os salários dentro do setor etc.

2.1 Setor Primário

O Gráfico 2 apresenta a taxa de crescimento dos empregos formais no Brasil e no Estado de Goiás para o setor de agropecuária no período compreendido entre os anos de 2002 e de 2011. Deve-se salientar que a oferta de empregos formais no Setor Primário apresentou grande oscilação ao longo do período, tanto no Brasil quanto em Goiás.

Para o Brasil, houve tendência de queda dos empregos formais nesse setor, sobretudo entre 2006 e 2010, quando teve início uma retomada na oferta de emprego. Conforme é possível verificar, esse setor cresceu, proporcionalmente, mais no Estado de Goiás do que no Brasil. Isso se deve, entre outros fatores, ao perfil agroexportador do Estado e ao progressivo crescimento da importância econômica dessa atividade internacionalmente.

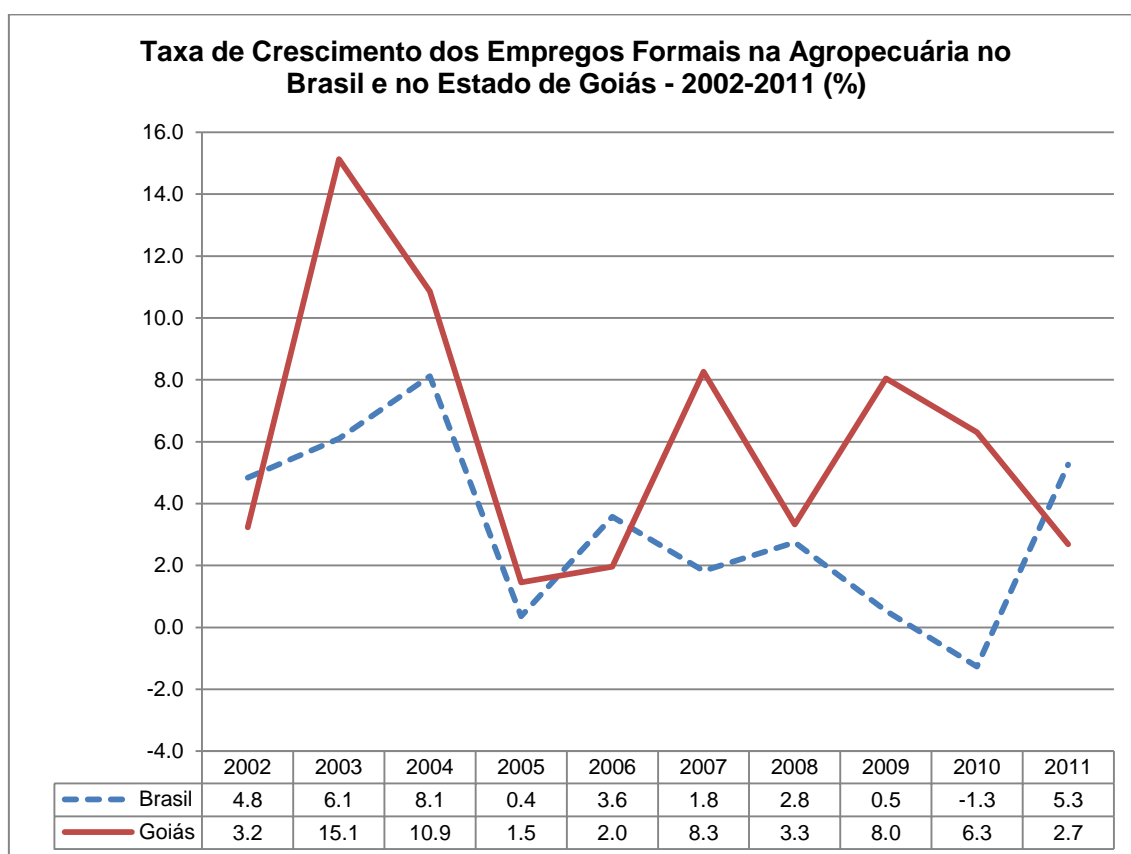


Gráfico 2 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais na Agropecuária no Brasil e no Estado de Goiás – 2002-2011 (%)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Para a maior parte dos trabalhadores da atividade agropecuária que possuem vínculos formais de trabalho, esse vínculo é regido pela CLT (95,35% e 94,86%⁷). É um setor com forte predominância de trabalhadores do sexo masculino (83,1% e 83,87%⁸), entre os 30 e os 49 anos (52,66% e 55,34%⁹). O setor de atividade agropecuária possui o maior número de trabalhadores analfabetos e com o nível de escolaridade mais baixa (72,81% e 68,17%¹⁰ possuem, no máximo, até o ensino fundamental completo). Também é o setor com o menor nível de remuneração, bem como com o menor número de trabalhadores formais (embora seja o segundo menor no Estado de Goiás, onde o menor número se encontra na construção civil)¹¹.

2.2 Setor Secundário

O setor secundário inclui o setor industrial (indústria geral) e a construção civil, os quais foram desagregados neste texto para uma análise mais abrangente a respeito da variabilidade dos vínculos formais de trabalho.

O Gráfico 3 apresenta a taxa de crescimento dos empregos formais vinculados à indústria no período de 2002 a 2011, no Brasil e no Estado de Goiás. A taxa de crescimento do Estado de Goiás superou a do Brasil durante todo o período. Em ambos, o crescimento foi bastante afetado pela crise internacional no período 2008/2009.

⁷ Para o Brasil e para o Estado de Goiás, respectivamente.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Dados da RAIS referentes ao ano de 2011, disponíveis no anexo.

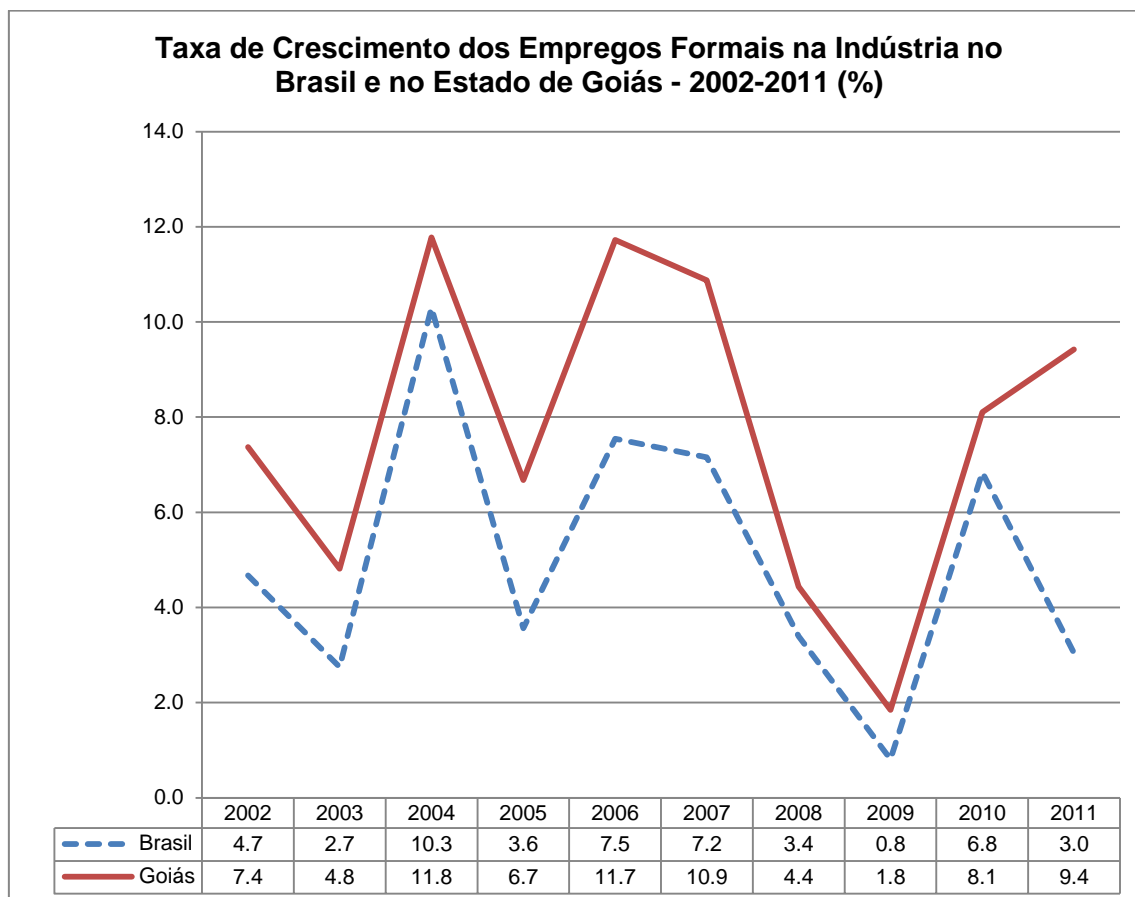


Gráfico 3 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais na Indústria no Brasil e no Estado de Goiás – 2002-2011 (%)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Para a maior parte dos trabalhadores da Indústria que possuem vínculos formais de trabalho, esse vínculo é regido pela CLT (97,3% para o Brasil e 97,22% para o Estado de Goiás). É um setor com forte predominância de trabalhadores do sexo masculino (70,07% e 71,01%)¹², entre os 30 e os 39 anos (30,13% e 30,02%)¹³. Assim como todos os setores, com exceção da agropecuária, a faixa de escolaridade que mais concentra trabalhadores é a do ensino médio completo (43,93% e 40,12%)¹⁴. O setor é o segundo em contratação de trabalhadores com ensino superior completo (8,15% e 5,82%)¹⁵, ultrapassado apenas pelo setor de serviços¹⁶.

O Gráfico 4 apresenta a taxa de crescimento dos empregos formais na construção civil no Brasil e no Estado de Goiás, do ano de 2002 ao ano de 2011. Comparativamente, as oscilações no crescimento foram muito mais significativas no

¹² Para o Brasil e para o Estado de Goiás, respectivamente.

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ Dados da RAIS referentes ao ano de 2011, disponíveis no anexo.

Estado de Goiás. Deve-se destacar que a expansão do crédito promovida pela política monetária do Governo Federal, incluindo programas de financiamento de imóveis, contribuiu para o bom desempenho da indústria de construção civil no período.

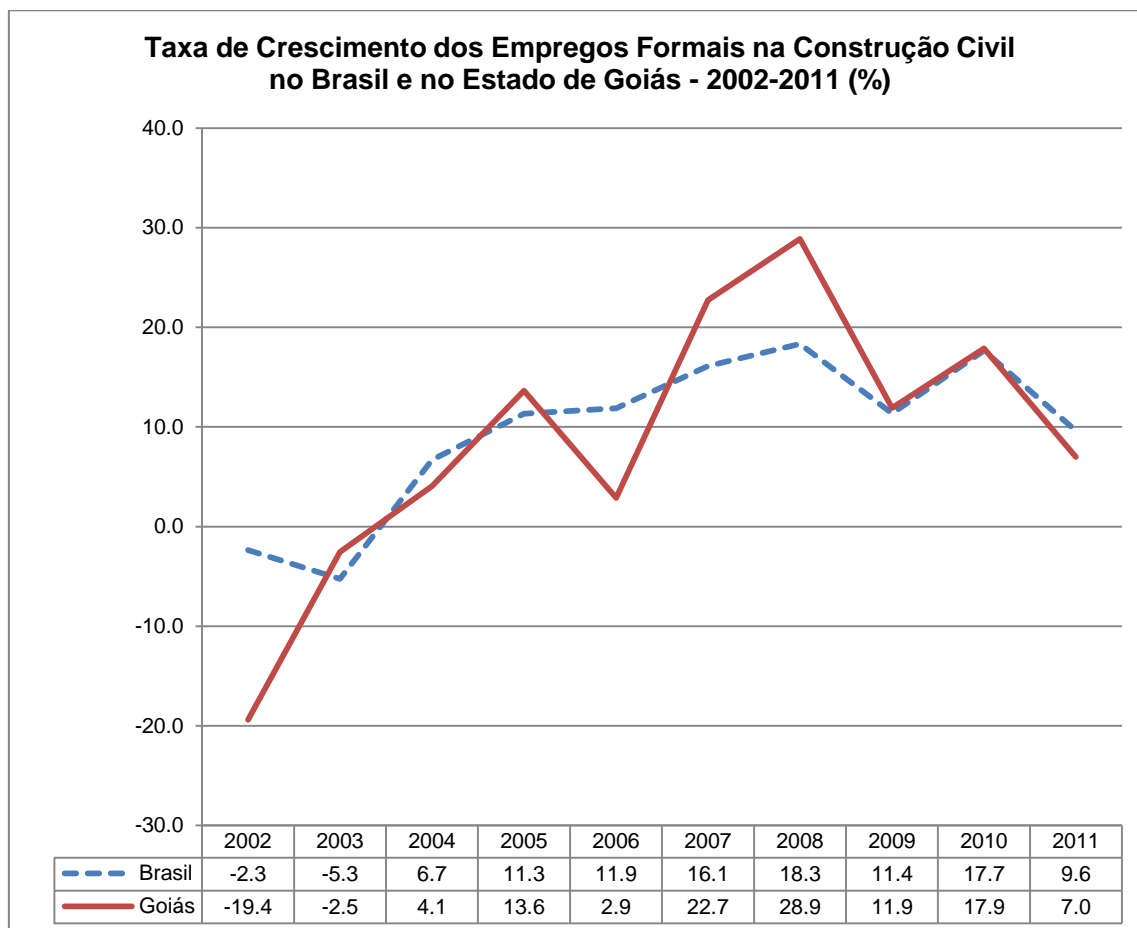


Gráfico 4 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais na Construção Civil no Brasil e no Estado de Goiás – 2002-2011 (%)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

De acordo com dados da RAIS/MTE referentes ao ano de 2011, para a maior parte dos trabalhadores da construção civil que possuem vínculos formais de trabalho, esse vínculo é regido pela CLT (95,31% para o Brasil e 98,49% para o Estado de Goiás). É o setor que possui a mais forte predominância de trabalhadores do sexo masculino (92,5% e 92,36%)¹⁷, entre os 30 e os 39 anos (29,28% e 29,43%)¹⁸. Assim como todos os setores, com exceção da agropecuária, a faixa de escolaridade que mais

¹⁷ Para o Brasil e para o Estado de Goiás, respectivamente.

¹⁸ *Idem*.

concentra trabalhadores é a do ensino médio completo (30,65% e 23,15%, ambas as porcentagens abaixo da média geral dos cinco setores analisados)¹⁹.

2.3 Setor Terciário

O Setor Terciário foi desagregado em setor de serviços e setor de comércio para compor esta análise. Isto facilita e expande a análise da conjuntura do mercado de trabalho da região.

O Gráfico 5 apresenta a taxa de crescimento dos empregos formais no setor de comércio no Brasil e no Estado de Goiás para o período de 2002 a 2011. O setor de comércio apresentou crescimento com oscilações moderadas no Brasil, e mais intensas no Estado de Goiás.

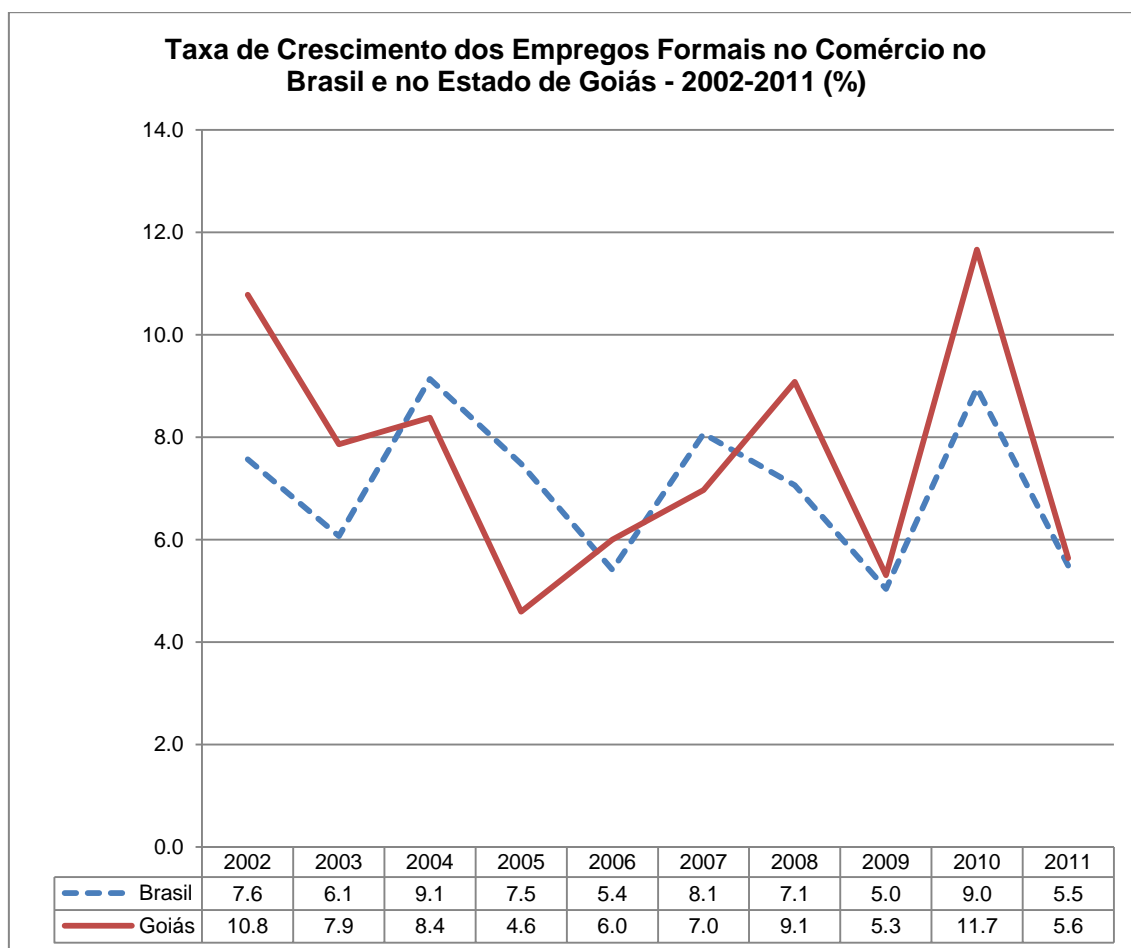


Gráfico 5 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais no Comércio no Brasil e no Estado de Goiás – 2002-2011 (%)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

¹⁹ *Idem.*

De acordo com dados da RAIS/MTE para o ano de 2011²⁰, para a maior parte dos trabalhadores do setor de Comércio que possuem vínculos formais de trabalho, esse vínculo é regido pela CLT (98,73% para o Brasil e 99,15% para o Estado de Goiás). É o setor com a segunda maior participação feminina, perdendo apenas para o setor de Serviços, no entanto, esta ainda é mais baixa do que a masculina (a participação feminina é 42,86% e 40,34%)²¹. A maior parte dos trabalhadores são jovens, entre os 18 e os 39 anos (75,41% e 77,91%)²². No Estado de Goiás, a faixa etária que mais agrega trabalhadores é a de 18 a 24 anos (30,45%). É o segundo setor com maior nível de escolaridade, perdendo apenas para o setor de Serviços, assim como todos os setores, com exceção da agropecuária, a faixa de escolaridade que mais concentra trabalhadores é a do ensino médio completo (57,83% e 54,66%)²³.

O Gráfico 6 apresenta a taxa de crescimento dos empregos formais no setor de serviços para o Brasil e para o Estado de Goiás no período de 2002 a 2011. A instabilidade no setor de serviços foi maior do que a do setor do comércio. Para o Estado de Goiás, essa variação foi de 2,3% (taxa mais baixa) para 10,6% (taxa mais alta). No Brasil, a variação foi menor, variando de 2,5% (taxa mais baixa) para 6,2% (taxa mais alta).

²⁰ Os dados estão disponíveis no Anexo.

²¹ Para o Brasil e para o Estado de Goiás, respectivamente.

²² *Idem.*

²³ *Idem.*

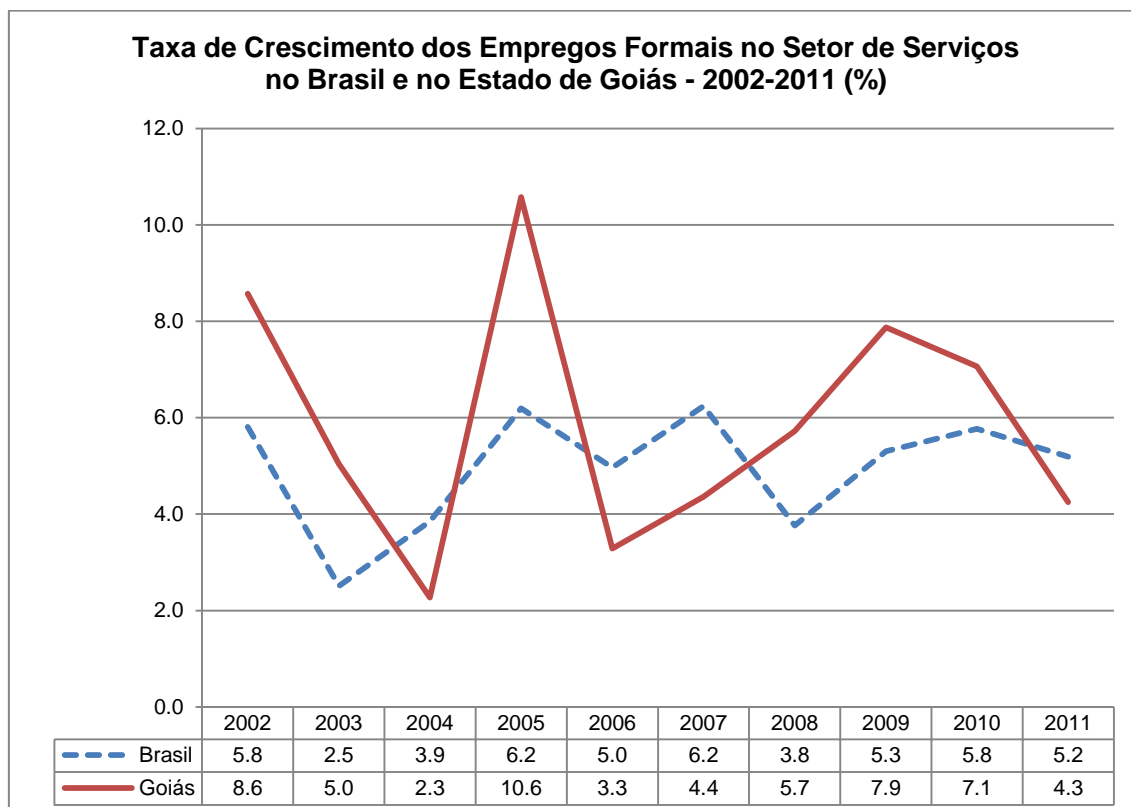


Gráfico 6 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais no Setor de Serviços no Brasil e no Estado de Goiás – 2002-2011 (%)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Para a maior parte dos trabalhadores do setor de serviços que possuem vínculos formais de trabalho, esse vínculo é regido pela CLT (61,48% para o Brasil e 49,86% para o Estado de Goiás), mas também é o setor com maior predominância de trabalhadores estatutários (35,38% e 45,65%)²⁴. É o único setor cuja participação feminina supera a masculina (51,16% e 53,94%)²⁵ e também o que possui a maior predominância de trabalhadores mais velhos, acima de 40 anos (42,77% e 42,58%)²⁶. Assim como todos os setores, com exceção da agropecuária, a faixa de escolaridade que mais concentra trabalhadores é a do ensino médio completo (40,72% e 33,86%)²⁷. O setor é o que mais contrata trabalhadores com ensino superior completo (25,72% e 23,64%)²⁸, em grande parte devido às profissões liberais nele abrigadas, que exigem ensino superior completo para serem exercidas (por exemplo, advogados, médicos, engenheiros e economistas)²⁹.

²⁴ Para o Brasil e para o Estado de Goiás, respectivamente.

²⁵ *Idem.*

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Idem.*

²⁹ Dados da RAIS referentes ao ano de 2011, disponíveis no anexo.

ANEXO – Tabelas

Tabela – Trabalhadores por Tipo de Vínculo no Brasil – 2011 (%)

IBGE Grande Setor	CLT U/ PJ Ind	CLT U/ PF Ind	CLT R/ PJ Ind	CLT R/ PF Ind	Estatuário	Estatuário RGPS	Estatuário não Efetivo	Avulso	Temporário	Menor Aprendiz	CLT U/ PJ Determinado	CLT U/ PF Determinado	CLT R/ PJ Determinado	CLT R/ PF Determinado	Diretor	Contrat Prazo Determinado	Contrat TMP Determinado	Contrat Lei Estadual	Contrat Lei Municipal	Total
Indústria	95,50	0,03	1,76	0,01	0,22	0,05	0,07	0,02	0,02	0,68	1,07	0,00	0,30	0,00	0,05	0,20	0,01	0,00	0,01	100
Construção Civil	95,31	2,03	0,08	0,05	0,31	0,00	0,09	0,00	0,02	0,44	1,32	0,09	0,01	0,00	0,04	0,21	0,01	0,00	0,00	100
Comércio	98,58	0,02	0,14	0,01	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,62	0,43	0,00	0,00	0,00	0,07	0,06	0,01	0,00	0,00	100
Serviços	60,52	0,76	0,16	0,02	25,80	3,61	5,97	0,31	0,77	0,50	0,48	0,01	0,00	0,00	0,04	0,14	0,09	0,22	0,60	100
Agropecuária	18,40	9,03	14,89	53,04	0,16	0,00	0,02	0,02	0,03	0,08	0,99	0,13	1,24	1,71	0,04	0,21	0,01	0,02	0,00	100
Total	75,12	0,82	0,93	1,72	13,70	1,92	3,18	0,17	0,41	0,54	0,65	0,01	0,10	0,06	0,05	0,14	0,05	0,12	0,32	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Tabela – Trabalhadores por Tipo de Vínculo no Estado de Goiás - 2011 (%)

IBGE Grande Setor	CLT U/ PJ Ind	CLT U/ PF Ind	CLT R/ PJ Ind	CLT R/ PF Ind	Estatuário	Estatuário RGPS	Estatuário não Efetivo	Avulso	Temporário	Menor Aprendiz	CLT U/ PJ Determinado	CLT U/ PF Determinado	CLT R/ PJ Determinado	CLT R/ PF Determinado	Diretor	Contrat Prazo Determinado	Contrat TMP Determinado	Contrat Lei Estadual	Contrat Lei Municipal	Total
Indústria	95,58	0,06	1,54	0,05	0,04	0,01	0,02	0,20	0,03	0,39	1,23	0,00	0,57	0,00	0,03	0,25	0,01	0,00	0,00	100
Construção Civil	95,23	2,72	0,51	0,04	0,14	0,00	0,12	0,00	0,00	0,21	0,84	0,11	0,00	0,00	0,03	0,05	0,00	0,00	0,00	100
Comércio	98,67	0,03	0,43	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,33	0,43	0,00	0,00	0,00	0,04	0,03	0,00	0,00	0,00	100
Serviços	48,70	0,85	0,22	0,08	34,28	2,41	8,97	0,25	0,73	1,10	0,33	0,01	0,00	0,00	0,02	0,08	0,06	1,55	0,34	100
Agropecuária	15,75	8,93	5,67	64,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	2,82	0,36	0,61	1,23	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	100
Total	67,22	1,16	0,84	3,96	17,63	1,24	4,62	0,17	0,38	0,71	0,69	0,03	0,14	0,08	0,03	0,09	0,04	0,80	0,17	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Tabela – Trabalhadores por Faixa Etária no Brasil – 2011 (%)

IBGE Grande Setor	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total
Indústria	0,01	1,12	19,59	18,67	30,13	19,68	10,36	0,46	100
Construção Civil	0,01	0,38	17,63	17,02	29,28	20,42	14,48	0,77	100
Comércio	0,02	2,20	27,33	20,41	27,68	14,75	7,27	0,36	100
Serviços	0,01	0,75	12,20	14,74	29,54	24,45	17,11	1,21	100
Agropecuária	0,00	0,76	14,75	15,07	29,66	22,99	15,74	1,03	100
Total	0,01	1,07	16,89	16,71	29,29	21,41	13,76	0,87	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Tabela – Trabalhadores por Faixa Etária no Estado de Goiás – 2011 (%)

IBGE Grande Setor	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total
Indústria	0,01	1,24	23,97	20,31	30,02	16,04	8,09	0,32	100
Construção Civil	0,01	0,33	18,40	17,89	29,43	20,02	13,29	0,63	100
Comércio	0,01	2,75	30,45	20,74	26,73	13,19	5,89	0,25	100
Serviços	0,02	1,29	12,25	14,41	29,46	24,06	17,12	1,40	100
Agropecuária	0,00	0,50	13,83	15,52	32,20	23,14	14,13	0,68	100
Total	0,01	1,45	18,24	16,93	29,20	20,28	12,98	0,90	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Tabela – Trabalhadores por Escolaridade no Brasil – 2011 (%)

IBGE Grande Setor	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado	Total
Indústria	0,65	4,07	4,75	10,24	14,50	10,06	43,93	3,47	8,15	0,15	0,03	100
Construção Civil	0,90	9,32	9,17	15,48	19,44	8,93	30,65	1,71	4,30	0,07	0,02	100
Comércio	0,11	1,32	2,32	5,63	12,60	11,31	57,83	3,65	5,15	0,05	0,02	100
Serviços	0,14	2,53	3,35	5,46	10,48	5,76	40,72	4,96	25,72	0,65	0,22	100
Agropecuária	3,53	18,48	17,19	17,68	15,93	7,27	16,59	0,85	2,42	0,05	0,02	100
Total	0,39	3,50	4,21	7,38	12,35	7,87	43,22	4,10	16,45	0,39	0,13	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Tabela – Trabalhadores por Escolaridade no Estado de Goiás – 2011 (%)

IBGE Grande Setor	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado	Total
Indústria	0,60	5,13	4,77	12,44	12,78	14,84	40,12	3,40	5,82	0,06	0,03	100
Construção Civil	1,23	11,00	13,32	16,06	18,40	10,70	23,15	1,87	4,22	0,04	0,00	100
Comércio	0,16	1,35	2,20	5,97	10,48	16,33	54,66	4,02	4,81	0,02	0,00	100
Serviços	0,13	3,43	4,49	7,47	10,82	11,05	33,86	4,64	23,64	0,39	0,10	100
Agropecuária	2,38	15,15	13,48	19,71	17,45	10,78	17,25	1,15	2,61	0,03	0,00	100
Total	0,42	4,49	5,17	9,30	11,95	12,69	37,30	3,93	14,49	0,22	0,06	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Tabela – Trabalhadores por Sexo no Brasil – 2011 (%)

IBGE Grande Setor	Masculino	Feminino
Indústria	70,07	29,93
Construção Civil	92,05	7,95
Comércio	57,14	42,86
Serviços	48,84	51,16
Agropecuária	83,10	16,90
Total	58,10	41,90

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Tabela – Trabalhadores por Sexo no Estado de Goiás – 2011 (%)

IBGE Grande Setor	Masculino	Feminino
Indústria	71,01	28,99
Construção Civil	92,36	7,64
Comércio	59,66	40,34
Serviços	46,06	53,94
Agropecuária	83,87	16,13
Total	58,05	41,95

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A SAÚDE DOS PROFESSORES E DAS PROFESSORAS NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO

Juscelino Polonial

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho, apesar de ser vital na produção da riqueza da sociedade, e fundamental para a formação da identidade humana, pode estar adoecendo os trabalhadores, afetando negativamente a sua qualidade de vida e, como afirma Christophe Dejours (1988), colocando em perigo a sua saúde mental. Talvez porque o capitalismo atual seja um sistema ilegível, flexível, como afirma Richard Sennett (2007) e “é bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir.” (p.9).

Mas parece que essa história do trabalhador ficar doente e esse fato estar relacionado com o seu trabalho, vem de longe, talvez com outra roupagem, e está mais nitidamente ligada às origens da Revolução Industrial no século XVIII, quando a exploração do trabalho pelo capital ganhou dimensões inéditas.

Em 1845, quando Friedrich Engels (1820-1895) publicou o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, depois de exaustivo trabalho de pesquisa, desnudou o discurso burguês de origem smithiana de que o capitalismo beneficiara os produtores da riqueza. O livro foi dedicado aos trabalhadores, justificando o autor que:

Queria conhecer-vos nas vossas casas, observar-vos na vossa existência cotidiana, falar das vossas condições de vida e dos vossos sofrimentos, testemunhar as vossas lutas contra o poder social e político dos vossos opressores. (1986, p.3)

Os relatos da pesquisa mostram a indignação do autor com as péssimas condições de vida e de trabalho da classe operária inglesa. Mais tarde, em 1848 com publicação do Manifesto Comunista, juntamente com Karl Marx (1818-1883), Engels voltaria a manifestar essa inquietação, ao afirmar que a burguesia passou a explorar o trabalhador de forma “aberta, cínica, direta e brutal” (p.367), o que justifica a organização do proletariado para buscar a sua autonomia política, econômica e social.

Respalgadas pelas ideias de Engels e Marx, a luta dos trabalhadores e a sua relação com o capital foram vistas na condição como elas se apresentam, ou seja, do conflito, e não mais da cooperação ou da submissão, como estava dado para a classe operária via ideologia burguesa. Pressionado, o capital teve que ceder e com o tempo as conquistas vieram da luta, melhorando as condições objetivas de sobrevivência. Sobre isso, como afirma Dejours: “a evolução das condições de vida e trabalho e, portanto, de saúde dos trabalhadores não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e das reivindicações operárias em geral.” (1988, p.13).

Nas origens da Revolução Industrial, o trabalhador chegava a trabalhar até 16 horas por dia e crianças de menos de dez anos eram vistas aos montes pelas fábricas insalubres do Velho Mundo. Como consequência dessa dura realidade, grande parte desses trabalhadores está, “aos 40 anos, incapacitada de trabalhar.” (Engels, 1986, p.182).

Era uma exploração explícita, a mais-valia absoluta, tanto em relação ao tempo de trabalho, quanto em relação à remuneração recebida. No entanto, com o avanço da tecnologia, o capital foi aperfeiçoando as suas formas de exploração, diminuindo o tempo de trabalho, mas aumentando na produtividade no processo de produção de mercadorias, evoluindo para a mais-valia relativa. Na verdade, assistimos à passagem de uma precarização do trabalho para a intensificação do mesmo, mas em ambos, a extração de mais-valor sendo central para a sobrevivência do capital.

Depois de dois séculos de lutas dos trabalhadores, as condições de vida e trabalho para certas categorias profissionais melhoraram, pelos menos em alguns países capitalistas avançados e até mesmo em países periféricos como o Brasil, com a publicação da legislação trabalhista, pelo menos para certas categorias de trabalhadores urbanos. Não trabalhamos mais do que oito horas semanais, temos direitos de férias remuneradas, previdência social, aposentadoria, estabilidade no emprego público. Para o setor privado o trabalhador tem o FGTS, uma garantia em caso de demissão. Ou seja, hoje, pelo menos para alguns setores da economia, existe proteção trabalhista mínima, fato inexistente nas origens da Revolução Industrial.

No entanto, o capital continua a explorar o trabalho com toda a sua voracidade, talvez hoje de uma forma mais sutil, porém não menos competente na extração da mais-valia, consolidando uma dominação mais no aspecto subjetivo e afetivo. Na fase atual do capitalismo, com a informatização global, o trabalhador já não trabalha 16 horas por dia, mas por outro lado não tem tempo certo de trabalho, porque pode estar em qualquer lugar a qualquer tempo desenvolvendo a sua atividade profissional. É possível que ele não sinta

dessa forma, afinal está fazendo parte de uma família, a empresa é “dele” e ele se sente compromissando com essa nova realidade pós-moderna. No entanto, esse mais-trabalho está deixando o trabalhador cada vez mais propício à doença.

Diante desse quadro, podemos afirmar que o trabalho hoje não está menos insalubre do que no século XVIII ou XIX, existindo uma relação próxima entre a intensificação e precarização do trabalho e o adoecimento do trabalhador. Esse processo também é visto no campo educacional com os professores. Pesquisas¹ apontam para o adoecimento docente, na medida em que ele precisa se adequar a um capitalismo cada vez mais agressivo, embora com discurso familiar na lógica toyotista.

No entanto, não há consenso sobre em que época nós estamos. Giddens (2012) aponta que a distinção entre modernidade e pós-modernidade não está clara para alguns pensadores e sociólogos. Entre os críticos apontados pelo sociólogo britânico está o filósofo alemão Habermas, para quem ainda estamos na modernidade, pois o seu projeto ainda não foi completado, pois as ideias de liberdade e democracia não foram plenamente atingidas.

Antes de prosseguirmos nessa análise, é importante uma rápida definição sobre o que venha a ser modernidade, até para entender essa diversidade teórica. O próprio Giddens assim a define:

O que é modernidade? Como primeira aproximação, digamos simplesmente o seguinte: modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. (1991, p.11)

A partir desse conceito, o próprio Giddens não crê em uma pós-modernidade, pois as instituições que moldaram a modernidade ainda não foram superadas e nesse sentido está de acordo com Habermas, Manuel Castells e Ulrich Beck, pois todos apontam uma intensificação da crise da modernidade, sem, no entanto, superar as suas estruturas.

No livro *As Consequências da Modernidade*, no capítulo II, Giddens aponta quatro dimensões institucionais que formam essas estruturas da modernidade: primeiro o capitalismo, entendido como a acumulação de capital no contexto de trabalho e de mercados competitivos; depois o industrialismo, representado pela transformação da natureza e no desenvolvimento do ambiente criado por essa intervenção; o terceiro elemento dessa estrutura moderna é a vigilância representada pelo controle da informação e supervisão social; e por

¹ Francisco Lacaz (2010), no texto *Capitalismo Organizacional e Trabalho – a saúde do docente* faz a relação entre o adoecimento do docente e a inserção da Universidade na competitividade neoliberal.

fim o poder militar, que é o controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra.

Embora usando categorias diferentes de Habermas, Giddens acredita que, na verdade, estamos em uma fase em que a estrutura da modernidade está em pleno desenvolvimento, ou intensificação como ele aponta, inclusive em um processo de globalização, ou seja, essas estruturas estão sendo levadas para todos os cantos do planeta.

Quem também não acredita em pós-modernidade é o sociólogo espanhol Manuel Castells, mas sim em uma sociedade em que o impacto da mídia e das tecnologias de informação elas afetam o cotidiano e a identidade das pessoas, mas não superam as instituições da modernidade, com a economia de mercado prevalecendo no mundo, mas em rede.

Contra todas essas análises temos o sociólogo polonês Zigmunt Bauman, que aponta pelo menos cinco aspectos que caracterizariam a pós-modernidade: o poder da mídia projetando uma sociedade cada vez mais superficial; o constante fluxo de pessoas e ideias em um mundo globalização, o que não permite a estabilidade das relações e do trabalho; um efeito disso é o multiculturalismo, ou seja, não é mais possível falar em cultura global, embora estejamos na globalização, o que é um paradoxo; em quarto lugar aponta as novas tecnologias de informação, favorecendo uma intensificação cada maior de trabalho, afetando a subjetividade do trabalhador; por último e talvez como reflexo de tudo isso, uma incerteza social, que colabora para uma sociedade sem coesão, líquida, como afirma Bauman.

Estando na modernidade, ou na pós-modernidade, o certo é que o trabalhador e a trabalhadora estão sendo afetado na sua subjetividade e vê o seu trabalho a cada dia mais intensificado e precário e isso tem contribuído para o seu adoecimento. No caso dos professores percebemos isso como relataremos a seguir.

1 A SAÚDE DOS PROFESSORES E DAS PROFESSORAS NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO

O sociólogo argentino Atilio Bóron afirma categoricamente que “a economia do final do século XX é conhecimento intensivo”. Com essa sentença ele reforça a tese da importância da educação como fator de desenvolvimento social e econômico de um país e conclui que “uma força de trabalho altamente educada, que goza de uma excelente atenção médica e possui uma estrutura social integrada” (1998, p.100), é fundamental para que um país se torne

mais competitivo na atual fase do capitalismo, que ele categorizou como neoliberal, apesar desse modelo receber a seguinte crítica:

Não deixa de ser uma curiosa mostra de sucesso o fato de que as economias que são “saneadas” com o remédio neoliberal tenham mais pobres que nunca e a dívida social cresça de forma incontida. (p.102)

A ideia do sucesso apontada acima está na análise crítica ao neoliberalismo, que é um modelo gerador de pobreza. Concordando com o sociólogo argentino, Pierre Salama destaca que no campo da formação profissional, essa desigualdade é ainda mais gritante, principalmente entre os trabalhadores preparados para o mercado, ao afirmar que:

De modo geral, as desigualdades se acentuam entre trabalhadores qualificados e não qualificados, a informatização aumenta, o desemprego também, e os empregos nos setores expostos à concorrência internacional diminuem em termos percentuais. (1999, p.33)

Apesar das duras críticas desses autores ao neoliberalismo², em um ponto eles concordam: a educação pode ser um fator de geração de renda para os trabalhadores, principalmente em um momento de grande desenvolvimento tecnológico para potencialização da economia de mercado, embora, contraditoriamente, a educação seja, também, uma necessidade do capital para intensificar a extração de mais-valor da classe trabalhadora.

Deve ser por isso que as políticas públicas destinadas para o campo educacional sejam elas no plano federal, ou nos planos estaduais ou municipais, ou em conjunto com os diversos convênios entre os entes federativos tiveram um crescimento significativo no Brasil na década de 1990, período áureo do neoliberalismo no país.

Tendo relação direta com esse novo contexto educacional, foi aprovada a Lei de nº 9.394, de 1996, definindo as diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nitidamente influenciada pelo discurso neoliberal hegemônico na época, estabeleceu uma legislação que privilegiasse a formação de um trabalhador voltado para a economia de mercado e para um mundo do trabalho em grandes mudanças, principalmente com a introdução das novas tecnologias informacionais. Nesse contexto, definiu, também, as seguintes atribuições aos professores:

2 O livro *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*, organizado por Emir Sader e Pablo Gentili, foi fruto de um seminário da UERJ em 1994 e critica o neoliberalismo, associando-o ao aumento da pobreza no sistema capitalista.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

São atribuições que tem sobrecarregado o trabalho do professor, que se antes apenas estava envolvido com as suas atividades de sala de aula, agora ele extrapola, indo além dos muros da escola, quando lhe é atribuído o trabalho com a família e a comunidade.

É bom situar historicamente que a LDB foi aprovada no Congresso Nacional no auge do discurso neoliberal no Brasil, com a escola tendo que preparar o aluno para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Por isso era necessário construir uma “nova” escola³, que atendessem à atual dinâmica e demanda do capitalismo na pós-modernidade, na lógica do neoliberalismo.

Independentemente da categorização que se queria dar à atual fase da economia de mercado, estamos convencidos de que, na perspectiva da totalidade, a educação deve integrar essa realidade colaborando para o seu “sucesso”, ou seja, formar um trabalhador que possa produzir cada vez mais em menos tempo, adaptando-o ao mundo do capital. Por isso, como destaca Heloani (2011), buscando ter melhor aproveitamento na relação entre o tempo gasto na produção das mercadorias, o trabalho propriamente dito e o resultado da produção, muitas corporações empresariais estão criando suas próprias universidades para preparar o trabalhador na sua lógica produtiva.

Nesse contexto, a escola regular, também envolvida pelo e no discurso que é o seu papel prepara o trabalhador para esse mercado em mudanças contínuas, tem exigido cada vez um professor também flexível e em tempo integral. Por isso acreditamos que o volume de programas e projetos que estão sendo desenvolvidos nas e para as escolas com o objetivo de adequá-la a esse “novo” capitalismo⁴, têm contribuindo para intensificar o trabalho docente,

3 Sobre essa “nova” escola e como ela está intensificando e precarizando o trabalho docente e provocando o seu adoecimento, consultar o texto de Ada Assunção e Dalila Oliveira (2009).

4 David Harvey (2002), Richard Sennett (2007) e Nildo Viana (2009), Roberto Heloani (2011), fazem uma análise de “novo” capitalismo e como isso tem afetado a vida do trabalhador, tanto objetivamente, quanto subjetivamente.

ou seja, o docente está trabalhando cada vez mais no mesmo espaço de tempo, fato potencializado pela introdução das novas tecnologias informacionais.

Ao mesmo tempo, as mudanças recentes no mundo do trabalho com as transformações no capitalismo, exigindo um trabalhador mais flexível, tem precarizado⁵ o trabalho docente, com contratos precários de trabalho, salas de aulas lotadas e péssimas condições de trabalho. Como afirma Dias e Machado:

No que diz respeito ao trabalho docente, vem-se observando uma crescente precarização do trabalho desse profissional, além da flexibilização de suas tarefas e uma nova relação estabelecida com o tempo de trabalho.

A precarização do trabalho docente é definida articulando-se às novas formas de trabalho, cada vez mais desregulamentadas, tendo como principais características a redução de salários, diminuição dos direitos trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, entre outras formas de exploração. Ela pode ser observada até mesmo nas grandes universidades públicas, onde proliferam as (sub) contratações temporárias de professores, pagos por hora aula ministrada em turma de graduação. (2009,p.9)

Com essa linha de análise, podemos trabalhar com a hipótese de que tanto a intensificação, quanto a precarização do trabalho do professor estariam contribuindo para o seu adoecimento.

Embora o trabalho seja central na vida do homem e da sociedade, afinal produz a sua riqueza, historicamente ele tem sido motivo de muito sofrimento para as pessoas por conta das várias formas de exploração a que tem sido submetido, notadamente na sociedade capitalista. Para o entendimento dessa afirmação, fizemos um levantamento empírico em duas escolas públicas estaduais de Anápolis, como se segue pelos relatos abaixo.

Na escola pública A, duas professoras estão afastadas por problemas de saúde desde 2011 e, pelo constatado, devem continuar em 2013. Os problemas emocionais foram decisivos para isso. A professora X, que é formada em Letras, conseguiu uma licença de 180 dias, que se iniciou em setembro de 2012, tendo que voltar agora em março de 2013, mas a direção da escola já informou que ela vai entrar com novo pedido de licença. O motivo, pelo menos dois elencados: um físico, hérnia de disco; e o outro psíquico, no campo emocional, com a professora tendo dificuldade no relacionamento com os alunos. Não foi possível entrevistar essa professora, mas informações da direção da escola dão conta de que ela não pretende mais voltar à sala de aula.

⁵ Sobre a precarização do trabalho docente, consultar Bosi (2006) e Silveira (2012).

Com a professora Y o caso é mais grave. Formada em Ciências Sociais e Ciências Econômicas na década de 1980, a professora tem 27 anos de carreira, mas apenas 16 como professora, pois desde 2001 está apenas na parte administrativa, isso porque, segunda ela, perdeu o encanto com a educação. Em entrevista, ela afirma:

Em todo esse tempo como professora as salas sempre lotadas com até setenta alunos, uma superpopulação e aí a gente tem que corrigir os trabalhos de madrugada, sábado, domingo. A gente não descansa. Tem de fazer vários tipos de provas, porque ninguém te ajuda a vigiar os alunos e aí eles colam. Tudo isso vai cansando. Também fiquei decepcionada com os alunos, eles não têm interesse nas aulas. A gente prepara uma boa aula, mas não consegue atingir os objetivos. Acho que hoje o computador e o celular atrapalham muito. Tem aluno que passa cola de uma sala para a outra pelo celular. Eles falam em código e isso tem prejudicado a escrita. Eles não sabem mais o português.

O desabafo da professora é o seu desencantamento com a educação, por isso saiu da sala de aula há uma década e desde então convive com sucessivas licenças por questões emocionais. Igualmente à professora X, a professora Y não consegue mais se relacionar com os alunos. Ela entra em pânico quando tem contato com a sala de aula. Então, por decisão médica, ela está afastada das suas funções docentes e hoje trabalha na biblioteca da escola, é a chamada readaptação definitiva. No momento mais crítico, a professora Y passou três meses em um sanatório de Anápolis, sendo enquadrada como F29, ou seja, com as doenças de Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes, como estão no CID (Classificação Internacional de Doenças).

Perguntei à professora Y se ela ainda tinha vontade de um dia voltar para a sala de aula e ela, com um olhar triste disse que não. As várias reações da professora durante a nossa entrevista, que foi realizada no dia 25 de fevereiro de 2012 na escola pública A, mostra uma profissional descontente com a sua profissão e à espera da aposentadoria. Embora seja uma professora efetiva, com plano de carreira consolidado, a precarização está caracterizada quando a professora confirma o fato já conhecido de todos que são as salas de aulas lotadas; e a intensificação do seu trabalho está presente, quando ela relata que corrige os trabalhos e provas dos alunos até nos seus momentos de lazer, ou ser obrigada a fazer várias provas para evitar que um aluno copie a prova do outro. Ao final da nossa conversa, perguntei à professora Y, se ela acha que o seu adoecimento está relacionado com a sua prática profissional. Ela respondeu que sim e concluiu: “é muita pressão sobre o professor, então a gente fica sempre na corda bamba e uma hora a corda arrebenta”.

Nessa escola pública pesquisada, as duas professoras hoje de licença são por motivos emocionais, embora a professora X também tenha um problema físico. A professora Y foi

readaptada de forma definitiva, ou seja, ela não poderá mais exercer a sua função de professora, diferentemente da professora X, que ainda pode voltar a trabalhar em sala de aula, já que a sua readaptação é temporária, porém, podendo se tornar definitiva, caso a professora não consiga mais exercer a sua atividade docente, o que parece que vai acontecer, segundo impressão da direção da escola.

Na escola pública estadual B, seis professoras conseguiram licença médica em 2012, sendo que três delas por motivos emocionais. As docentes mostraram certa resistência em dar entrevista, mas em conversa com a coordenação e secretaria da escola, recebemos a informação de que essas três professoras estão com depressão e alegam não ter condições de voltar para a sala de aula. O secretário da escola disse que o caso de uma professora em particular é mais grave e ele não acredita que a mesma vá retornar para as suas atividades docentes. O importante a destacar nessa escola é que 50,0% dos professores afastados por licença médica o foram por motivos emocionais, com o exercício da prática docente colaborando para isso.

Essas situações concretas passam pelo entendimento das recentes mudanças no mundo do capital e que tem precarizado e intensificado o trabalho na sua totalidade e, particularmente ao que nos interessa aqui, o trabalho do professor. Essas mudanças podem ser notadas em todas as instâncias da sociedade, como afirma Harvey (2002):

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc.(p.117).

A sutileza na exploração do trabalho levou à construção de novas categorias para delimitar determinada realidade. Nesse sentido, buscando diluir o conflito entre as classes sociais, uma nova linguagem vem sendo construída para se adequar a uma realidade específica no atual mundo flexível do trabalho: o trabalhador deixou de ser o operário para ser o colaborador, o parceiro, enquanto que o patrão passou a ser o gestor. Constroem-se a ideia de que ambos buscam o mesmo objetivo final: um produto de qualidade para o consumidor, visando atender a sua satisfação pessoal. Tudo isso em um trabalho de equipe, formando uma grande família, todos vivendo em um mundo de liberdade. É uma forma eficiente de controle do capital sobre o trabalho, que "... envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de representação, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo" (Harvey, 2002, p.119).

Nesse cenário, parece que não existe o conflito social no processo produtivo, com o trabalho e capital podendo caminhar unidos para o bem coletivo. É a dominação simbólica pela linguagem, como relata Roberto Heloani (2011), uma manipulação psicológica do trabalho, buscando a subordinação afetiva e subjetiva do trabalhador, para inibir a sua maturidade política. Esse processo acontece primeiro no setor produtivo, mas na perspectiva da totalidade, ele atinge todas as instituições sociais e a educação passa a conviver com essa nova roupagem do capitalismo, que alguns definem como toyotismo, que, como afirma Giovanni Alves, o diferencia do capitalismo fordista pela “captura da subjetividade operária” (p.34), fazendo com que o trabalhador esteja mais comprometido com o seu trabalho⁶.

No entanto, enquanto o capital busca minimizar o conflito estabelecido no mundo real, por mecanismos simbólicos e subjetivos, a realidade nos mostra uma exploração cada vez maior sofisticada e sutil do trabalhador, que muitas vezes passa despercebida no campo das ideias, embora ele sinta o seu trabalho cada vez mais precário e intenso.

Esse relato introdutório parece o início de uma história romanceada no estilo ficcional, onde todos viverão felizes para sempre. Porém, se entendermos que a produção capitalista é, por natureza, um processo de extração de mais-valia e que o capital expropria o trabalho, então, por mais que a linguagem possa ter mudado, o trabalho continua sendo explorado pelo capital. O que tem de novidade é a forma como esse processo está sendo desenvolvido na sociedade pós-fordista, toyotista, ou flexível. O que tem acontecido, na verdade, de acordo com Braverman (1977) é a degradação do trabalho, tanto pela crise do capital, quanto pela introdução de novas tecnologias, pois “a ciência é a última - e depois do trabalho a mais importante - propriedade social a converter-se num auxiliar do capital.” (p.138).

Isso porque no capitalismo, independentemente do setor produtivo, o tempo é fundamental na produção de mais-valor. Assim, a ciência é mais um elemento que favorece a acumulação do capital e assim como a técnica e a maquinaria, todas não foram colocadas para aliviar o trabalho, mas para favorecer o capital, inclusive politicamente, (Braverman, 1977).

Tomando o trabalho do professor como exemplo, constatamos tanto a intensificação, quanto a precarização do trabalho docente relacionado com as novas demandas da educação para atender as novas necessidades da economia de mercado no mundo pós-moderno, com os relatos oriundos de várias regiões do Brasil. No Rio Grande do Sul, os sindicatos patronais e

⁶ Braverman (1977), Harvey (2002) e Heloani (2011), destacam esse aspecto psicológico da dominação do capital sobre o trabalho, sendo esse o diferencial do toyotismo no controle do trabalhador no atual contexto da economia de mercado.

dos professores, SINEPE E SINPRO, respectivamente, reuniram em março de 2012, com a mediação do Ministério Público do Trabalho para discutir “... o excesso de trabalho a que são submetidos os professores no ensino privado”. (Revista Conteúdo, nº 14, p.27).

Já na Paraíba a denúncia é contra o produtivismo nas universidades federais, que obriga o professor à produção de artigos em quantidade em um tempo reduzido, o que, na visão dos professores, gera trabalhos superficiais, sem uma maturação devida para um trabalho acadêmico. É apenas uma questão de quantidade para colocar nos relatórios, não tendo, necessariamente, enriquecimento científico.

Seja na rede pública ou na rede privada, os professores têm sido submetidos, cada vez mais a um aumento da sua jornada de trabalho, seja na escola ou fora dela, situação intensificada pelo uso de novas tecnologias, desmentindo aqueles que defendiam a tese de que a era da informatização colaboraria para melhoria das condições de trabalho. Marx já havia alertado para esse fato no século XIX no livro O Capital, pois “a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas.” (1983, p.391).

Apesar do trabalho extra por conta da introdução dessas tecnologias, “... o salário continua o mesmo e a carga de trabalho cada vez maior e a saúde e a vida familiar e social dos trabalhadores em educação têm sido prejudicadas.” (Revista Conteúdo, nº 16, p.19).

Contra essa condição, o SINRPO-RS realizou uma greve no domingo, um ato simbólico e político ao mesmo tempo, como forma de protestar contra esse mais trabalho e o que é pior, sem remuneração. Para proteger o trabalhador dessa nova forma de exploração via tecnologia, foi aprovada a Lei 12.551 de 15.12.2011, que regulamenta o Teletrabalho, mas que, infelizmente, ainda não chega ao professor.

É consenso que as novas tecnologias têm sobrecarregado o trabalho do professor, pois além das atividades presenciais nas escolas, seja ela pública ou privada, o docente tem feito longas jornadas fora do seu local de trabalho sem receber nada mais por isso. Campanhas dos sindicatos dos professores pelo Brasil apontam para esses problemas e denunciam:

O fato de muitas instituições de ensino pressionar os professores para que produzam conteúdos para os websites das escolas, para que mantenham blogs, fóruns e chats para trocar informações com os alunos, para que respondam e-mails com atendimento individualizado a qualquer tempo, ou seja, atividades que ultrapassam a carga-horária contratada. Fazendo com que, de certa forma, os docentes estejam disponíveis para trabalhar o tempo todo. (Revista conteúdo, nº 16, p.26).

Esse processo é o que nós chamamos de intensificação do trabalho docente, assim definido por Sadi Dal Rosso: “é quando a jornada de trabalho permanece a mesma, mas há um aumento do número de atividades feitas no mesmo período.” (informANDES, P.07).

Estamos convencidos de que a tecnologia não melhorou a vida do trabalhador, ao contrário, aumentou a “pressão para que ele produza mais em menos tempo” (p.06), provocando novas doenças ocupacionais, para aqueles que conseguem garantir o emprego; além de provocar o desemprego estrutural para uma parcela significativa da classe trabalhadora que é excluída do mercado formal de trabalho.

No campo específico da educação, estatísticas apontam que o trabalhador em educação está adoecendo cada vez mais, principalmente com doenças de cunho emocional e mental, porque até os seus poucos momentos de lazer estão sendo ocupados pelo seu trabalho docente devido à facilidade no uso das novas tecnologias.

Alguns estudos acadêmicos, no Brasil e no exterior, apontam para o adoecimento do professor em relação direta com o exercício do seu trabalho. As doutoras, Ada Assunção e Dalila Oliveira, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professoras do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Instituição, publicaram um artigo em 2009 na revista Educação & Sociedade, relacionando a intensificação do trabalho docente e o seu adoecimento. Nessa pesquisa, 15,3% dos afastamentos dos docentes é por doenças mentais e comportamentais, o maior índice entre as outras categorias de afastamento.

A educação sempre foi vista como a possibilidade de mobilidade social, podendo diminuir as diferenças sociais. Com essa perspectiva, diversas políticas educacionais desenvolvidas após a década de 1990, principalmente após a publicação da atual LDB, tem sobrecarregado o trabalho do professor, situação explícita com o aumento de 180 para 200 dias letivos. Esse quadro foi intensificado com a introdução das novas tecnologias também no campo educacional. O professor agora trabalha em tempo integral e quando afirmamos isso, incluímos os momentos de folga e lazer, quando o docente, com o seu computador, está sempre resolvendo alguma questão da sua atividade profissional.

Esse quadro tem intensificado o trabalho docente e provocado o seu adoecimento, como constatamos no nosso trabalho empírico nas escolas públicas estaduais de Anápolis. Fato também detectado na pesquisa das professoras da UFMG citada acima, com a nova realidade educacional aumentando as demandas na escola, além da massificação do ensino que tem intensificado esse quadro. Com isso, o trabalho do professor foi ampliado, indo além da sala de aula, dilatando as suas funções, como está na legislação educacional, redefinindo as suas tarefas, como afirmam Assunção e Oliveira:

Executar outras tarefas durante o curso da ação principal, atender ao aluno individualmente e controlar a turma coletivamente e preencher múltiplos instrumentos e formulários de controle são dimensões da intensificação do trabalho que implicam regular na urgência. Situação de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental do docente. (2009, p.361)

Além do aumento do tempo de trabalho e das tarefas do professor no cotidiano da escola, a quantidade de alunos é outro fator estressante para o docente. Na pesquisa, uma professora relata que tem 170 alunos no ensino básico e que corrige as tarefas até dentro do ônibus, ou em qualquer tempo livre, para dar conta do trabalho. Esse fato provoca o rápido esgotamento do professor, que é afetado tanto objetivamente, no trabalho real, quanto subjetivamente, na concepção do seu trabalho. Esse relato nós detectamos na entrevista com a professora Y na escola pública A de Anápolis

Embora todas essas mudanças estejam acontecendo no capitalismo e, particularmente no mundo do trabalho, exigindo cada vez mais a dedicação e comprometimento, seja do trabalhador em geral, ou do docente em particular, do ponto de vista salarial, que seria um fator compensatório, a realidade é crítica, pois os salários dos professores estão muito aquém dos salários de outras profissões que exigem o ensino superior.

De acordo com pesquisada realizada pelos professores Alves e Pinto (2011), o docente do ensino básico, que pela Lei 9.394 de 1996, só pode exercer a sua atividade profissional após cursar alguma licenciatura, ocupa o 27º lugar na questão salarial entre profissionais de nível superior, de um total de 32 profissões comparadas. Portanto, é uma atividade profissional mal remunerada e desprestigiada tanto na rede pública, quanto na rede privada, embora nesta, a situação seja pior.

Uma rápida comparação salarial dos professores do ensino básico pode comprovar essa afirmação: primeiro que o professor da rede pública não trabalha 40 horas em sala de aula, pois que ele tem um plano de cargos e salários que lhe garante uma carga horária para atividades fora da sala de aula, condição inexistente no setor privado. Para um professor com mestrado que acabou de chegar, via concurso, no setor público, ele receberia, por 40 horas, os seguintes valores em reais, isso no ano de 2010: no Instituto Federal Goiás: 2.782,97; na Rede Pública Municipal de Anápolis: 2.510,93; na Rede Pública Estadual: 2.018,86. Um professor com 40 horas na rede privada em Anápolis, por não ter um plano de cargos e salários que estabeleça uma diferença entre o salário de um graduado e de um pós-graduado, todos tem a mesma remuneração inicial de R\$ 1.239,00, definido em convenção coletiva assinada pelos sindicatos.

Embora a pesquisa tenha destacado apenas a categoria da remuneração para mostrar o desprestígio da profissão docente, os autores apontam outros aspectos que revelam esse dado como: longas jornadas de trabalho para dar conta de um salário melhor, dificuldades na formação continuada e muitas vezes não valorizada, principalmente na rede privada e o não cumprimento dos planos de carreira, mesmo que muitas vezes já tenha sido acordado entre patrões e empregados. São todos fatores estressantes para o docente e que também podem estar contribuindo para o seu adoecimento.

É um equívoco achar que a educação sozinha vai resolver os problemas sociais e econômicos do país, pois agindo assim perdemos a noção do conjunto social na totalidade do sistema. O professor não é o único responsável pelo processo educacional e pensar assim é de uma violência contra esse profissional, que não suportando a carga imposta, muitas vezes ele adocece. A educação virou a panaceia para os problemas sociais do país e isso é mais um fator de pressão sobre os professores, inclusive com muitos docentes assimilando esse discurso, o que potencializa a pressão sobre o seu trabalho, sendo mais um fator do seu adoecimento.

Como relatado na pesquisa de Assunção e Oliveira (2009), os problemas concretos na escola, como a violência, salas de aulas lotadas, falta de interesse dos alunos, condições físicas da unidade escolar, a burocracia do Estado que dificultam ações na escola, além dos aspectos afetivos, físicos e cognitivos dos alunos, tudo isso não depende necessariamente do professor, mas de profissionais específicos e qualificados para cada setor. No entanto, essa realidade considerada hostil pelo próprio docente, afeta a sua subjetividade, e pode provocar o seu adoecimento, em geral por motivação emocional ou mental. Sobre isso afirmam as pesquisadoras:

As manifestações sintomáticas variam desde um sentimento de insatisfação e frustração chegando até uma angústia difusa e um profundo sentimento de culpa e impotência... O professor, extenuado no processo de intensificação do trabalho, teria a sua saúde fragilizada e estaria mais susceptível ao adoecimento. (p. 363)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das grandes mudanças ocorridas no capitalismo nas últimas décadas dentro de um contexto histórico denominado de pós-modernidade, tanto no plano objetivo, com a introdução de tecnologias no setor de produção, aumentando a produtividade do capital, quanto no plano subjetivo, induzindo o trabalhador a pensar que é parte de uma grande

família com os mesmos objetivos dos donos dos meios de produção, de concreto temos que o trabalho está cada vez mais explorado pelo capital. Como afirma Nildo Viana (2009), o capitalismo, independentemente das suas várias fases, tem como ponto central extrair mais-valor do trabalhador, controlando o seu tempo de trabalho.

Essa realidade também chegou ao campo educacional. Cada vez mais as instituições de ensino, das básicas às de nível superior, seja no setor público ou privado, estão controlando o tempo do professor com atividades tanto na escola como fora dela, sobrecarregando o trabalho docente.

Em 23 anos de magistério, participei de parte do que foi relatado nesse artigo como, por exemplo, trabalhar em salas de aulas lotadas. Lembro-me de uma aula em um cursinho de um colégio renomado nacionalmente que tinha uns 150 alunos. No ensino superior não foi diferente, pois já ministrei aula com 120 alunos em sala de aula. É o que podemos chamar de precarização do trabalho, pois não exista a possibilidade de um melhor aproveitamento pedagógico em um ambiente tão hostil, o que afeta o lado emocional, pois no fundo o professor sabe que o seu trabalho não está sendo bem feito.

Em outro momento de exercício do magistério, por vários anos trabalhei de forma precária em uma instituição pública de ensino superior em Goiás, sempre com contrato precário, fazendo as mesmas atividades dos professores efetivos, mas recebendo um salário menor, fato também constatado em outras regiões do Brasil. São situações concretas que abalam o lado emocional do docente, com muitos professores passando a desacreditar da sua atividade profissional e isso pode estar comprometendo a sua saúde.

Nessa linha de raciocínio, as pesquisas apresentadas por nós nesse artigo como de Assunção e Oliveira (2009), Alves e Pinto (2011), Dias e Machado (2009), Lacaz (2010) e Silveira (2012), dentre outras, embora umas destacando a precarização do trabalho docente, outras a intensificação da sua atividade profissional, ou até mesmo as duas situações ao mesmo tempo, mostraram que esse quadro tem colaborado para o adoecimento do professor.

O nosso trabalho de campo realizado em Anápolis em duas escolas públicas, confirmou os dados apresentados pelas pesquisas relacionadas acima. Muitos professores afastados por licença médica acusam o cotidiano do seu exercício profissional como principal fator motivador do seu afastamento.

Portanto, embora o discurso hegemônico na sociedade pós-moderna seja o da colaboração, com a formação da grande família no local de trabalho em benefício de todos, com o objetivo de envolver o trabalhador no aspecto afetivo, compromissando-o com o seu

trabalho, no mundo real ele está cada vez mais explorado, seja com a precarização ou com intensificação do seu trabalho.

Essa realidade também está consolidada no campo educacional, pois está integrado na totalidade do sistema capitalista, na economia de mercado. Pelo que constatamos na teoria e no trabalho empírico, esta realidade está contribuindo para o adoecimento do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil**: um aporte. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v.41, n. 143, ago.2011. p. 606-639.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVERA, Dalila Andrade. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores**. Revista Educação & Sociedade. Campinas: vol.30, n 107, p. 349-372, maio/ago 2009, disponível em www.cedes.unicamp.br, acesso em 18 out 2012.

BORÓN, Atílio. **A Sociedade Civil depois do dilúvio Neoliberal**. In Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado democrático. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 63-118.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil nesses últimos 25 anos. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007 1503 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DIAS, Viviane; MACHADO, Melissa. **Precarização do trabalho**: o caso dos professores substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Anais do V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

Artigos

HELOANI, Roberto. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado**. São Paulo: Atlas, 2011.

InformANDES. Brasília: ANDES-SN, março de 2012, nº 8.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. **Capitalismo organizacional e trabalho**: a saúde do docente. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, nº 45, jan 2010, p. 51-59.

MARX, Karl. **Divisão do Trabalho e manufatura**. In História. FERNANDES, Florestan (Org.). São Paulo: Ática, 1983, p. 386-422.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Burgueses e proletários**. In História. FERNANDES, Florestan (org.) São Paulo: Ática, 1983, p. 365- 375.

REVISTA CONTEÚDO. Brasília: Contee, maio de 2012, ano IV, nº 14 e 16.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado democrático. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e Exploração do trabalho na América latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVEIRA, Polyana Imolesi. **A precarização do trabalho docente e a subordinação da educação ao mercado: um estudo sobre as relações de trabalho no ensino superior no período de 1994 a 2004**. UFU. <http://www.faced.ufu.br>, acesso em 26.06.2012.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida-SP: Santuário, 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Nathalia Cordeiro Laurias¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo, serão abordados tanto os conceitos advindos da sociologia do trabalho, que podem melhor esclarecer sobre as mudanças neste universo, quanto o impacto da transnacionalização do capital e sua relação com as políticas públicas de incentivos fiscais.

Constata-se que o estudo das formas de organização e gestão do trabalho se inicia com Ford, que trouxe o disciplinamento que acabou por não se restringir apenas às fábricas e avançou para toda a sociedade, perpassando Taylor, a partir dos estudos relacionados ao tempo e movimentos dos trabalhadores.

Já na década de 1970, observa-se a configuração do toyotismo e a introdução de novos modelos gerenciais que se vinculam diretamente à competitividade internacional, à flexibilização e à precarização do trabalho. Associado a esse cenário, observa-se o movimento de grandes indústrias para locais onde a mão de obra é barata e existem incentivos fiscais por parte do Estado.

Verifica-se que as políticas públicas de incentivos fiscais surgiram a partir da década de 1980 como um mecanismo de competição entre países, posteriormente entre estados e, atualmente, o canibalismo fiscal² atinge até mesmo a esfera municipal.

Desde os autores clássicos, chama-se a atenção para a redução dos empregos nas fábricas a partir da Revolução Industrial, mas o discurso para a aceitação das políticas públicas de incentivos fiscais tem sido a geração de emprego e renda para a população local. Uma das reflexões deste artigo se volta para a seguinte contradição: se as políticas públicas de incentivos fiscais têm como principal elemento de convencimento a geração de emprego e renda por parte das empresas beneficiadas, ao mesmo tempo em que essas utilizam alta tecnologia no seu processo produtivo, como a geração significativa de empregos é possível?

A intenção deste artigo é discutir esta questão, ou seja, a partir da inserção de tecnologias cada vez mais modernas no processo produtivo, é possível imaginar que haveria uma redução

¹ Graduada em Ciências Econômicas e Ciências Sociais. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Campus Formosa).

² Ver termo cunhado por Nascimento (2008).

na oferta de trabalho por parte da indústria, no entanto, o discurso dos gestores públicos é de que a atração de indústrias para o Estado está atrelada diretamente à geração de emprego para a população local.

Este artigo dispõe de fundamentação teórica embasada nos pressupostos da sociologia do trabalho, além de trazer como recurso metodológico a Análise Crítica do Discurso (ACD), na tentativa de compreender o que está por trás da fala dos gestores públicos dessas políticas, especialmente em Goiás, realizando uma análise crítica dos custos desses empregos e até mesmo de sua representatividade, se comparada com a população empregada no município.

Deste modo, este artigo pretende apresentar as transformações do capital e do trabalho no século XX, assim como as mudanças advindas do processo de mundialização do capital, com foco especial nas políticas públicas de incentivos fiscais praticadas em Goiás.

1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Para melhor compreender as transformações no mundo do trabalho atualmente, faz-se necessário analisar o posicionamento dos clássicos, principalmente no que diz respeito à inserção das máquinas no processo produtivo.

De acordo com Marx (1988, p.05):

[...] Igual em qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela [a maquinaria] se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte de sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é o meio de produção capitalista.

Assim, Marx já chamava atenção para o fato de que o desenvolvimento da maquinaria diminuiria o trabalho vivo em detrimento do uso do trabalho morto. Com o passar dos anos, a evolução tecnológica tem dominado o processo produtivo, e as grandes indústrias que se instalam nos mais diversos territórios se envaidecem da geração de trabalho, emprego e renda mais do que duvidosa.

Marx (1988) ainda ressalta que a economia clássica prevê a versatilidade e a fluidez do capital como uma tendência do modo capitalista de produção. Deste modo, Marx (1988) destaca que a maquinaria constitui uma ferramenta poderosíssima no controle do capital sobre o trabalho, de modo a aumentar a produtividade empresarial. Ou seja, Marx (1988) contribui para esta reflexão, na medida em que auxilia na compreensão sobre a relação existente entre a

inserção de máquinas no processo produtivo e o aumento do trabalho morto em detrimento do vivo.

De acordo com Braverman (1981, p. 146):

[...] A revolução técnico-científica não pode ser compreendida em termos de inovações específicas – como no caso da Revolução Industrial, que pode ser corretamente caracterizada por um punhado de invenções básicas –, mas deve ser compreendida mais em sua totalidade como um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte do funcionamento normal.

Braverman (1981) chama atenção para o fato de que a evolução do sistema capitalista também se configurou como um modo de produção no qual as investigações científicas foram incorporadas ao processo produtivo como algo natural.

Para Braverman (1981, p. 2000), “A principal vantagem da linha de montagem industrial é o controle que ela permite sobre o ritmo do trabalho e, como tal, ela é inexcusavelmente útil para os proprietários e gerentes, cujos interesses estão em desavença com os de seus trabalhadores”. Além do que, ainda de acordo como mesmo autor, a maquinaria possibilita à gerência a oportunidade de substituir o trabalho através dos meios disciplinares e organizacionais por meios inteiramente mecânicos. Sendo assim, é possível controlar o ritmo de trabalho, de tal modo que este vá de encontro ao ritmo desejado pelos capitalistas.

Conforme considera Harvey:

[...] A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria prima sem ajuda humana, precisando apenas da assistência humana, temos um sistema automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes. [...] (HARVEY, 2003, p.12).

Utilizando como recurso metodológico o materialismo histórico de Marx, faz-se necessário considerar não só o surgimento da maquinaria, mas compreender as mudanças no mundo do trabalho, a partir do fordismo, toyotismo e do processo de acumulação flexível³.

³ Conceito contestado por Coriat (1994), uma vez que o termo é questionável e poderia ser substituído por auto-reguláveis.

Assim, partiremos do resgate histórico como mecanismo, na tentativa de compreensão da realidade.

No que diz respeito à contribuição de Henry Ford em 1914, este introduziu a jornada de trabalho de 8 horas a cinco dólares e realizou outras mudanças ao longo do processo produtivo na fábrica, dando início à chamada “era do fordismo”. Ford acreditava que, além da produção em massa, era necessário o incentivo ao consumo de massa, ou seja, além de disciplinar os trabalhadores com o intuito de aumentar a produtividade das indústrias, também era necessário dar-lhes renda e tempo suficientes para que consumissem os produtos em massa (HARVEY, 2003).

A busca pela organização racional do trabalho também contou com a ajuda do taylorismo que fortaleceu o processo de produção fordista, uma vez que, aliado aos ideais de padronização e produção em série como condição para a redução de custos e elevação de lucros do capitalista, observou-se o trabalho sendo utilizado de forma intensa, padronizada e fragmentada na linha de produção, na qual a empresa planeja e a função dos operários está limitada à execução das ordens recebidas (HARVEY, 2003).

Os ideais fordistas tiveram como um dos principais aliados o keynesianismo, fazendo com que houvesse uma onda de expansões internacionais e, assim, o Estado foi obrigado a assumir novos papéis e a constituir novos poderes institucionais, aos quais o capital corporativo teve de se ajustar e, em consequência, o trabalho organizado foi obrigado a visar o lucro seguro, consolidando, portanto, a transnacionalização do capital.

O fordismo se disseminou desigualmente em várias partes do globo, com a peculiaridade de que, em países que não tinham alcançado o desenvolvimento, foi chamado por Lipietz (1988) de “fordismo periférico”, lembrando que, enquanto para os países desenvolvidos o fordismo trouxe o chamado “estado de bem estar social”⁴, aos países em desenvolvimento resultou em ganhos ínfimos relacionados ao padrão de vida e serviços públicos, além da destruição das culturas locais.

A mão de obra utilizada durante o fordismo, de acordo com Lipietz (1988), era branca, masculina e sindicalizada, o que ocasionou a rigidez do mercado de trabalho, levando aqueles que não se inseriam nessas características ao descontentamento com o sistema.

Nos anos 60, o fordismo apresentou sinais de crise, uma vez que esse sistema foi se tornando incapaz de, junto com o keynesianismo, evitar as contradições inerentes ao capitalismo, tal como ondas inflacionárias.

⁴ Este assunto é discutido por Espig-Andersen (1995), uma vez que o autor questiona a existência deste estado de bem estar social.

Para entrar em confronto direto com o fordismo, tem-se o padrão de acumulação flexível, apoiado na flexibilização dos processos de trabalho⁵, mercado de trabalho, produtos e padrões de consumo.

A partir de então, foi possível visualizar o que Francisco de Oliveira (2003) chamou de flexibilização do contrato de trabalho, em que este é considerado como “sem forma”. O avanço da terceirização é fenômeno perceptível durante o processo de acumulação flexível, havendo consideráveis níveis de desemprego estrutural, com o aumento das subcontratações.

Tem-se, de acordo com Castells (1999), que, durante o processo de acumulação flexível, as atividades industriais relacionadas à fabricação e montagem estão cada vez mais localizadas nos países que dispõem de mão de obra barata, onde se busca uma força de trabalho facilmente recrutável e que pode ser demitida sem custos, quando necessário. Até mesmo o espaço também é modificado a partir da perspectiva da precariedade do trabalho, formando, assim, espaços que podem ser denominados de “territórios de precariedade”.

De acordo com Huws (2009, p.49), em virtude da inserção de novas tecnologias durante o processo produtivo, [...] “cada trabalhador tornou-se mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível; portanto, as novas oportunidades também constituem novas ameaças”.

Ao contrário do que ocorria no fordismo, durante o processo de acumulação flexível a produção não é mais em série, visto que os bens são produzidos em pequenos lotes, a preços baixos, ou seja, há nichos de mercado altamente individualizados e em pequena escala.

A individualização também é percebida nas relações de emprego, sendo verificada através da realidade do trabalho informal, precarizado, flexível, no qual, mesmo havendo convivência diária entre os trabalhadores, é perceptível a ausência de uma identidade coletiva, sendo que a individualização do trabalho faz com que aumente até mesmo a concorrência entre os próprios trabalhadores, fato que enfraquece o sindicalismo e reduz o poder de negociação coletiva dos trabalhadores.

De acordo com Offe (1994):

Qualquer que seja o caso, fica claro que os processos multidimensionais de diferenciação, que têm sido convincentemente demonstrados em inúmeros estudos da segmentação do mercado de trabalho, da polarização das qualificações dos trabalhadores e das transformações econômicas, organizacionais e técnicas das condições de trabalho, tornam o fato de ser um "empregado" menos significativo, e não mais

⁵ Ver que o tema foi problematizado por Viana (2009).

um ponto de partida para associações culturais, organizacionais e políticas ou para identidades coletivas. (OFFE, 1994, p.05)

Harvey (2003) chama a atenção para o quanto é interessante observar como o capitalismo tem se tornado mais organizado perante a dispersão e a mobilidade geográfica, sendo capaz de dar respostas flexíveis ao mercado de trabalho, considerando principalmente o advento das novas tecnologias a seu favor.

O neoliberalismo inegavelmente favoreceu os portadores do capital, sendo pertinente questionar o papel do Estado nesse processo de acumulação flexível, uma vez que o mesmo se fez presente durante o fordismo. Tem-se, de acordo com Harvey (2003), que:

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios” [...], para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas. (HARVEY, 2003, p. 160)

A flexibilização do mercado de trabalho trouxe consigo o solapamento do trabalho organizado, havendo a redução do emprego regular, em detrimento do maior uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Na ocasião em que o Estado foi pressionado por grandes corporações, houve um surto de expansões internacionais que atraiu inúmeras indústrias para nações descolonizadas, em busca da chamada “virgindade sindical” (HARVEY, 2003).

Para Harvey (2003, p. 125), “O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas”. Harvey (2003) considera o fato de a expansão pós-guerra depender, em grande medida, de compromissos e reposicionamentos por parte dos próprios atores do desenvolvimento capitalista.

De acordo com Harvey (2003, p. 118):

Na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais), aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo.

Harvey (2003) ainda chama a atenção para o fato de que essas pressões podem ser diretas ou indiretas. Voltando o olhar para o nosso objeto de análise, constata-se a existência da Associação Pró Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (ADIAL), uma instituição cujo fim é pressionar o Estado para obter maiores benesses do setor público, no que tange à instalação e permanência de grandes indústrias em Goiás.

2 CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM GOIÁS

De acordo com Marx (1988), para compreendermos a realidade, temos que partir da realidade. Ou seja, não podemos importar conceitos de outras sociedades para compreender a realidade. Além disso, a história é fundamental para entender o que somos hoje. Desse modo, se faz necessário analisar a configuração das políticas públicas de incentivos fiscais, desde o seu surgimento até os dias atuais, para que possamos melhor compreender a temática em foco.

Ainda de acordo com Marx (1988), cada momento histórico dispõe de uma forma de trabalhar, e é a partir dessa informação que serão analisadas as políticas públicas de incentivos fiscais que, apesar de atualmente, no Brasil, se tratar de uma prática recorrente desde a década de 1980, dispõe de especificidades quanto às formas de trabalho.

Desde a década de 1980, um dos caminhos encontrados para se desenhar o desenvolvimento nacional é a chamada “Guerra Fiscal”, que, segundo Dulci (2002, p. 01), “Trata-se de um jogo de ações e reações travado entre governos estaduais (e adicionalmente entre governos municipais), com o intuito de atrair investimentos privados ou de retê-los em seus territórios”.

Para Ramalho (2008), a chamada “guerra fiscal” e o fato de as indústrias deixarem grandes distritos industriais tradicionais e se deslocarem para outras regiões trazem consigo uma carga significativa de expectativa e desenvolvimento econômico, mas, de acordo com Arbix (2002), tais atividades não foram capazes de gerar empregos significativos.

Observa-se, portanto, a ação predatória de uma região em desfavor de outra, no sentido de que se presencia o canibalismo entre Estados, e até mesmo entre municípios, para atração de grandes plantas industriais para seus territórios. De acordo com Nascimento (2008), a guerra fiscal no Brasil ganhou maior notoriedade com a concessão de grande quantidade de incentivos para o setor automobilístico.

Neste sentido, faz-se necessário voltar o olhar para o Estado de Goiás, no que diz respeito às políticas públicas a serem analisadas. O Programa de Desenvolvimento Industrial

do Estado de Goiás (PRODUZIR), criado pela Lei n. 13.591, vigora desde o ano 2000 e tem como objetivo: contribuir para expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, a fim de estimular a realização de investimentos e aumentar a competitividade estadual. Sem dúvida, é o principal instrumento utilizado pelo Governo de Goiás para atrair novos investimentos ao Estado e acelerar o processo de industrialização. É intenção, ainda, do programa, contribuir para a correção dos desequilíbrios regionais e sociais e beneficiar todos que queiram investir no Estado, além de fomentar a geração de empregos.

A legislação do PRODUZIR prevê a redução do custo de produção da empresa, por meio do financiamento de até 73% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devidos, pelo período de 15 anos. Aquele beneficiado pelo programa tem carência de um ano e desconto no abatimento da dívida, que pode chegar a 100%.

Diante do exposto, fica claro que Goiás é apenas mais um *greenfield*, ou seja, um território que dispõe de mão de obra barata e com baixa (ou nenhuma) representatividade sindical, o que faz do Estado um abrigo de grandes complexos industriais, incluindo montadoras, em um cenário essencialmente agrícola. Para Bezerra (2009, p. 10), “os *greenfields* são territórios sem histórico de presença de montadoras e, por consequência, de sindicalismo organizado na atividade.”

Porém, coincidentemente, esses empresários beneficiados por essas políticas públicas também são financiadores das campanhas para o Governo do Estado de Goiás, conforme mostra a lista de doadores de campanha, disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

Assim, devemos nos perguntar: Se os clássicos já chamavam a atenção para a introdução da máquina no processo produtivo e ao longo dos anos outros autores se voltaram para a análise dessa mesma temática, como pode o discurso da geração de empregos ser utilizado na argumentação sobre a importância das políticas públicas de incentivos fiscais?

De acordo com o IMB (2013), é notório o quanto as políticas públicas de incentivos fiscais em Goiás têm contribuído para o aumento do parque industrial no Estado. Além disso, também é perceptível o volume de renúncia de receita, ou seja, o montante de impostos que poderiam ser convertidos em benefícios para a população, através de investimentos em educação, saúde, transportes, habitação, e que deixa de ser arrecadado em nome do discurso essencialmente vinculado à geração de trabalho, emprego e renda.

A seguir, analisaremos as falas de gestores dos programas ligados ao governo do Estado, tentando estabelecer um paralelo com o posicionamento crítico, a partir dos autores anteriormente citados.

3 A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) PARA COMPREENSÃO DA CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM GOIÁS COM FOCO NA GERAÇÃO DE EMPREGO NA INDÚSTRIA

Para melhor entender como a ACD pode ajudar na compreensão da temática em foco, faz-se necessário apresentá-la também como um recurso metodológico, já que, de acordo com Cisnero e Galluci (2008,p.83):

[...] se preocupa por poner em evidencia la carga ideológica presente en los modos particulares de utilización del lenguaje, así como por las relaciones de poder y dominación que subyacen a la elección precisa de determinadas unidades discursivas en una situación específica.

Assim como considera Cisnero e Galluci (2008, p.84), “Para el ACD, el lenguaje adquiere poder en la medida en que es utilizado por personas poderosas, pues puede utilizarse para desafiar, subvertir o alterar las relaciones de poder a corto y largo plazo.” Ou seja, a análise crítica do discurso será utilizada de modo a tentar estabelecer a reflexão e a crítica social.

Dessa maneira, pretende-se buscar a análise crítica do discurso a partir do que está nos registros de jornais e revistas locais, desde a criação da política pública objeto desta pesquisa, de modo a realizar uma análise argumentativa dos gestores destas políticas públicas.

Para Rocha e Deusdará (2005, p.19):

[...] o surgimento da Análise do Discurso se caracteriza não só por uma reorientação teórica da relação entre o linguístico e o extralinguístico, como também por uma mudança da postura do observador em face do objeto de pesquisa. A linguagem, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do linguístico e os do extralinguístico. A linguagem não se dissocia da interação social.

De acordo com Rocha e Deusdará (2005, p.22), quando é feita a análise do discurso, o objetivo da pesquisa é “analisar em que perspectivas a relação de poder no plano do discurso se constrói”. A partir desta ferramenta, é possível construir diversos olhares sobre a realidade.

Houve a necessidade do recorte e seleção dos discursos veiculados na mídia local sobre a relação entre a atração de indústrias para o Estado de Goiás e a geração de empregos no ano de 2012, uma vez que esses veículos de comunicação também auxiliam na consolidação do discurso, bem como a sua permanência no imaginário dos cidadãos que irão reproduzi-lo sem ao menos refletir sobre as informações apresentadas.

Foram buscados posicionamentos de gestores relacionados às políticas públicas no Estado de Goiás e, inicialmente, foi identificada a fala do Superintendente do PRODUZIR, logo em seguida, do Secretário de Indústria e Comércio e, por fim, desatacamos o posicionamento do Governador do Estado de Goiás, em veículos locais de comunicação. Na tentativa de problematizar, inicialmente, sobre a importância das políticas públicas de incentivos fiscais para Goiás, buscou-se uma entrevista concedida a um jornal pelo Superintendente do PRODUZIR, que fez seguinte afirmação, ao ser questionado a respeito da importância dos incentivos fiscais para o Estado:

Sem o Fomentar⁶ e o Produzir, Goiás jamas teria alcançado os resultados em termos de crescimento de produto agregado, que é o PIB [Produto Interno Bruto] e de geração de renda. Eles foram fundamentais na modificação do perfil produtivo do Estado que, em 1970, era eminentemente agrário e, a partir dos anos 1980, começou a mudar para urbano-industrial (OPÇÃO, 2012, p.01, grifo nosso)

A partir desse discurso, é possível construir uma análise crítica sobre esta realidade, uma vez que o gestor desse programa atribui exclusivamente aos programas de incentivos fiscais a nova configuração do parque industrial do Estado de Goiás. É possível perceber que não são mencionadas, em nenhum momento, as mudanças advindas do processo de acumulação flexível e a necessidade do Estado de se modernizar para atender a demandas internacionais.

Deste modo, se analisarmos esse cenário a partir da perspectiva teórica abordada no início deste artigo, será possível perceber que a mudança do cenário goiano a partir da década de 1970 vai de encontro à lógica da reestruturação produtiva, que constitui um fenômeno mundial, assim como a necessidade de diversificação da produção, coadunando aspectos agrícolas e industriais com o intuito de elevar o PIB goiano, e que a massa que teve contato com a publicação pode pensar em “desenvolvimento” econômico, enquanto este é um indicador de crescimento e não de desenvolvimento econômico.

⁶ Programa de incentivo fiscal que precedeu o PRODUZIR. Ver lei n. 9.489 de 1984.

A partir da análise crítica deste discurso do Superintendente do PRODUZIR, é possível perceber a tentativa de convencimento da importância dessas políticas públicas, mesmo sem a sustentação de uma argumentação eminentemente científica para esse convencimento.

Quando indagado sobre a instalação de montadoras de automóveis em Goiás, o Superintendente do PRODUZIR afirmou que “Agora está vindo até uma montadora de avião, a Rekoff, para modificar esse perfil com a parte industrial. Em 2013, em Anápolis, serão produzidos aviões Fokker 100. Há 40 anos, quem diria que Goiás teria uma montadora de avião?” (OPÇÃO, 2012, p.01)

A partir desta fala, é possível realizar uma análise crítica do ponto de vista de que talvez Harvey (1989) respondesse a esta pergunta dizendo que seria perfeitamente possível que Goiás abrigasse uma fábrica de aviões, assim como qualquer outro município em desenvolvimento, uma vez que o autor chama atenção para o fato de que, como há a internacionalização do capital, este busca pastagens mais verdes, ou seja, mão de obra barata e não sindicalizada.

Novamente é possível notar, a partir da análise crítica do discurso, que ele vem de encontro ao convencimento sobre a importância da atração industrial para Goiás nos mais diversos segmentos, ao mesmo tempo em que não se menciona a renúncia fiscal provocada pelos incentivos e benefícios fiscais concedidos, nem que tal indústria se vale da automação e da tecnologia de ponta durante o seu processo produtivo e que os empregos gerados certamente dispõem de remuneração a nível de salário mínimo, e para ocupações como: limpeza, segurança ou operação de máquinas, que são ocupações que não exigem qualificação e que são realizadas em condições precárias de trabalho e salário.

Quando voltamos o olhar sobre o discurso de autoridades do Estado na tentativa de convencimento sobre a importância das políticas públicas de incentivos fiscais para a geração de empregos na indústria, em uma entrevista cedida a outro veículo de comunicação de massa, o Governador do Estado ressalta a importância da concessão dessas políticas públicas para a geração de empregos.

De acordo com entrevista publicada (OPÇÃO, 2013, p.01):

Ao cumprimentar a direção da Brainfarma pela expansão dos negócios no Estado, o governador ressaltou que Goiás firma-se como um dos mais importantes pólos farmoquímicos da América Latina e um dos maiores do mundo, com produção de uma extensa e variada pauta de medicamentos. Na ampliação do parque industrial, com 97 mil metros

quadrados de área construída, foram investidos aproximadamente R\$ 500 milhões.

É possível perceber, através do discurso acima, que tal investimento certamente se vincula à exploração da mais alta tecnologia (maquinaria) e faz com que problematizemos a questão da seguinte forma: Como uma empresa que dispõe de alta tecnologia em seu processo produtivo, através da automação e da mecanização, pode gerar um grande quantitativo de empregos?

Marx, quando estudou o surgimento do capitalismo, já se preocupava com a substituição do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto. Ao longo das décadas, tal situação se acentuou a partir da inserção das tecnologias em favor do capital industrial, ou seja, a partir de uma análise crítica se percebe que tal discurso leva a uma grande contradição.

Quando voltamos o olhar especificamente para a geração de empregos, o que encontramos no discurso do Secretário de Indústria e Comércio do governo do Estado, em entrevista concedida a um jornal de ampla veiculação local, é a seguinte informação: “Os 85 projetos possibilitarão a abertura de 6.667 novos empregos diretos, com investimentos fixos de R\$ 1,3 bilhão e benefícios de R\$ 4 bilhões para 25 municípios do Estado” (DM, 2012, p.01). Basta apenas fazer o cálculo para perceber que cada emprego pode ter custado aproximadamente R\$ 600.000,00⁷ ao Estado. Nota-se que, se por algum motivo (automação, mecanização, implantação de novas tecnologias, “falta” de mão de obra qualificada) não houver a geração de empregos diretos, conforme o mencionado pelo Secretário de Indústria e Comércio, esse custo do emprego será ainda maior.

Claro que existirão aqueles que sairão em defesa da argumentação do Secretário de Indústria e Comércio do Estado, já que ele não mencionou a quantidade de empregos indiretos, porém é certo que, nesses casos, a mensuração deste quantitativo fica comprometida por falta de instrumentos seguros, assim como esses empregos indiretos gerados podem estar vinculados a trabalhos precários, terceirizados e até mesmo informais. Nota-se, portanto, mais uma vez, no discurso do gestor, a tentativa de convencer os leitores do jornal sobre a importância da política pública para o universo do trabalho, mas deve-se partir de uma análise crítica do discurso para problematizar sobre o custo de cada novo posto de trabalho gerado para a própria população do Estado.

⁷ Para realização deste cálculo simples, buscou-se dividir o valor dos benefícios pela expectativa de empregos diretos.

Através de outra fala do Secretário de Indústria e Comércio de Goiás, é possível identificar a diversificação dos seguimentos industriais beneficiados pelas políticas públicas de incentivos fiscais. Ele concedeu entrevista a um veículo de comunicação e informou que:

Só a indústria Geolab prevê geração de 650 empregos diretos, e as indústrias de embalagens também continuam chegando a todo vapor, sem contar a automobilística Foton, cujos investimentos somados à farmacêutica serão de R\$ 600 milhões (DM, 2012,p.01).

Fica evidente, no discurso do gestor público, a expectativa do quantitativo de empregos gerados por uma dessas indústrias, sem fazer referência, entretanto, ao custo desse emprego para o Estado ou ainda a representatividade desse número, tendo em vista o montante de pessoas aptas a trabalhar no município.

Ainda de acordo com o Secretário de Indústria e Comércio:

(a) instalação de uma grande indústria sucroalcooleira, a destilaria de álcool Centro-Sul Energia, vai investir R\$ 541 milhões e gerar 803 empregos diretos, acelerando o ritmo do desenvolvimento econômico não só do município, mas de toda a região onde está situado o município, na estrada de ferro. (DM, 2012,p.01).

Novamente é possível identificar, no discurso do gestor público, a tentativa de convencimento sobre a importância da atração destas indústrias para o Estado, sem ao menos considerar sua representatividade, o tipo de emprego gerado ou a remuneração paga por esses trabalhos.

Outro caso que chama a atenção, do ponto de vista da necessidade da análise crítica do discurso, é o caso da Suzuki que, de acordo ainda com informações concedidas pelo Secretário de Indústria e Comércio do Estado de Goiás: “O investimento inicial é da ordem de R\$ 100 milhões e criará 600 empregos diretos e outros 3,6 mil indiretos. Operações devem iniciar no final de 2012 com previsão de produção de 7 mil veículos por ano.”.

Mais uma vez, se observa a necessidade de comparar o número de empregos gerados e o número de pessoas aptas ao trabalho no município. Ao mesmo tempo em que, por se tratar de uma empresa desse porte, é certa a utilização intensiva de aparatos tecnológicos que reduzem a contratação de pessoas, com a utilização de máquinas durante o processo produtivo.

Ainda de acordo com informações dadas pelo Governador do Estado de Goiás, “A Cooperativa Agropecuária de Catalão (Coacal), do ramo de laticínios, que vai receber R\$ 33,7

milhões em benefício fiscal. A Coacal, que atua com laticínios, pretende investir na cooperativa R\$ 8,5 milhões pelos próximos dois anos e chegar a 200 empregos diretos (hoje são 86).”.

De novo, é possível, por meio de uma análise crítica, calcular o valor desses empregos para o Estado, registrando que cada emprego custou cerca de R\$ 295 mil para o Estado, ou seja, o custo elevado do emprego se mostra recorrente nos mais diversos segmentos incentivados pelas políticas públicas de incentivos fiscais em Goiás.

No intuito de apresentar um “balanço positivo”, o governo de Goiás afirmou que:

O Produzir foi criado há mais de 11 anos e tem atualmente cerca de 640 contratos firmados, num total de R\$ 80 bilhões em financiamentos de incentivos e geração de quase 210 mil empregos diretos em 103 municípios. Álvaro Fonseca ressaltou que os incentivos feitos no Estado, longe das regiões de grande consumo, agem de forma decisiva para que as empresas possam expandir seus negócios e atraem outras de fora. (DM, 2012, p.01).

Por meio do discurso acima, conclui-se, com base nas informações, que é possível realizar o cálculo do custo do emprego para o Estado, verificando que o mesmo ultrapassa a média de R\$ 350 mil por emprego gerado. Ou seja, o discurso dos gestores públicos dá ênfase excessiva ao número de empregos gerados, enquanto a análise crítica nos permite questionar o custo deste emprego para o Estado, bem como o tipo de trabalho e a remuneração do mesmo.

As políticas públicas de incentivos fiscais acabaram se tornando objeto de análise do Tribunal de Contas do Estado, haja vista a renúncia fiscal que proporciona especificamente no caso do setor sucroalcooleiro, contemplado com inúmeras benesses pelo Estado; observa-se o que vai de encontro ao que Laurias (2011) já havia chamado atenção, ou seja, a falta de fiscalização no que tange à pretensão de geração de empregos por parte das indústrias beneficiadas por essas políticas públicas, além das falhas de fiscalização, no que diz respeito ao investimento em estrutura física dessas indústrias pelo Estado (TCE, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo, foi possível estabelecer a análise acerca das mudanças no mundo do trabalho, desde a inserção da maquinaria no processo de produção capitalista até os dias atuais. Nota-se que o processo de acumulação flexível reforça as formas de trabalho que envolvem a terceirização, a precarização e a mecanização, aliadas a políticas que contemplam

a realocização das indústrias, a transnacionalização do capital, o que explica a instalação das mais diversas indústrias em territórios que dispõem de mão de obra barata e não sindicalizada.

Ao analisar especificamente as políticas públicas de incentivos fiscais em Goiás, pode-se relacionar este aspecto com um movimento de canibalismo fiscal a nível mundial, que acaba sendo explorado pelos gestores públicos, na tentativa de fixar no imaginário dos cidadãos a importância dessas políticas públicas na geração de empregos de forma duvidosa, em se tratando de empresas que utilizam alta tecnologia durante os seus processos produtivos.

Nota-se, no discurso veiculado na mídia local, a tentativa de convencimento no que concerne à geração de empregos, mas existe a necessidade de se analisar essas informações a partir de uma perspectiva crítica, já que não são divulgadas informações sobre a renúncia fiscal, o custo do emprego para o Estado e os tipos de empregos gerados por essas políticas públicas.

A intenção deste artigo foi problematizar acerca destas questões, sem a pretensão de “resolver o problema” ou desvendar a obscuridade que envolve estas políticas, uma vez que tal tarefa não poderia ser contemplada em um artigo científico. Este trabalho deixa indagações que poderão ser mais bem esclarecidas em publicações futuras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. & BRAGA, R. (Orgs.). **Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2009. p. 89-112.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo - Coleção Mundo do Trabalho, 3 ed., 1998.

ARBIX, G. **Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.17, n. 48. 2002. p. 109-129.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Editorial Boitempo, 1998.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: REvan/UFRJ, 1994.

DM. **Diário da Manhã. Goiás Blindado contra a crise**. Disponível em: <dm.com.br/texto/81376 - Goiás-blindado-contr-a-crise>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.

DULCI, O. S. **Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil.** Revista de Sociologia e Política. Nº18. Junho 2002. p.95-107.

ESPIG-ANDERSEN, Gosta. **O futuro do Welfare state na nova ordem mundial.** Lua Nova, São Paulo, no 35.1995.

Goiás. **Lei nº. 13.591 de 18 de Janeiro de 2000.** Cria o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR).

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HUWS, U. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual em um mundo real. In: LAURIAS, N.C. **PRODUZIR: Uma Análise De Desenvolvimento Econômico Goiano (2000-2006).** Monografia de Conclusão de Curso. UEG, 2008.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres.** São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl. **O capital.** Volume I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O capital.** Volume II. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NASCIMENTO, S. P. do N.. *Guerra fiscal: uma avaliação com base no PIB, nas receitas de ICMS e na geração de empregos, comparando Estados participantes de não participantes.* 2008. Tese (doutorado em economia) - Universidade de São Paulo, Piracicaba 2008.

OFFE, Claus. **Trabalho: a categoria sociológica chave?** In: Capitalismo desorganizado. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.167-197.

OPÇÃO. Jornal Opção. **Tem sido bom para Goiás.** Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/tem-sido-bom-para-goias>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

POCHMANN, M. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** 2006.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.

VIANA, N. O significado histórico do toyotismo. In: **O capitalismo na era da acumulação integral.** Aparecida-SP: Ideias e letras, 2009. p. 43-76.

(TEIXEIRA, Renato Araújo. **No descompasso da metrópole**: Um estudo sobre a dinâmica espacial da região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas. Goiânia: Editora IFG, 2013.)

Denise Carneiro¹

Na obra *No descompasso da Metrópole: Um estudo sobre a dinâmica espacial da região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas*, o professor doutor Renato Araújo Teixeira se propõem a analisar as nuances da Região Metropolitana de Goiânia sob a perspectiva do município de Inhumas.

Teixeira se depara com o fato de que Inhumas possui diversas características peculiares quando analisada no contexto da Região Metropolitana de Goiânia. O autor parte então para uma análise abrangente e minuciosa do porquê deste fenômeno, remontando desde o início da construção do município até o tempo atual. Segundo o autor:

A tese principal a ser trabalhada parte do pressuposto de que a introdução do agronegócio no município de Inhumas, principalmente do setor sucroalcooleiro, fez territorializar e emergir sujeitos políticos que comandam a forma de desenvolvimento socioeconômico local, transformando o campo em uma arena geradora de desigualdades sociais. O município de Inhumas sofre a influência de Goiânia e de sua metropolização, mas o crescimento populacional, econômico, industrial e social passa primeiro pelo crivo da estrutura organizacional do agronegócio. (TEIXEIRA, 2013, p. 26)

Forças sociais e econômicas são tratadas no livro atrelando-as aos fatos históricos e geográficos da região. Há análises profundas e abrangentes de como o espaço, tanto goiano quanto da região metropolitana, vem sendo ocupado e como as forças políticas e sociais se distribuem, se relacionam e se desenvolvem de forma a ocupar e transformar este espaço.

O primeiro capítulo é destinado a contextualizar o município de Inhumas traçando seu histórico a partir de seu surgimento. O autor reconstrói a história do município apresentando as influências que o levaram à situação atual. Segundo Teixeira, “é fato que não existe tempo sem espaço e espaço sem tempo, por isso há

¹ Editora do Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás. Economista do Instituto Federal de Goiás. Contato: denise.carneiro@ifg.edu.br

necessidade de um recuo histórico para compreender o movimento da sociedade na apropriação territorial.”

No segundo capítulo da obra, o autor busca compreender o porquê do município de Inhumas se apresentar tão singular quando observado a partir do contexto da metrópole. Enquanto nos outros municípios há fortes características de migração pendular e habitações precárias, o que os torna cidades dormitório.

Retomando a discussão anterior, sabe-se que a capital Goiânia é polo de emprego, serviços e lazer para a população da região metropolitana, entre outras regiões. Mas a população de baixa renda busca fixar moradia nos municípios do entorno. Por isso, é comum a prática da migração pendular, feita de pessoas que trabalham em Goiânia durante o dia e dormem nas cidades do entorno. (TEIXEIRA, 2013, p. 78)

Em Inhumas, no entanto, essa característica não é observada, pois, de acordo com o autor, o município apresenta políticas públicas que dificultam seu crescimento desordenado como cidade dormitório. Por exemplo, há políticas habitacionais que privilegiam habitações sociais e se preocupam com o crescimento da cidade em áreas consolidadas, proibindo o loteamento de zonas rurais próximas às rodovias. Também há presença de políticas que privilegiam o transporte urbano local e restringem o transporte público para a capital, geralmente responsável por facilitar que a população local faça suas compras na capital, fragilizando o comércio local que seria responsável por abastecer e gerar empregos na região.

Assim, olhar para Goiânia a partir de Inhumas é ver uma singularidade própria no contexto regional goiano. O ritmo de desenvolvimento socioespacial deste município está no descompasso da metrópole. (TEIXEIRA, 2013, p. 79)

No terceiro capítulo, é explorada a formação e a consolidação do complexo agroindustrial em Goiás, o qual passa de sertão para detentor de ampla produção agroindustrial. São analisados tanto os impactos ambientais (poluição, empobrecimento do solo, agravamento do processo erosivo, alteração da taxa de infiltração da água, eliminação do bioma natural) quanto os impactos socioeconômicos (prejuízo da agricultura familiar, formação de monopólio, expropriação da terra e consequente habitações precárias na cidade, assim como o aumento da violência urbana etc.).

Teixeira aponta que, de maneira nenhuma, o problema da exploração canavieira é a transformação do espaço natural, uma vez que toda atividade humana se apropria do

espaço. Os problemas decorrem de como essa exploração é realizada, dando pouca importância aos impactos socioambientais:

Os reflexos espaciais da exploração canavieira tanto no Brasil quanto em Goiás ou Inhumas revelam-se nas desigualdades no campo, que se manifestam na forma de: a) maior exploração da mais-valia do trabalhador; b) miséria e violência contra os boias-frias e cortadores; c) impactos ambientais de toda ordem, seja no ar (queimadas), no solo (erosões, lixiviações) ou na água (contaminação dos lençóis freáticos); d) arrendamentos de terra; e) migrações sazonais do Nordeste Brasileiro. (TEIXEIRA, 2013, p. 110)

No quarto capítulo, o autor busca explicar a singularidade da expansão urbana de Inhumas, que está no descompasso da metrópole, uma vez que a Região Metropolitana de Goiânia cresce em ritmo desordenado, o que gera conflito de usos e fluxos e alargamento de fronteiras por entre vazios urbanos. Habitações são levantadas em lugares precários e com pouco ou nenhum serviço de utilidade pública, abandonado a população em regiões com escassez de segurança e transporte, longe de postos de saúde ou de escolas.

A problemática da moradia é a mais visível, porque ela se espraia horizontalmente rumo à periferia, esticando a metrópole e trazendo com essa expansão problemas sociais como a falta de serviços nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte, entre outros. O ordenamento territorial e os planos diretores não conseguem resolver as mazelas sociais porque os investimentos públicos chegam tarde a apenas amenizam os dilemas sociais. (...) A cidade cresce de forma desordenada, sob a lógica da lucratividade dos especuladores imobiliários rumo às áreas rurais a fim de se criar loteamentos sem a menor infraestrutura, distantes do centro econômico e administrativo. (TEIXEIRA, 2013, p. 127)

Nesse contexto, Inhumas se destaca na região por possuir características próprias que escapam ao que o autor denomina de “abraço ingrato da metrópole”. Uma das causas dessa distinção seria devido às plantações de cana-de-açúcar, as quais inserem o município no mercado do agronegócio de grande escala e competitividade, permitindo certa independência e força para escapar ao “abraço ingrato”.

No quinto e último capítulo, procura-se compreender a reprodução do espaço urbano em Inhumas. Com esta finalidade, aborda-se o município desde o início, no seu projeto urbano, que foi desenvolvido de forma racional, diferentemente da maioria dos

municípios, os quais não tinham projetos bem definidos e não se planejavam para o futuro.

A cidade de Inhumas se diferencia no traçado urbano de outras cidades porque pensou num ordenamento territorial para o futuro. Essa preocupação destoa da lógica de povoamento das cidades portuguesas. (...) O desenho arquitetônico de Inhumas nasce racional, civilizado e disciplinador. (TEIXEIRA, 2013, p. 157)

Teixeira passa por análises do espaço urbano que colocam Inhumas dentro de uma rede global, nacional e local (analisando as hierarquias urbanas e a interdependência), análises do contexto econômico no qual a cidade se insere, e análises dos laços e das dinâmicas comerciais (consolidado e potencial) que são ou podem se tornar responsáveis para a construção e a reconstrução do espaço urbano de Inhumas.

Pelas suas análises criteriosas, sua visão crítica e suas descrições profundas dos conflitos *No descompasso da metrópole* se destaca como uma obra fundamental para quem deseja compreender a dinâmica do Estado de Goiás, da Região Metropolitana de Goiânia e, especificamente, do município de Inhumas.

DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO

Equipe Técnica do Observatório¹

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Goiânia possui 7.315,15 km² de área total e 2.173.006 habitantes (297,05 de densidade populacional), distribuídos em 20 municípios, de acordo com os dados do IBGE. Do universo da sua população, 98,02% vive em área urbana e apenas 1,98% em área rural. A população masculina (48,46%) é levemente inferior à feminina (51,54%). Mais da metade da população da microrregião (59,91 %) reside no município de Goiânia.

Tabela 1.1 – Dados populacionais da Região Metropolitana de Goiânia – 2010

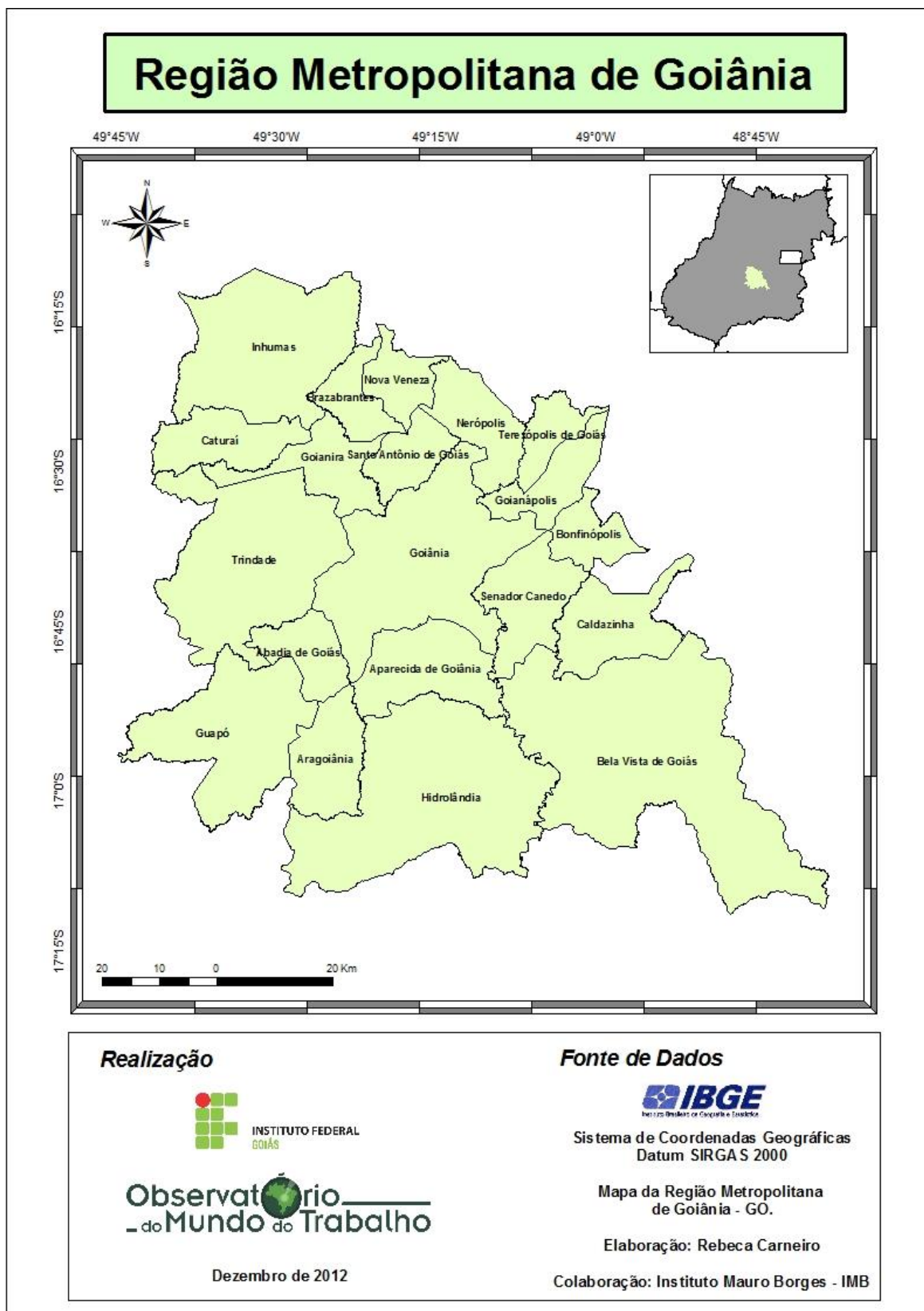
Municípios	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	População (2000)	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Abadia de Goiás	146,778	6868	46,79175	4971	49,16%	50,84%	73,85%	26,15%
Aparecida de Goiânia	288,342	455735	1580,536	336392	49,34%	50,66%	99,90%	0,10%
Aragoiânia	219,55	8375	38,14621	6424	51,04%	48,96%	66,02%	33,98%
Bela Vista de Goiás	1255,419	24539	19,54646	19210	51,35%	48,65%	73,13%	26,87%
Bonfinópolis	122,29	7536	61,62401	5353	50,12%	49,88%	93,17%	6,83%
Brazabrantes	123,072	3240	26,32605	2772	50,90%	49,10%	67,25%	32,75%
Caldazinha	250,887	3322	13,24102	2859	50,90%	49,10%	57,74%	42,26%
Caturai	207,264	4670	22,53165	4330	51,18%	48,82%	78,27%	21,73%
Goianópolis	162,435	10681	65,75553	10671	50,92%	49,08%	90,60%	9,40%

¹ Observatório da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Núcleo Centro-Oeste. Equipe Técnica do Observatório: Geraldo Coelho de Oliveira Júnior (Pesquisador Gestor), Maxmillian Lopes da Silva (Pesquisador Orientador), Walmir Barbosa (Pesquisador Orientador), Denise Talitha Soares Carneiro (Economista), Letícia Daniele Silva Ferreira (Aluna Bolsista), Luíza Batista da Costa (Aluna Bolsista), Rebeca Suely Gabriella Soares Carneiro (Estagiária).

Goiânia	732,801	1301892	1776,597	1093007	47,69%	52,31%	99,62%	0,38%
Goianira	209,037	34061	162,9424	18719	50,20%	49,80%	98,22%	1,78%
Guapó	516,844	14002	27,09135	13863	49,87%	50,13%	81,09%	18,91%
Hidrolândia	943,896	17398	18,43212	13086	51,37%	48,63%	60,09%	39,91%
Inhumas	613,225	48212	78,62041	43897	48,99%	51,01%	93,50%	6,50%
Nova Veneza	123,377	8129	65,88748	6414	50,78%	49,22%	86,43%	13,57%
Nerópolis	204,217	24189	118,4475	18578	49,31%	50,69%	95,94%	4,06%
Santo Antônio de Goiás	132,805	4690	35,31494	3106	50,72%	49,28%	90,79%	9,21%
Senador Canedo	245,283	84399	344,0883	53105	49,98%	50,02%	99,61%	0,39%
Terezópolis de Goiás	106,913	6562	61,37701	5083	51,01%	48,99%	86,51%	13,49%
Trindade	710,713	104506	147,0439	81457	49,19%	50,81%	95,79%	4,21%
Região Metropolitana de Goiânia	7315,148	2173006	297,0556	1743297	48,46%	51,54%	98,02%	1,98%

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Censo 2010/IBGE.

Os 20 municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia são: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nova Veneza, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. A Figura a seguir apresenta o mapa da Região Metropolitana de Goiânia.



Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi transferida aos Estados a competência para instituir regiões metropolitanas, assim, através da Lei Complementar nº 27 de 1999, foi criada a Região Metropolitana de Goiânia constituída de 11 municípios. Com a Lei Complementar nº 78 de 2010 a Região Metropolitana de Goiânia – RMG passou a ser constituída por 20 Municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

O modelo de gestão institucional da região metropolitana está sobre a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, que juntamente com o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia - CODEMETRO são responsáveis pelo planejamento e Gestão das questões de interesse metropolitano.

Esse estudo da Região Metropolitana permitirá uma compreensão do conjunto das necessidades educacionais desse aglomerado urbano, estabelecer parâmetros que nortearão a inserção do Instituto Federal de Goiás como órgão público de promoção da educação, bem como um quadro sinótico dos aspectos econômicos, sociais e educacionais desses municípios.

1 ASPECTOS ECONÔMICOS

1.1 Dados Setoriais

A Tabela 2.1 apresenta o PIB² da RMG desagregado por municípios, bem como uma diversidade de dados complementares relacionados ao PIB. Mais da metade do PIB da região foi originado do setor de Serviços. Em termos de significância para o PIB da RMG, nenhum município se comparou a Goiânia, que representou, em 2009, 67,85% do total do PIB da Região Metropolitana e 25% do total do PIB do Estado de Goiás.

² No cálculo do PIB, os grandes setores de Comércio e Serviços são agregados sob a nomenclatura “Serviços”. Também são agregados os grandes setores de Indústria e Construção Civil, sob a nomenclatura “Indústria”. Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás, n. 3, nov, 2013. (ISSN 2316-8706)

Tabela 2.1 – Produto Interno Bruto do Estado de Goiás, da Região Metropolitana de Goiânia e de seus Municípios - 2009

Municípios	Agropecuária (R\$ mil)	Indústria (R\$ mil)	Serviços (R\$ mil)	VA ³ (R\$ mil)	Impostos (R\$ mil)	PIB ⁴ (R\$ mil)	População	PIB Per capita (R\$)
Abadia de Goiás	5.595	6.549	24.530	36.674	2.301	38.975	6.301	6.185,55
Aparecida de Goiânia	6.646	1.003.355	3.066.615	4.076.616	524.757	4.601.373	510.770	9.008,7
Aragoiânia	6.807	7.711	26.554	41.073	1.943	43.015	7.702	5.584,95
Bela Vista de Goiás	47.995	137.476	118.288	303.759	26.482	330.241	21.679	15.233,24
Bonfinópolis	13.578	4.864	25.402	43.844	1.684	45.528	7.336	6.206,07
Brazabrantes	13.201	8.858	13.040	35.098	2.027	37.125	3.345	11.098,76
Caldazinha	16.520	2.378	13.509	32.407	824	33.231	3.341	9.946,44
Caturai	17.989	3.189	17.475	38.653	1.412	40.064	4.667	8.584,6
Goianápolis	7.099	8.476	40.842	56.417	3.596	60.013	11.663	5.145,62
Goiânia	27.480	3.285.233	14.943.751	18.256.463	3.130.066	21.386.530	1.281.975	16.682,49
Goianira	15.205	51.337	108.820	175.362	13.960	189.322	26.336	7.188,73
Guapó	14.444	19.565	49.007	83.015	5.628	88.644	13.973	6.343,95
Hidrolândia	33.252	112.622	88.666	234.541	23.182	257.723	14.718	17.510,7
Inhumas	70.685	91.352	256.644	418.680	33.878	452.559	46.786	9.672,95
Nova Veneza	15.868	22.777	30.609	69.254	5.190	74.444	7.240	10.282,29
Nerópolis	13.328	158.406	133.552	305.286	33.016	338.302	20.260	16.698,02
Santo Antônio de Goiás	12.679	5.590	17.572	35.841	1.877	37.718	4.230	8.916,73
Senador Canedo	8.113	195.971	2.007.694	2.211.778	446.657	2.658.435	77.511	34.297,52
Terezópolis de Goiás	4.963	7.100	30.571	42.633	4.588	47.221	5.951	7.935
Trindade	43.248	246.031	411.410	700.689	58.917	759.605	104.979	7.235,78
Região Metropolitana de Goiânia	394.695	5.378.840	21.424.551	27.198.083	4.321.985	31.520.068	2.180.763	14.453,688
Estado de Goiás	10.593.189	20.409.683	44.548.965	75.551.837	10.063.506	85.615.344	5.926.300	14.446,68

Fonte: Elaborado pela Seplan – GO/IMB/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011/Adaptada.

³ Nessa tabela, o Valor Agregado é dado pela soma dos PIBs agropecuário, industrial e de serviços.

⁴ Soma do VA e dos Impostos.

De modo geral, o setor de Serviços foi o que ofereceu as condições de trabalho mais vantajosas na RMG: foi o que concentrou o maior número de trabalhadores, o que possuía a melhor remuneração média, a menor jornada de trabalho semanal e a maior duração média do emprego, conforme apresenta a Tabela 2.2. Em número de estabelecimentos, perdeu apenas para o setor de Comércio. Utilizando os mesmos parâmetros de comparação, o setor de Indústria foi o segundo em termos de condição de trabalho, porém este setor possuía poucos estabelecimentos em comparação ao Serviço e ao Comércio, sugerindo uma maior concentração de trabalhadores por estabelecimento.

Tabela 2.2 – Empregos e Estabelecimentos por Grandes Setores de Atividade: Quantidade, Remuneração Média, Jornada de Trabalho e Duração Média - 2011

Grandes Setores	Empregos					Estabelecimentos	
	Quantidade	%	Remuneração Média (SM)	Jornada de Trabalho (Horas/Semana)	Duração Média do Emprego (meses)	Quantidade	%
1 - Indústria	93.876	13,1	2,4	43	41,5	6.653	12,5
2 - Construção Civil	52.994	7,4	2,3	44	16,8	3.587	6,8
3 - Comércio	129.282	18,1	1,9	43	25	21.529	40,6
4 - Serviços	431.872	60,4	3,5	38	78,8	18.357	34,6
5 - Agropecuária	7.520	1,1	1,7	44	35,5	2.954	5,6
Total	715.544	100	2,9	40	59,1	53.080	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme é possível verificar na Tabela 2.3, os setores que mais concentraram empregos formais na região foram, em ordem decrescente: Serviços (35,53%), Comércio (21,61%) e Administração Pública (19,3%). Na Construção Civil, no Comércio e nos Serviços, a RMG apresentou uma maior concentração de trabalhadores quando comparada ao país e ao Estado de Goiás.

Tabela 2.3– Distribuição dos Empregos Formais por Setor de Atividade no Brasil, em Goiás e na Região Metropolitana de Goiânia – 2010 (%)

IBGE Setor	Brasil	Goiás	Região Metropolitana de Goiânia
1 - Extrativa mineral	0,48	0,59	0,07
2 - Indústria de transformação	17,89	15,57	14,09
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,91	0,68	0,69
4 - Construção Civil	5,69	5,82	7,55
5 - Comércio	19,02	19,12	21,61
6 - Serviços	32,55	26,23	35,53
7 - Administração Pública	20,25	25,76	19,30
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3,20	6,22	1,14
Total	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme a Tabela 2.4, o setor mais importante da região em termos de oferta de postos de empregos, o setor de Serviços, concentrou grande parte dos trabalhadores na Administração Técnica Profissional (33%) e em Alojamento e Alimentação (28,7%). No setor de Indústria de Transformação, houve uma grande concentração dos trabalhadores na indústria de alimentos e bebidas, na indústria têxtil e na indústria química. No comércio 81,2% dos empregos formais estão concentrados na modalidade varejista.

Tabela 2.4 – Distribuição dos Trabalhadores por Setor e Subsetor Econômico na Região Metropolitana de Goiânia - 2010

IBGE Subsetor	Total	Total (%)	Remuneração Média (SM)	Jornada de Trabalho (Horas/Semana)	Duração Média do Emprego (meses)
01-EXTRATIVA MINERAL	515	100	2,9	43,6	46,7
01-Extrativa Mineral	515	100	2,9	43,6	46,7
02-INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	86.729	100	2,0	43,6	31,8
02-Prod. Mineral Não Metálico	4.499	5,2	1,8	43,7	29,1
03-Indústria Metalúrgica	5.737	6,6	2,0	43,8	30,3
04-Indústria Mecânica	2.530	2,9	2,6	43,5	32,4
05-Elétrico e Comunicação	950	1,1	1,9	43,8	22,2
06-Material de Transporte	1.453	1,7	2,1	43,7	29,5
07-Madeira e Mobiliário	5.646	6,5	1,9	43,7	25,2

08-Papel e Gráfica	5.565	6,4	2,8	42,9	35,1
09-Borracha, Fumo, Couros	3.851	4,4	1,9	43,6	29,6
10-Indústria Química	13.647	15,7	2,6	43,6	36,3
11-Indústria Têxtil	16.971	19,6	1,4	43,7	23,6
12-Indústria Calçados	1.428	1,6	1,3	43,9	20,1
13-Alimentos e Bebidas	24.452	28,2	2,2	43,6	38,2
3 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	6.632	100	7,6	40,5	167,8
14-Serviço Utilidade Pública	6.632	100	7,6	40,5	167,8
4 - CONSTRUÇÃO CIVIL	52.994	100	2,3	43,7	16,8
15-Construção Civil	52.994	100	2,3	43,7	16,8
5 - COMÉRCIO	129.282	100	2,0	43,4	25,0
16-Comércio Varejista	104.999	81,2	1,9	43,3	24,1
17-Comércio Atacadista	24.283	18,8	2,4	43,5	29,2
6 - SERVIÇOS	231.105	100	2,5	40,3	40,4
18-Instituição Financeira	9256	4,0	6,4	37,0	76,3
19-Adm Técnica Profissional	76.259	33	2,0	41,6	29,8
20-Transporte e Comunicações	29.785	12,9	2,5	43,3	35,4
21-Alojamento e Alimentação	66.346	28,7	2,0	40,8	38,6
22-Médicos Odontológicos e Veterinários	22.198	9,6	2,1	40,7	49,8
23-Ensino	27.261	11,8	3,9	32,7	59,8
7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	200.767	100	4,6	35,2	123,0
24-Administração Pública	200.767	100	4,6	35,2	123,0
8 - AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL, CAÇA E PESCA	7.520	100	1,7	43,7	35,5
25-Agricultura	7.520	100	1,7	43,7	35,5

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

1.2 Dados Municipais

A Tabela 2.5 apresenta a distribuição dos empregos formais da RMG por município. Goiânia concentrou o maior número de empregos formais nas três áreas apresentadas (Indústria de Transformação, Comércio e Serviços), com destaque para o setor de Comércio (80,5%). O município de Aparecida de Goiânia foi o segundo lugar em número de empregos formais também nos três setores apresentados.

Tabela 2.5 – Distribuição dos Empregos Formais na Indústria de Transformação, no Comércio e nos Serviços na Região Metropolitana de Goiânia por município – 2010 (%)

Município	Indústria de transformação	Comércio	Serviços
Abadia de Goiás	0,22	0,15	0,10
Aparecida de Goiânia	20,33	12,57	19,86
Aragoiânia	0,32	0,04	0,02
Bela Vista de Goiás	1,50	0,48	0,15
Bonfinópolis	0,06	0,05	0,07
Brazabrantes	0,16	0,01	0,06
Caldazinha	0,04	0,02	0,01
Caturai	0,03	0,04	0,00
Goianápolis	0,15	0,12	0,02
Goiânia	58,97	80,50	76,02
Goianira	2,34	0,48	0,18
Guapó	0,33	0,14	0,03
Hidrolândia	0,98	0,30	0,13
Inhumas	3,32	1,55	0,48
Nova Veneza	2,78	0,55	0,49
Nerópolis	0,46	0,10	0,05
Santo Antônio de Goiás	0,07	0,04	0,30
Senador Canedo	1,63	1,20	0,68
Terezópolis de Goiás	0,33	0,11	0,03
Trindade	6,00	1,53	1,32
Total	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

O Gráfico 2.1 apresenta a taxa de crescimento do número de empregos formais no Estado de Goiás e na RMG, de 2006 a 2010. Pode-se constatar que a empregabilidade na região (em média 11,68%) cresceu a uma taxa superior à do Estado de Goiás (em média 6,82%). No entanto, a empregabilidade na região foi mais instável que a do Estado, ou seja, sofreu flutuações com maior frequência, o que é possível constatar pelo gráfico (a linha que representa o Estado é bem mais próxima a uma reta) e por seu desvio padrão superior (0,083 para a região e 0,013 para o estado).

O número de trabalhadores formalmente empregados na RMG caiu bastante de 2006 a 2007, mas voltou a subir a partir desse ano. A quantidade de postos de trabalho no Estado de Goiás, apesar das oscilações, subiu levemente no período.

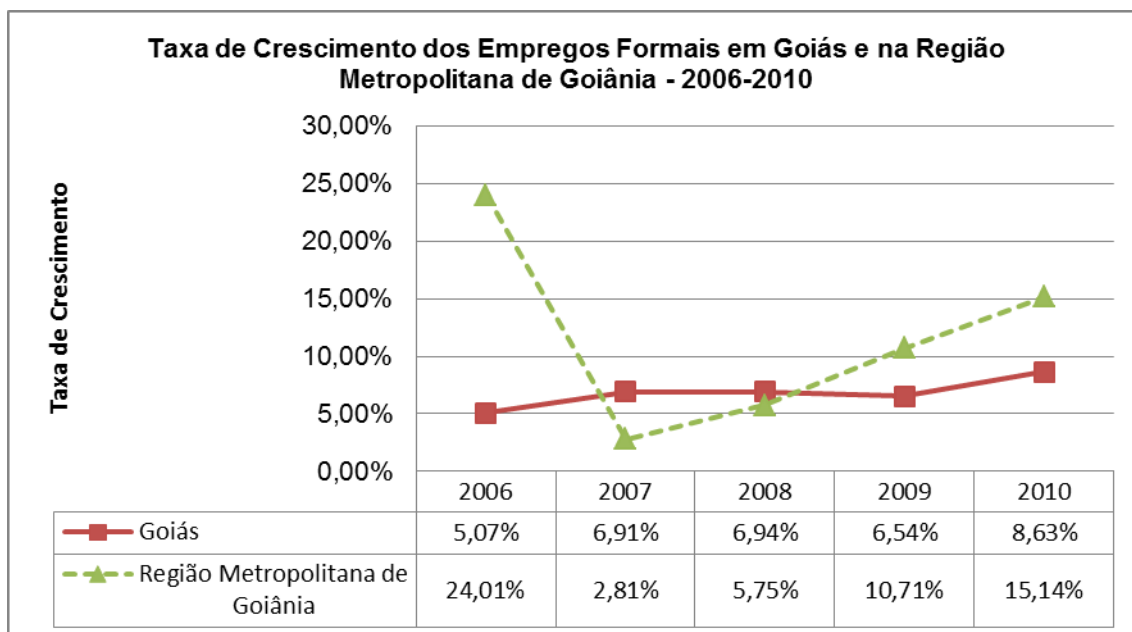


Gráfico 2.1 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiás e na Região Metropolitana de Goiânia – 2006 – 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

1.3 Faixa Salarial

A Tabela 2.6 apresenta a distribuição dos empregos formais na RMG de 2006 a 2010. A concentração de empregos formais das faixas de remuneração mais baixas, de 0,51 a 1,5 salários mínimos, aumentou no período, enquanto a concentração dos empregos nas faixas de maior remuneração diminuiu.

Tabela 2.6 – Distribuição dos Empregos Formais (em Salários Mínimos) na Região Metropolitana de Goiânia por Faixa de Remuneração (%)

Ano/Remuneração	2006	2008	2010
Até 0,50	0,2	0,2	0,2
0,51 a 1,00	5,2	5,8	6,0
1,01 a 1,50	40,8	41,2	42,9
1,51 a 2,00	18,7	18,5	18,5
2,01 a 3,00	14,7	14,4	14,1
3,01 a 4,00	6,4	6,3	5,9
4,01 a 5,00	3,6	3,4	3,2
5,01 a 7,00	3,4	3,6	3,2
7,01 a 10,00	2,8	2,6	2,3
10,01 a 15,00	1,9	1,8	1,6
15,01 a 20,00	0,9	0,7	0,6
Mais de 20,00	0,9	0,9	0,7
Não classificado	0,6	0,6	0,8
Total	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Em comparação com o Brasil e o Estado de Goiás, a concentração de trabalhadores por faixa salarial na RMG foi menor nas faixas salariais acima de dois salários mínimos. Ou seja, os salários na RMG ainda são baixos se comparados às médias brasileira e goiana.

Tabela 2.7 – Concentração de trabalhadores no Brasil, no Estado de Goiás e na Região Metropolitana de Goiânia por Faixa Salarial – 2010 (Salários Mínimos)

	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20,00
Brasil	0,4	4,5	26,5	18,3	18,8	9,0	5,5	6,1	4,1	2,8	1,2	1,8
Goiás	0,6	7,4	35,9	18,2	15,7	6,8	4,1	5,6	2,4	1,3	0,5	0,6
RMG	0,2	6,0	42,9	18,5	14,1	5,9	3,2	0,2	2,3	1,6	0,6	0,7

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Apesar de a remuneração aumentar com a idade na RMG, como é a tendência geral, ela ainda se mantém, em média, inferior à remuneração brasileira e goiana, como é possível constatar na Tabela 2.8.

Tabela 2.8 – Remuneração Média no Brasil, no Estado de Goiás e na Região Metropolitana de Goiânia por Faixa Etária – 2010 (Salários Mínimos)

	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais	Média
Brasil	0,77	1,04	1,71	2,48	3,14	3,84	4,50	4,70	3,11
Goiás	0,76	0,91	1,58	2,20	2,65	3,18	3,68	4,05	2,60
RMG	0,64	0,86	1,51	2	2,39	2,91	3,55	4,5	2,26

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

1.4 Escolaridade

De acordo com o Gráfico 2.2, mais da metade dos trabalhadores empregados na Região Metropolitana de Goiânia possuía, em 2010, escolaridade do nível médio completo ao ensino superior completo. Nos níveis de ensino acima do médio, a RMG possui um número de trabalhadores (14,62%) abaixo, proporcionalmente, do que o Estado de Goiás (14,64%) e o Brasil (20,63%). Este é um dos fatores que concorre para que a remuneração média da região metropolitana seja menor.

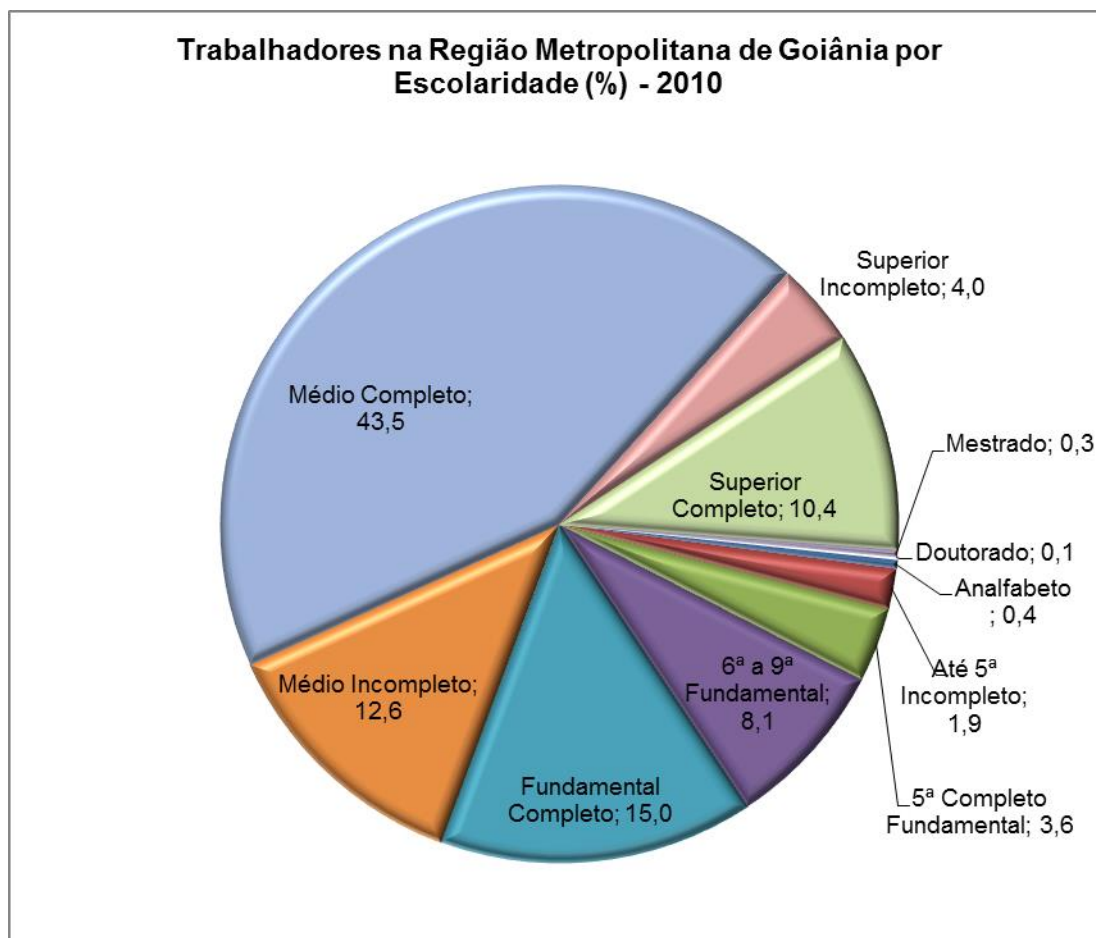


Gráfico 2.2 – Trabalhadores Região Metropolitana de Goiânia por Escolaridade - 2010
 Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

1.5 Ocupações por Número de Trabalhadores e Remuneração

A Tabela 2.9 apresenta as 20 ocupações que mais ofereceram postos de trabalho em 2010, BEM como suas taxas de crescimento médio nos últimos cinco anos e a suas remunerações médias (salários mínimos). A maior parte dos empregos estava vinculada à administração e às vendas. Entre as ocupações que mais empregaram na RMG, em comparação com o Estado de Goiás como um todo e com a maior parte de suas microrregiões, há uma grande quantidade de profissionais qualificados, destacando-se a ocupação “Professores do Ensino Superior”, que cresceu em média 3% entre 2006 e 2010 e cujo salário médio foi 6,7 salários mínimos, em 2010.

Tabela 2.9 – As 20 ocupações que mais empregam na Região Metropolitana de Goiânia, sua remuneração média (em salários mínimos) e sua taxa de crescimento anual (média de 2005 a 2010) - 2010

CBO 2002 subgrupo	2010	Média	SM
Vendedores e demonstradores	24318	0,06	1,9
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares	22792	0,10	1,8

administrativos			
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios	19214	0,08	1,3
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	17743	0,08	1,6
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	12992	0,12	1,4
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação	10376	0,08	2,0
Trabalhadores de informações ao público	9721	0,15	1,4
Trabalhadores da confecção de roupas	9462	0,07	1,2
Caixas, bilheteiros e afins	7423	0,09	1,5
Escriturários contábeis e de finanças	6833	0,15	4,9
Gerentes de áreas de apoio	6561	0,13	4,0
Embaladores e alimentadores de produção	5966	0,09	1,3
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	5461	0,11	1,6
Outros trabalhadores de serviços diversos	4215	0,02	1,3
Trabalhadores de manobras sobre trilhos e movimentação e cargas	4084	0,08	1,5
Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo	3961	0,08	1,5
Técnicos da ciência da saúde humana	3844	0,13	1,6
Profissionais de organização e administração de empresas e afins	3683	0,10	3,0
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	3224	0,10	2,0
Professores do ensino superior	3011	0,03	6,7

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 2.10, por sua vez, apresenta as 20 ocupações que melhor remuneraram em 2010. Em geral, foram ocupações que exigem nível técnico ou superior.

Tabela 2.10 – As 20 ocupações que melhor remuneraram em 2010 – Região Metropolitana de Goiânia (Salários Mínimos)

CBO 2002 subgrupo	Total
Agrônomos e afins	18,5
Diretores de produção e operações	11,1
Engenheiros, arquitetos e afins	9,1
Diretores gerais	8,4
Atletas, desportistas e afins	8,2
Técnicos da produção agropecuária	8,1
Diretores de áreas de apoio	7,7
Dirigentes e administradores de organização de interesse público	7,6
Advogados, procuradores, tabeliões e afins	7,3
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização	6,8
Técnicos em mineralogia e geologia	6,7

Professores do ensino superior	6,7
Supervisores na exploração agropecuária	6,3
Pesquisadores	6,1
Supervisores da fabricação de celulose e papel	6,0
Físicos, químicos e afins	5,8
Cientistas sociais, psicólogos e afins	5,4
Profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial	5,0
Profissionais da eletromecânica	4,9
Técnicos de nível médio em operações financeiras	4,9

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

As profissões e suas remunerações são indicadores importantes sobre qual tipo de trabalho é mais valorizado ou menos valorizado na região e apresentam uma referência para a atuação na educação, em seus diversos níveis e modalidades.

1.6 Planos Governamentais de Desenvolvimento

Dentre os principais objetivos do Governo do Estado de Goiás até 2015, previstos no plano plurianual (PPA 2012/2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico. GOIÁS, 2012), encontram-se: aumento da eficiência dos órgãos públicos, educação básica de qualidade (por meio da qualificação do quadro de professores e aprimoramento dos métodos pedagógicos, entre outros), programas de ampliação da segurança (inclusive melhoria da polícia técnico-científica), fortalecimento do setor agropecuário, melhoria na infraestrutura urbana (ênfase em estradas e saneamento), otimização industrial (ênfase na indústria química), desenvolvimento do turismo, melhora do sistema de saúde (ênfase no acompanhamento da gravidez e no atendimento de crianças até 2 anos).

Os projetos diretamente ligados especificamente à Região Metropolitana de Goiânia são:

- Programa Fomento à Cultura do Centro Cultural Oscar Niemeyer: inclui, entre suas ações, apoio às atividades culturais e promoção de eventos.
- Programa de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, entre suas ações se encontram: abastecimento de água, apoio ao funcionamento do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CODEMETRO), apoio às atividades culturais, construção e gerenciamento de unidades assistenciais por meio de parcerias público-privadas, coordenação da elaboração do Plano Diretor da Região Metropolitana de Goiânia, desenvolvimento institucional e fortalecimento

da gestão metropolitana, divulgação institucional, fomento a projetos de desenvolvimento municipal/regional, fortalecimento da capacidade técnica dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, implantação de infraestrutura urbana e social, operacionalização de projetos especiais, redes de atendimento médico/psicossocial, reformas / restaurações / construções / instalações de imóveis e centros culturais, saúde e segurança.

- Programa Mostra Goiás: entre suas ações está o apoio a eventos de turismo religioso e, embora não especifique em quais municípios, muito provavelmente afeta o município de Trindade, por sua tradição de turismo religioso.

1.7 Arranjos Produtivos Locais

O Quadro 2.1 apresenta os Arranjos Produtivos Locais presentes na Região Metropolitana de Goiânia. Pode-se notar que a maior parte tem como cidade polo Goiânia, o que era de se esperar, por ser o centro da RMG. Como é comum de uma grande região, as atividades são bastante diversificadas.

Quadro 2.1 – Arranjos Produtivos Locais na Região Metropolitana de Goiânia

Arranjo Produtivo Local	Produtos	Cidade Polo
Calçados de Goiânia e Goianira	Calçados e Acessórios	Goiânia
Confecções de Moda Feminina de Goiânia	Confecções - Roupas Femininas	Goiânia
Lácteo da Região da Estrada de Ferro	Leite e Derivados	Bela Vista de Goiás
Moveleiro de Goiânia e Região Metropolitana	Móveis	Goiânia
TI de Goiânia e Aparecida	Software	Goiânia
Audiovisual de Goiânia	Produtos Audiovisuais (TIC)	Goiânia
Clínicas de Saúde de Goiânia	Serviços em Saúde	Goiânia
Economia Criativa da Música de Goiânia	Fomento à cultura	Goiânia
Orgânicos da Grande Goiânia e Silvânia	Orgânicos	Goiânia
Projeto Cadeia Produtiva da Floricultura	Flores para Ajardinamento e Ornamentações	Goiânia
Turismo Religioso de Trindade	Turismo	Trindade
Aquicultura da Grande Goiânia	Peixes, Anfíbios e Plantas Aquáticas	Goiânia
Mandioca em Bela Vista ¹	Mandioca e Derivados	Bela Vista de Goiás

Fonte: SEGPLAM-GO/IMB – 2012. Adaptada.

<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/down/perfil_e_potencialidades_dos_munic%C3%ADpios_goianos.pdf>

¹Arranjo em articulação.

²Arranjo apoiado pelo Ministério da Integração/RIDE.

2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

2.1 Dados Demográficos

Dentre os vinte municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, cinco sediam unidades das Instituições de Ensino Superior Públicas, a saber: Aparecida de Goiânia, Goiânia, Inhumas, Senador Canedo e Trindade.

A RMG detém 36,19% da população do Estado de Goiás, sendo Goiânia o município de maior concentração populacional da referida região (59,91%), segundo dados de 2010.

Em todos os municípios que sediam unidades das Instituições de Ensino Superior Públicas, a população de pardos e de pretos é maior que a população de brancos. Em toda a RMG, a população de pardos e de pretos somam 54,07% do total. Nos municípios de Goiânia e de Inhumas um número maior de pessoas se declarou brancas: 47,95% e 48,07%, respectivamente.

Tabela 3.1 - População residente, por cor ou raça, segundo os municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2010

Municípios/Microrregião e Estado	População residente						
	Total	Cor ou raça					Sem declaração
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Abadia de Goiás	6876	2842	405	140	3482	7	-
Aparecida de Goiânia	455657	167199	38101	7853	241709	794	1
Aragoiânia	8365	3692	320	50	4301	2	-
Bela Vista de Goiás	24554	12259	1196	316	10748	35	-
Bonfinópolis	7536	3373	444	100	3602	17	-
Brazabrantes	3232	1540	105	17	1570	-	-
Caldazinha	3325	1619	191	86	1424	5	-
Caturai	4686	1831	122	134	2598	1	-
Goianópolis	10695	4690	399	181	5405	20	-
Goiânia	1302001	624347	73966	21936	579595	2135	22
Goianira	34060	11965	2498	518	19048	31	-
Guapó	13976	5538	676	139	7609	7	7
Hidrolândia	17398	8060	970	306	8051	11	-
Inhumas	48246	23194	2233	522	22272	25	-
Nerópolis	24210	10388	1162	697	11937	26	-
Nova Veneza	8129	4284	300	75	3469	1	-
Santo Antônio de Goiás	4703	1898	238	71	2493	3	-
Senador Canedo	84443	27108	6843	1458	48857	177	-
Terezópolis de Goiás	6561	2454	334	194	3578	1	-
Trindade	104488	39720	5710	1701	57237	120	-
Região Metropolitana de Goiânia	2173141	958001	136213	36494	1038985	3418	30
Goiás	6003788	2502119	391918	98478	3002673	8533	67

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

O Gráfico 3.1 apresenta as pirâmides etárias da Região Metropolitana de Goiânia nos anos 2000 e 2010, sendo que a pirâmide transparente corresponde ao ano 2000 e a pirâmide sombreada ao ano 2010. Os graus de sombreado distinguem as faixas etárias, sendo que a de baixo corresponde à infância, a do meio corresponde à fase adulta, e a de cima corresponde à terceira idade.

Diferentemente da tendência das microrregiões do Estado de Goiás, que é de diminuir o número de pessoas nas faixas mais jovens e aumentar nas faixas mais idosas, a Região Metropolitana de Goiânia apresentou crescimento em todas as faixas etárias, mas principalmente das faixas etárias pertencentes à fase adulta, com destaque para as faixas entre os 29 e os 34 anos. Em parte, esse crescimento geral se deve à migração que a região recebe de outras regiões do Estado de Goiás e do Brasil.

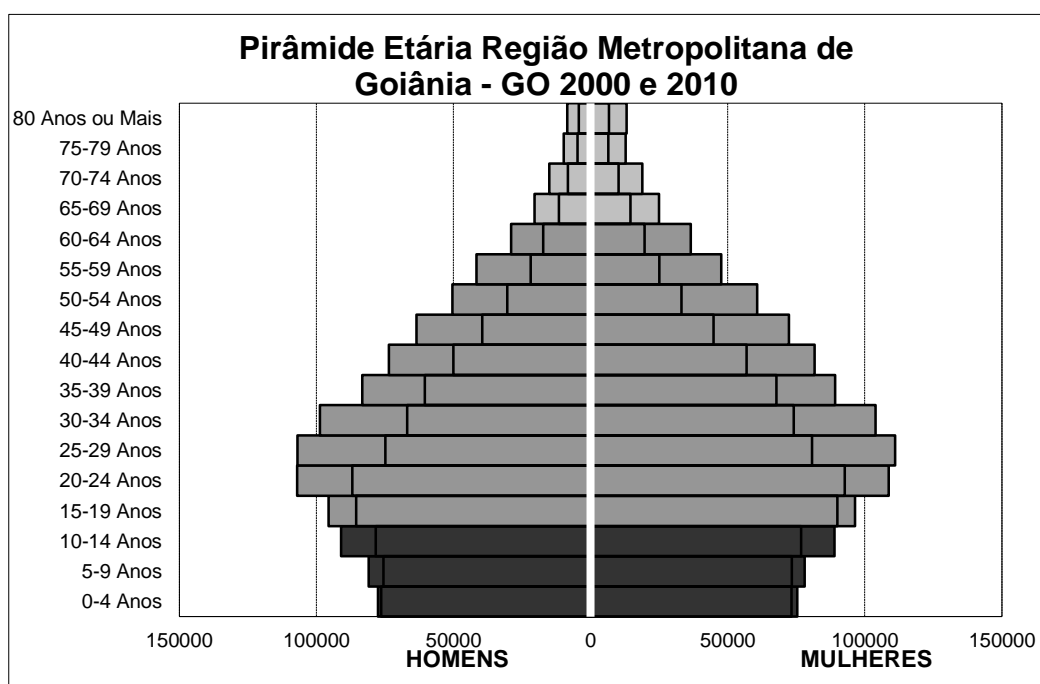


Gráfico 3.1 – Pirâmide Etária da Região Metropolitana de Goiânia nos anos 2000 e 2010.
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE.

2.2 Aspectos Sociais

Do total da população da RMG, 30,15% frequentavam algum nível ou modalidade de ensino, segundo os dados de 2010. Os níveis de ensino que mais concentraram pessoas foram o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e o Ensino Superior, nessa ordem. Em Goiânia, essa

realidade é um pouco diferente, pois o Ensino Superior aglutinou um maior número de estudantes do que o Ensino Médio.

Tabela 3.2 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo os municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2010

Municípios	Pessoas que frequentavam escola ou creche								
	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização	Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio	Superior	nível superior, mestrado ou
Abadia de Goiás	1879	43	219	211	-	956	272	140	38
Aparecida de Goiânia	143492	2607	10453	8547	1717	73532	30058	15158	1421
Aragoiânia	2211	15	227	157	17	1319	338	113	25
Bela Vista de Goiás	6678	46	667	268	111	3662	1364	448	112
Bonfinópolis	2133	-	201	20	6	1403	338	155	11
Brazabrantes	860	-	83	31	3	449	205	88	-
Caldazinha	897	25	97	81	45	399	165	69	15
Caturai	1109	-	88	63	4	693	171	86	5
Goianápolis	2933	24	185	377	9	1531	528	269	10
Goiânia	394570	1090 3	27951	1800 8	2911	16212 6	77609	82512	1255 1
Goianira	9657	91	939	596	34	5830	1541	556	70
Guapó	3744	28	336	337	37	2098	604	294	9
Hidrolândia	4943	126	448	372	5	2713	778	454	46
Inhumas	13804	283	865	996	199	6714	2573	1928	246
Nerópolis	6681	141	687	362	12	3625	1235	589	31
Nova Veneza	2022	2	306	94	4	1066	364	177	8
Santo Antônio de Goiás	1286	20	116	20	13	816	241	54	6
Senador Canedo	26087	784	1718	1726	207	14831	4811	1744	267
Terezópolis de Goiás	30528	551	2218	1884	153	16908	5745	2856	213
Trindade	30528	551	2218	1884	153	16908	5745	2856	213
Região Metropolitana de Goiânia	655370	1566 8	47745	3412 2	5471	30065 2	12896 5	10764 8	1500 9
Goiás	178784 7	4562 0	13731 6	9930 4	1728 9	90567 3	33719 8	21854 8	2690 0

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na RMG grande parte da população não tinha instrução ou cursaram o Ensino Fundamental, porém, sem concluir. Em Aparecida de Goiânia, essa situação representava 48,47% da população com 10 anos ou mais de idade. Em Goiânia, totalizavam 34,17%, em Senador Canedo, 51,84%, em Trindade, 53,82%. Inhumas apresentava o maior número de pessoas com esse nível de escolaridade: 57,64%.

De modo geral, o nível de instrução Ensino Médio Completo e Superior Incompleto aglutinava o segundo maior número de pessoas.

Deve-se notar que a redução progressiva da concentração populacional à medida que os níveis educacionais aumentam, em parte, é característica do próprio recorte populacional, pois a metodologia do IBGE inclui um grande número de pessoas que ainda estão no período de escolarização e poderão atingir maiores níveis educacionais.

Salienta-se que esta tabela segue o padrão do IBGE que classifica todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, incluindo a população que não é economicamente ativa (pessoas acima de 65 anos, aposentados, pessoas entre 10 e 16 anos etc.).

Comparando com o conjunto dos trabalhadores formalmente empregados, temos 47,5% com Ensino Médio Completo a Superior Incompleto (conforme Gráfico 2.2), enquanto esse percentual para pessoas de 10 anos ou mais de idade cai para 28,04 % nesse nível de instrução conforme a tabela abaixo.

Tabela 3.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Abadia de Goiás	5805	3234	1139	1103	328	-
Aparecida de Goiânia	379649	184036	75504	93811	20608	5690
Aragoiânia	7083	4403	1031	1314	300	34
Bela Vista de Goiás	21059	11884	3714	4310	955	195
Bonfinópolis	6310	3850	1145	1111	194	11
Brazabrantes	2837	1681	467	616	73	-
Caldazinha	2879	1656	588	484	139	12
Caturai	3992	2637	666	537	149	2
Goianópolis	8966	5383	1408	1775	359	41
Goiânia	1130523	386374	205961	353371	177697	7119
Goianira	28429	16553	5413	5617	718	127
Guapó	11928	7371	1771	2366	355	66
Hidrolândia	14714	8191	2599	3023	853	49
Inhumas	42060	24247	8019	6995	2609	191
Nerópolis	20521	10272	3877	5166	949	256
Nova Veneza	6960	3862	1075	1732	285	6
Santo Antônio de Goiás	3968	2087	734	976	170	1
Senador Canedo	69732	36152	14358	16553	2277	392
Terezópolis de Goiás	88345	47552	17268	19232	3454	839
Trindade	88345	47552	17268	19232	3454	839

Região Metropolitana de Goiânia	1854525	760177	346819	520094	212379	15056
Goiás	5092674	2527434	924234	1213946	394491	32568

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

A Tabela 3.4 apresenta dados alarmantes quanto ao número de crianças com idade entre 10 a 13 anos ocupadas. Embora haja distorções perceptíveis em pesquisas declaratórias como essa, é válido enfatizar que esses dados demonstram a necessidade de aprofundamento de políticas públicas de acesso e permanência das crianças nas escolas, bem como do acesso dessas famílias a programas sociais de renda para que essas crianças não tenham que abandonar ou colocar em segundo plano suas vidas escolares.

Tabela 3.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo os municípios da Região Metropolitana de Goiânia que Sediam IES Públicas – 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade				
	TOTAL	Condição de atividade na semana de referência			
		Economicamente ativas			Não economicamente ativas
		Total	Condição de ocupação na semana de referência		
Ocupadas	Desocupadas				
Abadia de Goiás	5805	3679	3493	186	2126
Aparecida de Goiânia	379649	248591	233547	15044	131058
Aragoiânia	7083	4464	4172	292	2619
Bela Vista de Goiás	21059	13218	12364	854	7840
Bonfinópolis	6310	3831	3609	222	2479
Brazabrantes	2837	1654	1508	146	1183
Caldazinha	2879	1693	1543	149	1186
Caturaí	3992	2424	2248	176	1568
Goianápolis	8966	5266	4852	414	3700
Goiânia	1130523	748569	708550	40019	381953
Goianira	28429	17778	16565	1213	10651
Guapó	11928	6948	6705	243	4980
Hidrolândia	14714	9155	8697	458	5560
Inhumas	42060	25969	24822	1146	16092
Nerópolis	20521	12584	11973	612	7936
Nova Veneza	6960	4455	4220	235	2505
Santo Antônio de Goiás	3968	2571	2349	222	1397
Senador Canedo	69732	45803	42212	3590	23929
Terezópolis de Goiás	5419	3370	2983	388	2049
Trindade	88345	53532	50084	3448	34813
Região Metropolitana de Goiânia	1854525	1211750	1142835	68915	642775
Goiás	5092674	3158254	2959329	198924	1934420
Pessoas com Idade entre 10 a 13 anos					
Abadia de Goiás	498	43	29	15	455
Aparecida de Goiânia	34154	2145	1876	269	32009
Aragoiânia	587	32	27	6	555
Bela Vista de Goiás	1631	92	92	-	1539
Bonfinópolis	556	26	23	3	530

Brazabrant	233	7	2	5	226
Caldazinha	234	20	17	4	213
Caturai	324	13	9	4	311
Goianapolis	815	70	45	24	745
Goiânia	78449	4806	4079	727	73643
Goianira	2673	161	131	30	2512
Guapó	1087	54	54	-	1033
Hidrolândia	1298	65	65	-	1233
Inhumas	3062	261	201	60	2801
Nerópolis	1708	105	96	9	1603
Nova Veneza	546	55	55	-	491
Santo Antônio de Goiás	358	12	9	3	347
Senador Canedo	6732	352	308	45	6380
Terezópolis de Goiás	518	48	17	31	470
Trindade	7787	431	344	87	7356
Região Metropolitana de Goiânia	142701	8765	7449	1316	133935
Goiás	422417	27289	23067	4222	395128
Pessoas com 14 anos ou mais					
Abadia de Goiás	5307	3636	3464	171	1671
Aparecida de Goiânia	345495	246446	231671	14775	99049
Aragoiânia	6495	4432	4145	286	2064
Bela Vista de Goiás	19427	13127	12273	854	6301
Bonfinópolis	5754	3805	3585	219	1949
Brazabrant	2604	1647	1506	141	957
Caldazinha	2645	1672	1526	146	973
Caturai	3668	2411	2239	172	1258
Goianapolis	8151	5196	4807	390	2955
Goiânia	1052073	743763	704471	39292	308310
Goianira	25756	17617	16433	1183	8139
Guapó	10842	6895	6652	243	3947
Hidrolândia	13416	9090	8632	458	4326
Inhumas	38998	25707	24621	1086	13291
Nerópolis	18813	12479	11877	602	6334
Nova Veneza	6414	4400	4164	235	2014
Santo Antônio de Goiás	3610	2559	2340	219	1051
Senador Canedo	62999	45450	41905	3546	17549
Terezópolis de Goiás	4901	3322	2965	357	1579
Trindade	80558	53101	49740	3361	27457
Região Metropolitana de Goiânia	1711824	1202985	1135386	67599	508839
Goiás	4670258	3130965	2936262	194703	1539292

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na Tabela 3.5 verifica-se a tendência de menor número de mulheres ocupadas e, quando ocupadas, de remuneração menor que a dos homens. A diferença média salarial em favor dos homens foi de R\$ 382,08 na RMG.

Tabela 3.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo os municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho			Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$)					
	Total	Sexo		Médio			Mediano		
		Homens	Mulheres	Total	Sexo		Total	Sexo	
					Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Abadia de Goiás	3411	1988	1422	947,55	1091,64	746,13	600,00	800,00	510,00
Aparecida de Goiânia	228870	128665	100205	1110,46	1308,67	855,96	710	800	600
Aragoiânia	3813	2283	1531	939,39	1039,58	789,99	630,00	700,00	510,00
Bela Vista de Goiás	11849	7465	4384	1223,58	1502,67	748,39	700,00	800,00	510,00
Bonfinópolis	3437	2075	1363	824,82	909,14	696,47	560,00	600,00	510,00
Brazabrantes	1476	963	513	866,51	945,07	718,99	600,00	700,00	510,00
Caldazinha	1414	853	560	878,12	984,63	715,86	600,00	700,00	510,00
Caturai	2147	1419	728	836,85	911,76	690,87	600,00	700,00	510,00
Goianópolis	4638	3073	1565	1009,22	1188,39	657,31	510,00	600,00	510,00
Goiânia	694092	374439	319654	1894,66	2208,81	1526,68	1000,00	1020,00	800
Goianira	16156	9841	6315	948,66	1096,31	718,55	700,00	800,00	550,00
Guapó	6481	3961	2520	1150,50	1450,45	679,03	600,00	700,00	510,00
Hidrolândia	8429	5232	3197	1066,22	1229,47	799,07	700,00	800,00	510,00
Inhumas	24032	13963	10069	1074,27	1264,32	810,72	700	800	510
Nerópolis	11585	6900	4686	935,47	1052,03	763,83	600,00	730,00	510,00
Nova Veneza	3824	2378	1446	811,26	881,49	695,78	510,00	600,00	510,00
Santo Antônio de Goiás	2293	1417	875	968,15	1086,56	776,45	640,00	770,00	510,00
Senador Canedo	41083	23772	17311	918,11	1018,52	780,23	650	750	510
Terezópolis de Goiás	2906	1831	1075	869,88	1002,91	643,34	600,00	700,00	510,00
Trindade	49120	28493	20627	944,01	1062,72	780,05	680	800	510
Região Metropolitana de Goiânia	1121056	621011	500046	1010,89	1161,76	779,68	615	740	510
Goiás	2844988	1686143	1158844	1323,53	1509,42	1053,04	750	800	600

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

2.3 Índice de Desenvolvimento Humano⁵

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – PNUD Brasil produziu um novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Com dados do Censo 2010, esse novo Atlas apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de todos os municípios do país, bem como indicadores de suporte à análise do IDH. Os IDHs Municipais são compostos por IDH-Renda, IDH-Educação e IDH-Longevidade, que são apresentados na tabela a seguir.

No que tange ao IDH, nota-se que o município de Goiânia, em 2000, apresentava melhores resultados que os outros municípios que compõem a RMG. Entretanto, essa diferença no índice diminuiu significativamente considerando os dados de 2010.

De acordo com a classificação segundo o IDH, todos os municípios tem IDH-M considerado médio (entre 0,500 a 0,799). Entre todos os IDHs do ano 2010, os de longevidade são os maiores, sendo classificados como elevado (igual ou superior 0,800) em todos os municípios.

Tabela 3.6 - Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios que Sédiam Instituições de Ensino Superior Públicas na Região Metropolitana de Goiânia.

Índices	Aparecida de Goiânia			Goiânia			Inhumas			Senador Canedo			Trindade		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
IDH-M/Renda	0,584	0,628	0,716	0,717	0,776	0,824	0,616	0,668	0,718	0,524	0,591	0,676	0,580	0,616	0,682
IDH-M/Educação	0,229	0,403	0,620	0,420	0,591	0,739	0,278	0,437	0,618	0,141	0,296	0,617	0,218	0,383	0,608
IDH-M/Longevidade	0,658	0,779	0,834	0,718	0,796	0,838	0,687	0,800	0,842	0,657	0,735	0,827	0,680	0,777	0,822
IDH - Municipal	0,445	0,582	0,718	0,600	0,715	0,799	0,490	0,616	0,720	0,365	0,505	0,701	0,441	0,568	0,699

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do PNUD Brasil – 2013.

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PenuD, busca oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto - PIB, que estabelece uma mensuração econômica do país.

2.4 Endemias⁶

Os dados referentes a endemias conforme disponibilizado pelo DATASUS não permite que seja agregado a partir da Região Metropolitana. Desta forma, as informações da tabela a seguir não incluem os dados dos municípios de Brazabrantes, Inhumas e Caturai, visto que compreende apenas a Microrregião de Goiânia.

O número de casos de dengue registrados na Microrregião de Goiânia foi considerado alto no ano de 2011. Foram 1.191 casos entre dengue clássico e febre hemorrágica. De todo modo, ressalta-se a possibilidade de haver subnotificação dessas ocorrências o que implica em considerar um número maior que o levantado.

Tabela 3.7 - Número de Casos de Dengue Registrados na Microrregião de Goiânia – 2011

Endemias	Microrregião de Goiânia
Dengue [dengue clássico]	1.191
Febre hemorrágica devido ao vírus da dengue	129
TOTAL	1.320

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do DATASUS.

Nota: Os dados referentes a endemias conforme disponibilizado pelo DATASUS não permite que seja agregado a partir da Região Metropolitana. As informações dessa tabela não incluem os dados dos municípios de Brazabrantes, Inhumas e Caturai.

3 ASPECTOS EDUCACIONAIS

Neste capítulo será relacionado um conjunto de informações referentes aos aspectos educacionais que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, a oferta de cursos por parte das instituições de ensino superior, bem como a projeção de cursos a serem ofertados no IFG até 2016.

De 2001 a 2006 percebe-se o aumento de 5,56% no número de docentes. Em 2011 o número de docentes apresentou queda de -6,52% em relação a 2006 na região Metropolitana de Goiânia.

⁶ Endemia pode ser conceituada como a ocorrência de uma doença dentro de um número esperado de casos para aquela região, naquele período de tempo, baseado na sua ocorrência em anos anteriores não epidêmicos. Epidemia representa a ocorrência de uma doença acima da média (ou mediana) histórica de sua ocorrência. A doença causadora de uma epidemia tem geralmente aparecimento súbito e se propaga por determinado período de tempo em determinada área geográfica, acometendo frequentemente elevado número de pessoas. Quando uma epidemia atinge vários países de diferentes continentes, passa a ser denominada pandemia.

Tabela 4.1: Número de docentes por municípios na Região Metropolitana de Goiânia – 2001, 2006, 2011.

Número de Docentes			
MUNICÍPIO	2001	2006	2011
Abadia de Goiás	66	83	91
Aparecida de Goiânia	3.377	3.961	4.015
Aragoiânia	101	92	91
Bela Vista de Goiás	246	286	232
Bonfinópolis	83	81	92
Brazabrantes	36	39	37
Caldazinha	35	45	33
Caturai	48	48	43
Goianópolis	118	127	121
Goiânia	15.156	15.366	13.835
Goianira	216	277	319
Guapó	189	176	150
Hidrolândia	176	186	193
Inhumas	664	706	663
Nerópolis	230	242	261
Nova Veneza	89	81	80
Santo Antônio de Goiás	49	52	58
Senador Canedo	510	852	778
Terezópolis de Goiás	68	70	74
Trindade	1.066	1006	1058
Região Metropolitana de Goiânia	22.523	23.776	22.224

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

O número de estabelecimentos de ensino apresentou crescimento de 14,79%, 84,37% e 25% nos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, respectivamente. Nos municípios de Goiânia e Inhumas a queda foi de 6,17% e 14,28% também respectivamente. Em toda a RMG o saldo foi de -0,96%.

Tabela 4.2: Número de Estabelecimentos de Ensino por Municípios na Região Metropolitana de Goiânia – 2001, 2006, 2011.

Número de Estabelecimentos de Ensino			
MUNICÍPIO	2001	2006	2011
Abadia de Goiás	5	6	8
Aparecida de Goiânia	169	176	194
Aragoiânia	8	7	7
Bela Vista de Goiás	28	27	17
Bonfinópolis	4	4	6
Brazabrantes	5	5	5
Caldazinha	10	4	3
Caturai	4	3	2
Goianópolis	8	8	9
Goiânia	777	702	729
Goianira	16	14	15
Guapó	11	10	11

Hidrolândia	25	23	22
Inhumas	56	49	48
Nerópolis	16	14	16
Nova Veneza	7	6	6
Santo Antônio de Goiás	3	3	4
Senador Canedo	32	54	59
Terezópolis de Goiás	9	7	8
Trindade	48	53	60
Região Metropolitana de Goiânia	1.241	1.175	1.229

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

O crescimento do número de salas de aulas em todos os municípios que possuem instituições de ensino superior públicas é visível. A tabela a seguir confirma essa afirmação. A média de crescimento do número de salas de aula nesses municípios foi de 55,21%.

Tabela 4.3: Número de Salas de Aula por Municípios na Região Metropolitana de Goiânia – 2001, 2006, 2011.

Número de Salas de Aula			
MUNICÍPIO	2001	2006	2011
Abadia de Goiás	27	42	48
Aparecida de Goiânia	1.458	1.755	2.275
Aragoiânia	50	45	43
Bela Vista de Goiás	139	154	153
Bonfinópolis	31	39	41
Brazabrantes	20	21	21
Caldazinha	21	30	30
Caturai	24	23	23
Goianápolis	49	54	52
Goiânia	6.738	6.687	8.261
Goianira	110	124	174
Guapó	75	69	89
Hidrolândia	104	108	135
Inhumas	310	313	363
Nerópolis	101	105	133
Nova Veneza	47	47	57
Santo Antônio de Goiás	22	26	35
Senador Canedo	213	380	523
Terezópolis de Goiás	34	33	41
Trindade	419	487	565
Região Metropolitana de Goiânia	9.992	10.542	13.062

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

A taxa de alfabetização também apresentou crescimento ao longo do período analisado em todos os municípios que possuem instituições de ensino superior públicas, sendo que o município que mais se destacou foi o município de Senador Canedo.

Tabela 4.4: Taxa de Alfabetização nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 1991, 2000, 2010.

Taxa de Alfabetização			
MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Abadia de Goiás	-	89,2	92,97
Aparecida de Goiânia	85,2	92,1	95,04
Aragoiânia	77,5	85,4	90,6
Bela Vista de Goiás	80,3	87,7	91,35
Bonfinópolis	74	85,5	90,37
Brazabrantes	76,4	86,2	90,01
Caldazinha	76,2	87,8	90,26
Caturai	75,7	83,2	88,55
Goianópolis	69,7	84,3	85,14
Goiânia	92,1	95,2	96,85
Goianira	79,9	88,1	92,36
Guapó	81,1	86,6	90,01
Hidrolândia	79,5	87	93,49
Inhumas	81,6	87,8	90,69
Nerópolis	80,8	87,7	92,19
Nova Veneza	79,1	86,5	91,99
Santo Antônio de Goiás	-	86,7	92,14
Senador Canedo	77,3	90	93,97
Terezópolis de Goiás	-	82,4	88,39
Trindade	82,6	89,1	92,41
Região Metropolitana de Goiânia	67,4	87,4	91,43

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Em relação ao número de matrículas na Região Metropolitana de Goiânia, percebe-se uma queda de 15,40% ao longo do período analisado.

Tabela 4.5: Número Total de Matrículas nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número Total de Matrículas			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	1.675	1.902	2.040
Aparecida de Goiânia	117.095	108.985	100.332
Aragoiânia	2.658	2.086	2.023
Bela Vista de Goiás	5.912	5.235	5.411
Bonfinópolis	1.907	1.958	2.046
Brazabrantes	910	733	634
Caldazinha	881	919	763
Caturai	1.329	1.099	1.039
Goianópolis	3.328	2.863	2.757
Goiânia	355.330	288.449	286.448
Goianira	6.336	7.410	9.382
Guapó	4.072	3.651	3.247
Hidrolândia	3.923	3.987	4.209
Inhumas	16.884	13.262	11.054
Nerópolis	7.003	6.082	6.243

Nova Veneza	2.183	1.912	1.723
Santo Antônio de Goiás	1.311	1.131	1.424
Senador Canedo	16.232	22.350	23.498
Terezópolis de Goiás	1.743	1.811	1.732
Trindade	28.588	25.685	24.094
Região Metropolitana de Goiânia	579.300	501.510	490.099

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Quanto ao número de matrículas na creche, percebe-se um crescimento modesto no período de 2002 a 2007 (5,85%) e no período de 2007 a 2012, foi registrado um crescimento mais significativo em termos absolutos (38,17%).

Tabela 4.6: Número de Matrículas na Creche nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Creche			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	43	32	56
Aparecida de Goiânia	256	607	973
Aragoiânia	-	-	-
Bela Vista de Goiás	42	87	195
Bonfinópolis	-	-	46
Brazabrantes	-	-	-
Caldazinha	-	78	-
Caturai	-	-	-
Goianápolis	67	-	76
Goiânia	9.832	8.727	12.075
Goianira	37	73	123
Guapó	-	87	-
Hidrolândia	40	152	269
Inhumas	353	429	672
Nerópolis	162	150	215
Nova Veneza	16	41	3
Santo Antônio de Goiás	-	-	107
Senador Canedo	206	843	996
Terezópolis de Goiás	-	53	-
Trindade	193	547	645
Região Metropolitana de Goiânia	11.247	11.906	16.451

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Na Educação de Jovens e Adultos o número de matrículas sofreu uma queda significativa nos últimos dez anos (47,07%). De 2002 a 2007 o saldo foi de -20,37% e de 2007 a 2012 o saldo foi de -33,52%.

Tabela 4.7: Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na EJA			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	-	-	-
Aparecida de Goiânia	6.663	7.565	4.447
Aragoiânia	296	168	24
Bela Vista de Goiás	393	154	117
Bonfinópolis	-	131	96
Brazabrantes	-	-	-
Caldazinha	123	46	16
Caturai	-	110	24
Goianópolis	354	214	165
Goiânia	23.176	14.228	10.151
Goianira	-	556	186
Guapó	222	235	144
Hidrolândia	58	82	110
Inhumas	1.613	860	510
Nerópolis	499	499	413
Nova Veneza	78	-	33
Santo Antônio de Goiás	183	58	157
Senador Canedo	162	2.077	1.642
Terezópolis de Goiás	-	-	-
Trindade	2.082	1.604	769
Região Metropolitana de Goiânia	35.902	28.587	19.004

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Na Educação Especial o número de matrículas cresceu significativamente ao longo do período analisado, saindo de um pouco mais que duas mil matrículas em 2002 para 5 mil em 2007 e chegando a quase 8 mil em 2012.

Tabela 4.8: Número de Matrículas na Educação Especial nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Educação Especial			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	-	17	41
Aparecida de Goiânia	49	696	1.767
Aragoiânia	-	5	117
Bela Vista de Goiás	-	49	57
Bonfinópolis	-	6	29
Brazabrantes	-	5	3
Caldazinha	-	5	16
Caturai	-	4	33
Goianópolis	-	23	45
Goiânia	2.363	3.247	4.454
Goianira	-	51	122
Guapo	-	35	28
Hidrolândia	-	17	32
Inhumas	127	182	220

Nerópolis	-	45	77
Nova Veneza	-	42	61
Santo Antônio de Goiás	-	5	26
Senador Canedo	-	319	361
Terezópolis de Goiás	-	5	8
Trindade	225	426	341
Região Metropolitana de Goiânia	2.764	5.184	7.838

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Na Região Metropolitana de Goiânia não foram registradas matrículas na Educação Profissional no ano de 2002. Já em 2007, o número de matrículas nessa modalidade de ensino foi de 6.323. Em 2012 o número de matrículas apresentou queda em relação ao ano anterior da série histórica com um saldo de -15,09%.

É importante perceber que no ano de 2007, só há matrículas na Educação Profissional no município de Goiânia. Já em 2012, cai o número de matrículas em Goiânia, e são registradas matrículas nos municípios de Aparecida de Goiânia, Inhumas e Senador Canedo.

Tabela 4.9: Número de Matrículas na Educação Profissional nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Educação Profissional			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	-	-	-
Aparecida de Goiânia	-	-	365
Aragoiânia	-	-	-
Bela Vista de Goiás	-	-	-
Bonfinópolis	-	-	-
Brazabrantes	-	-	-
Caldazinha	-	-	-
Caturai	-	-	-
Goianápolis	-	-	-
Goiânia	-	6.323	4.966
Goianira	-	-	-
Guapó	-	-	-
Hidrolândia	-	-	-
Inhumas	-	-	22
Nerópolis	-	-	-
Nova Veneza	-	-	-
Santo Antônio de Goiás	-	-	-
Senador Canedo	-	-	16
Terezópolis de Goiás	-	-	-
Trindade	-	-	-
Região Metropolitana de Goiânia	0	6.323	5.369

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Na pré-escola, o número de matrículas apresenta queda de -27,28% entre 2002 e 2007. Em 2012 o número de matrículas volta a crescer com relação a 2007. O saldo de toda a série histórica é de -0,87%.

Tabela 4.10: Número de Matrículas na Pré-escola nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Pré-Escola			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	61	84	254
Aparecida de Goiânia	3.209	3.311	3.830
Aragoiânia	166	178	203
Bela Vista de Goiás	520	535	589
Bonfinópolis	114	202	214
Brazabrantes	83	97	82
Caldazinha	65	-	83
Caturai	122	104	127
Goianópolis	48	127	323
Goiânia	27.561	16.256	22.800
Goianira	361	722	1.109
Guapó	234	229	388
Hidrolândia	184	291	451
Inhumas	1.246	1.232	1.100
Nerópolis	521	572	733
Nova Veneza	338	259	237
Santo Antônio de Goiás	77	105	152
Senador Canedo	479	1.057	1.961
Terezópolis de Goiás	50	166	178
Trindade	1.502	1.335	1.805
Região Metropolitana de Goiânia	36.941	26.862	36.619

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

No Ensino Fundamental foi registrada queda de 18,70% no número de matrículas ao longo da série histórica analisada. Já no Ensino Médio, a queda registrada foi de 3,59% na mesma série histórica.

Tabela 4.11: Número de Matrículas no Ensino Fundamental nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas no Ensino Fundamental			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	1.210	1.398	1.377
Aparecida de Goiânia	85.047	75.475	67.996
Aragoiânia	1.800	1.427	1.324
Bela Vista de Goiás	3.993	3.525	3.576
Bonfinópolis	1.461	1.322	1.310
Brazabrantes	702	503	450
Caldazinha	553	601	504

Caturai	979	694	661
Goianópolis	2.269	1.990	1.753
Goiânia	216.454	174.460	169.789
Goianira	4.659	4.897	6.422
Guapó	2.828	2.594	2.204
Hidrolândia	2.777	2.779	2.783
Inhumas	10.203	8.010	6.362
Nerópolis	4.241	3.679	3.807
Nova Veneza	1.334	1.167	1.058
Santo Antônio de Goiás	792	772	774
Senador Canedo	13.021	14.524	15.298
Terezópolis de Goiás	1.416	1.276	1.263
Trindade	19.650	17.764	16.466
Região Metropolitana de Goiânia	375.389	318.857	305.177

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Tabela 4.12: Número de Matrículas no Ensino Médio nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas no Ensino Médio			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Abadia de Goiás	246	371	312
Aparecida de Goiânia	16.656	21.331	20.954
Aragoiânia	236	308	355
Bela Vista de Goiás	594	885	877
Bonfinópolis	236	297	351
Brazabrantes	79	128	99
Caldazinha	101	189	144
Caturai	148	187	194
Goianópolis	398	509	395
Goiânia	72.930	65.208	62.213
Goianira	838	1.111	1.420
Guapó	555	471	483
Hidrolândia	566	666	564
Inhumas	2.211	2.549	2.168
Nerópolis	1.150	1.137	998
Nova Veneza	302	403	331
Santo Antônio de Goiás	192	191	208
Senador Canedo	2.010	3.530	3.224
Terezópolis de Goiás	194	311	283
Trindade	3.709	4.009	4.068
Região Metropolitana de Goiânia	103.351	103.791	99.641

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

3.1 Levantamento de Cursos e Identificação de Eixos Científico-Tecnológicos nas Instituições Públicas de Educação da Região Metropolitana de Goiânia

Neste tópico será apresentado um levantamento dos cursos oferecidos em Instituições públicas de educação da Região Metropolitana de Goiânia, bem como a identificação dos eixos científico-tecnológicos a que se referem. Esse levantamento faz parte de um projeto mais amplo que visa constituir uma grade de referências para atuação das instituições de ensino público nas diversas microrregiões que compõem o Estado de Goiás.

Eixos científico-tecnológicos são eixos aglutinadores de áreas científicas e tecnológicas afins, tendo em vista assegurar que um câmpus possa atuar de forma verticalizada e articulada nos diversos níveis e modalidades de ensino, bem como que esta atuação esteja integrada à atuação na pesquisa e na extensão. Eixos científico-tecnológicos, portanto, compõem um esforço para que o câmpus desempenhe a sua função social em sintonia com as demandas sociais, econômicas, educacionais e culturais presentes no contexto local e regional no qual se insere o câmpus da Instituição.

Deve-se salientar ainda que a definição dos eixos científico-tecnológicos também se caracteriza como uma iniciativa defensiva em face de processos que concorrem para a fragmentação da Instituição, bem como para a sua dispersão, o que pode determinar um processo de “senaização”⁷ da Instituição, rebaixando o papel que ela deve desempenhar como centro de ensino, de pesquisa e de extensão.

Recomenda-se a constituição de eixos científico-tecnológicos também para uma maior concentração e articulação da atuação pluricurricular do IFG em termos verticais, bem como a composição de uma estruturação da organização e da vida acadêmica da Instituição coerente à consolidação desses eixos. Dessa forma, os eixos científico-tecnológicos norteiam a seleção do corpo docente e técnico-administrativo, tendo em vista a mais elevada titulação e o perfil adequado para o desempenho do papel social da Instituição.

⁷ A expressão “senaização” foi formulada primeiramente por diversos estudiosos da educação profissional e tecnológica nos anos 1990, tendo em vista a identificação de processos que concorriam para o rebaixamento do papel social (bem como ameaçavam a existência) das instituições que compunham a atualmente denominada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – por exemplo: CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação, nº 14, Mio/Jun/Jul/Ago. Ano 2000, p. 89 a 107.). O Observatório do Mundo do Trabalho do IFG compreende por “senaização” a oferta não articulada e não integrada entre os diversos níveis de educação tecnológica nos Câmpus de um Instituto Federal (departamentos, áreas acadêmicas etc.) e entre a formação geral e a formação tecnológica, bem como a não articulação entre a educação tecnológica e a condução de projetos de pesquisa e de extensão, e a não articulação entre esses projetos com as demandas sociais e econômicas vinculadas ao desenvolvimento regional/local.

A definição dos eixos científico-tecnológicos abrirá caminho para a criação de “polos de ensino e formação”, ao permitir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os “polos de ensino e formação” são a constituição de convergências entre diversas modalidades de ensino e de cursos, incluindo a pós-graduação *stricto sensu*, bem como a sua articulação com a pesquisa e a extensão, no âmbito de cada câmpus, tendo em vista alcançar uma concentração e excelência em áreas de formação profissional e tecnológica. O estabelecimento de ‘polos’ constitui-se, portanto, em uma iniciativa de estruturação da vida acadêmica e da organização da instituição, com o objetivo de moderar dinâmicas que tendem a promover a fragmentação e a dispersão de instituições de ensino organizadas por meio de estruturas pluricurriculares e multicampi e que oferecem uma grande diversidade de níveis e de modalidades de ensino, bem como de cursos. Os primeiros passos no sentido da conformação de ‘polos de ensino e formação’ são determinados pela definição dos eixos científico-tecnológicos de cada câmpus, a partir dos quais serão oferecidos os primeiros cursos, numa perspectiva de agregação pluricurricular.

Esses “polos de ensino e formação”, por sua vez, poderão se desenvolver no sentido de alcançar uma excelência⁸ em termos científicos, tecnológicos e culturais, sobretudo evidenciados na atuação no ensino de pós-graduação *stricto sensu*.

3.1.1 Atuação do Instituto Federal de Goiás na Região Metropolitana de Goiânia

O Câmpus Aparecida de Goiânia do IFG oferta cursos ligados ao setor de Construção Civil, por meio do Curso Técnico Integrado em Edificações e o Bacharelado em Engenharia Civil. O Câmpus também está orientado para os setores de Química e Indústria de Produtos Alimentícios por meio do Curso Técnico Integrado em Química e Técnico Integrado em Agroindústria. Tem como planejamento do PDI a oferta de mais um curso na área de alimentos com o Curso Proeja em Panificação, além da oferta isolada dos cursos de Modelagem de Vestuário, Pedagogia Bilíngue e Dança que não constituem eixos científico-tecnológicos.

Pode-se verificar que os cursos e modalidades ofertados no Câmpus Aparecida de Goiânia do IFG se distribuem nos eixos de Controle e Processos Industriais e de Produção Alimentícia, e no eixo das Engenharias, conforme apresenta a tabela a seguir.

⁸ O conceito de excelência utilizado nesse texto compreende a busca da sintonia com as demandas sociais e produtivas, efetivação de uma educação inclusiva fundada na democratização do acesso e conclusão com êxito dos cursos, redução das taxas de evasão e de repetência dos alunos, desenvolvimento de pesquisa e de extensão em alto nível e socialmente engajada. Diz respeito à qualidade social da educação no sentido da construção de uma sociedade inclusiva, solidária e justa. Excelência que alia qualidade do que se faz no contexto educacional, tendo como referência o cidadão para quem é dirigida essa educação.

Quadro 4.1: Cursos Ofertados no IFG – Câmpus Aparecida de Goiânia.

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/ alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
INTEGRADO	Química	Int	30	Química	Int	30	Em andamento	Controle e Processos Industriais
	Edificações	Int	30	Edificações	Int	30	Em andamento	Infraestrutura
	Agroindústria	Int	30	Agroindústria	Int	30	Em andamento	Produção Alimentícia
SUBSEQUENTE								
PROEJA				Panificação	not	30	2013_1	Produção Alimentícia
				Modelagem de Vestuário	not	30	2014_1	Produção Cultural e Design
LICENCIATURA				Pedagogia Bilíngue	not	30	2015	Linguística, Letras e Artes
				Dança	not	30	2013_2	Linguística, Letras e Artes
TECNÓLOGO E BACHARELADO	Engenharia Civil	not	60	Engenharia Civil	not	30	2013_1	Engenharias

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Observa-se que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Câmpus Aparecida de Goiânia do IFG estão voltados para o atendimento do arco de ocupações profissionais vinculado às atividades da indústria de transformação e de construção civil⁹. Esses cursos e modalidades, embora apresentem uma pequena articulação entre si, não compõem um eixo científico-tecnológico estabelecido, mas tão somente em processo de estabelecimento e potencial.

A concepção de um Câmpus do IFG voltado para a consolidação do ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico reúne em Aparecida de Goiânia diversas potencialidades para a instalação de uma escola politécnica, tais como, concentração industrial ligada à indústria de transformação e de alimentos, aglomeração de população, o Câmpus possui espaço físico para

⁹ O curso Técnico Integrado em Mineração, atualmente ofertado no Câmpus Goiânia Centro, poderia ter seu deslocamento para o Câmpus Aparecida de Goiânia, com ampliação de sua oferta, com o Curso Superior de Tecnologia em Mineração e posteriormente a oferta do Bacharelado em Engenharia de Minas.

a construção de galpões tecnológicos, bem como outros espaços necessários. Ressalta-se também que o Câmpus Aparecida de Goiânia está em processo de consolidação, portanto, ainda sem vícios administrativos, como a concentração demasiada no ensino e, conseqüentemente, a negligência para com a pesquisa. Acredita-se também que diversos planos governamentais de financiamento para a formação de centros de pesquisa poderiam ser captados em um projeto dessa natureza, tais como o Plano Inova Empresa¹⁰.

Essa concepção direcionaria o Câmpus Aparecida de Goiânia à constituição de uma escola politécnica voltada para a pesquisa, com vistas ao desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo, colocando-se como uma alternativa para a oferta de novas tecnologias que possibilitem o desenvolvimento, sobretudo das indústrias ligadas ao setor alimentício, ao mesmo tempo atendendo ao micro e pequeno empresário que demanda pesquisa de alto nível para aplicação em tais empresas.

Para que seja conformado esse modelo proposto é necessária a oferta de novos cursos para estabelecimento e consolidação da referida proposta.

Quadro 4.2: Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – IFG Câmpus Aparecida de Goiânia.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo científico-tecnológico estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
Edificações	Técnico Integrado	Infraestrutura
Engenharia Civil	Bacharelado	
Química	Técnico Integrado	Processos Industriais e Indústria de Alimentos
Agroindústria	Técnico Integrado	
Panificação	PROEJA	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Modelagem de Vestuário	PROEJA	Não forma eixo científico-tecnológico
Pedagogia Bilíngue	Licenciatura	Não forma eixo científico-tecnológico
Dança	Licenciatura	

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

O Câmpus Goiânia Centro do IFG apresenta a oferta de cursos técnicos integrados e de cursos superiores a eles articulados a partir das áreas acadêmicas afins que foram constituídas com base na estruturação dos departamentos e nas áreas acadêmicas já existentes.

O Câmpus Goiânia Centro do IFG está dividido em quatro Departamentos de Áreas Acadêmicas que podem ser definidos como uma organização científica, pedagógica e de

¹⁰ Conf. <<http://www.finep.gov.br/inovaempresa/>>

gestão, responsável pela oferta dos cursos e disciplinas no âmbito de suas áreas de conhecimento, pelo desenvolvimento da pesquisa, inovação e ações de extensão definidas pelas políticas e pelas metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Departamento de Áreas Acadêmicas 1 subdivide-se em 4 coordenações de áreas acadêmicas: Coordenação de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Coordenação de Ciências Humanas e Filosofia, Coordenação de Turismo/ Hotelaria/ Proeja – Técnico em Cozinha, Coordenação de Educação Física.

O Departamento de Áreas Acadêmicas 2 subdivide-se em 4 coordenações de áreas acadêmicas: Coordenação de Ciência da Natureza e Matemática, Coordenação de Química, Coordenação de Mineração, Coordenação de Meio Ambiente.

O Departamento de Áreas Acadêmicas 3 subdivide-se em 3 coordenações de áreas acadêmicas: Coordenação de Transportes, Coordenação de Construção Civil, Coordenação de Geoprocessamento/Agrimensura.

O Departamento de Áreas Acadêmicas 4 subdivide-se em 4 coordenações de áreas acadêmicas: Coordenação de Eletrotécnica, Coordenação de Informática, Coordenação de Mecânica, Coordenação de Telecomunicação.

Para essas coordenações de áreas acadêmicas não serão detalhados os eixos científico-tecnológicos possíveis, pois a própria conformação dessas áreas já estabelece as possibilidades de atuação em rede, com possibilidades de aglutinações para oferta de cursos e atuação em nível de ensino, pesquisa e extensão.

É importante salientar que dentro do Câmpus Goiânia tem curso a oferta de licenciaturas nos diversos departamentos, a partir das suas áreas acadêmicas, o que possibilita estabelecer até o final da execução do PDI em 2016 a consolidação de um eixo científico-tecnológico transdisciplinar e multidisciplinar¹¹ de Licenciaturas.

Observa-se que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Câmpus Goiânia do IFG estão voltados prioritariamente para o atendimento do arco de ocupações profissionais vinculados às atividades industriais e de serviços. Esses cursos e modalidades apresentam uma relativa articulação entre si, o que pode vir a proporcionar, no processo de consolidação das áreas acadêmicas, a formação de diversos eixos científico-tecnológicos.

¹¹ A multidisciplinaridade ultrapassa as fronteiras disciplinares, mas sua meta permanece nos limites do quadro de referência da pesquisa disciplinar. A Interdisciplinaridade estabelece uma relação de reciprocidade, de mutualidade, um regime de co-propriedade, de interatividade, possibilitando o diálogo entre disciplinas e, por fim a transdisciplinaridade que não é específico de uma disciplina, mas entre e além delas.

Quadro 4.3: Cursos Ofertados no IFG pelo Departamento de Áreas Acadêmicas I – Câmpus Goiânia Centro.

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/ alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
INTEGRADO	Instrumento Musical	Mat.	30	Instrumento Musical	Mat.	30	Em andamento	Produção Cultural e Design
SUBSEQUENTE								
PROEJA	Cozinha	Not.	60	Cozinha	Not.	60	Em andamento	Hospitalidade e Lazer
LICENCIATURA	Musica	Vesp.	60	Musica	Vesp.	60	Em andamento	Linguística, Letras e Artes
	História	Vesp.	60	História	Vesp.	60	Em andamento	Ciências Humanas
				Letras	Vesp.	60	2015_1	Linguística, Letras e Artes
TECNÓLOGO E BACHARELADO	Tecnólogo em Hotelaria	Not.	80	Tecnólogo em Hotelaria	-	0	2013_1	Hospitalidade e Lazer
	Tecnólogo em Turismo	Mat.	80	Tecnólogo em Turismo	-	0	2013_1	Hospitalidade e Lazer
				Bacharelado Turismo	Not.	30	2013_1	Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Quadro 4.4: Cursos Ofertados no IFG pelo Departamento de Áreas Acadêmicas II – Câmpus Goiânia Centro.

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/ alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
INTEGRADO	Mineração	mat	30	Mineração	mat	30	Em andamento	Recursos Naturais
	Controle Ambiental	mat	30	Controle Ambiental	mat	30	Em andamento	Ambiente, Saúde e Segurança
SUBSEQUENTE	Mineração	not	60	Mineração	not	30	2013_1	Recursos Naturais
PROEJA				Meio Ambiente	not	60	2013_2	Ambiente, Saúde e Segurança
LICENCIATURA	Matemática	vesp	60	Matemática	vesp	60	Em andamento	Ciências Exatas e da Terra
				Física	vesp	60	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
TECNÓLOGO E BACHARELADO	Tecnólogo em Saneamento Ambiental	mat	80	Tecnólogo em Saneamento Ambiental	0	0	2013_1	Ambiente, Saúde e Segurança
	Tecnólogo em Processos Químicos	not	60	Tecnólogo em Processos Químicos	0	0	2013_1	Controle e Processos Industriais
				Engenharia Ambiental	mat	30	2013_1	Engenharias
				Bacharelado Química	not	30	2013_1	Ciências Exatas e da Terra

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Quadro 4.5: Cursos Ofertados no IFG pelo Departamento de Áreas Acadêmicas III – Câmpus Goiânia Centro.

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
INTEGRADO	Edificações	mat	30	Edificações	mat	30	Em andamento 2013	Infraestrutura
	Trânsito	mat	30	Trânsito	0	0		Infraestrutura
SUBSEQUENTE								
PROEJA				Transporte Rodoviário	not	60	2013_1	Infraestrutura
				Topografia	not	60	2015_1	Infraestrutura
LICENCIATURA								
TECNÓLOGO E BACHARELADO	Tecnólogo em Construção de Edifícios	not	60	Tecnólogo em Construção de Edifícios	0	0	2013_1	Infraestrutura
	Tecnólogo em Estradas	not	60	Tecnólogo em Estradas	0	0	2013_1	Infraestrutura
				Engenharia Civil	not	30	2013_1	Engenharias
	Tecnólogo em Transporte Terrestre	not	80	Tecnólogo em Transporte Terrestre	0	0	2013_1	Infraestrutura
				Engenharia da Mobilidade	not	30	2014_1	Engenharias
	Tecnólogo em Geoprocessamento	not	60	Tecnólogo em Geoprocessamento	0	0	2016_1	Informação e Comunicação
	Tecnólogo em Agrimensura	mat	60	Tecnólogo em Agrimensura	0	0	2016_1	Infraestrutura
				Engenharia Agrimensura Cartográfica	mat	30	2016_1	Engenharias

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Quadro 4.6: Cursos Ofertados no IFG pelo Departamento de Áreas Acadêmicas IV – Câmpus Goiânia Centro.

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
INTEGRADO	Eletrônica	mat	30	Eletrônica	mat	30	Em andamento	Controle e Processos Industriais
	Eletrotécnica	mat	30	Eletrotécnica	mat	30	Em andamento	Controle e Processos Industriais
	Informática para Internet	mat	30	Informática para Internet	0	0	2013	Informação e Comunicação
				Telecomunicações	mat	30	2014	Informação e Comunicação
SUBSEQUENTE	Mecânica	not	60	Mecânica	not	30	2013_1	Controle e Processos Industriais

	Eletrotécnica	not	60	Eletrotécnica	not	30	2013_1	Controle e Processos Industriais
PROEJA				Informática	not	60	2013_1	Informação e Comunicação
LICENCIATURA								
TECNÓLOGO E BACHARELADO	Tecnólogo em Redes de Telecomunicação	mat	60	Tecnólogo em Redes de Telecomunicação	0	0	2013_1	Informação e Comunicação
				Engenharia Elétrica	not	30	2013_1	Engenharias
	Engenharia de Controle e Automação	mat	60	Engenharia de Controle e Automação	mat	60	Em andamento	Engenharias
	Engenharia Mecânica	mat	60	Engenharia Mecânica	mat	60	Em andamento	Engenharias
				Bacharelado em Sistemas de Informação	not	30	2013_1	Ciências Exatas e da Terra

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Quanto aos cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Câmpus Inhumas do IFG, observa-se que estão voltados para o atendimento de um arco de ocupações profissionais vinculados à indústria química e de alimentos e às atividades de informática e, de forma complementar, às atividades de educação. Os cursos e modalidades aglutinados nos eixos de Indústria e Alimentos e de Ciências da Informação apresentam pouca articulação entre si. Nenhum dos dois está consolidado, necessitando de oferta de novos cursos para complementar a conformação dos eixos, tais como Engenharia de Computação e de Engenharia de Alimentos, respectivamente.

Da forma como está se encaminhando a oferta de cursos do Câmpus Inhumas, percebe-se uma fragmentação em quatro áreas, isto é, permanece sem articular e consolidar eixos científico-tecnológicos.

Salienta-se que o processo de consolidação de um Eixo Científico-Tecnológico de Informática, com um curso de bacharelado e um Técnico Integrado em Informática, se estabelece sem profundidade de demanda no município e sua região limítrofe e sem estabelecer interações entre cursos dentro dos eixos científico-tecnológicos.

O Câmpus Inhumas do IFG também deverá levar em conta a vocação econômica e social da região: agroecologia, hortifrutigranjeiros e agricultura familiar. Essa vocação não está contemplada nos cursos oferecidos, mesmo quando se considera o Bacharelado em

Ciência e Tecnologia de Alimentos e o curso Técnico na modalidade PROEJA em Agroindústria, posto que atendem ao agronegócio e à produção agroindustrial de caráter capitalista. O agronegócio dominante na região possui basicamente indústria de açúcar e álcool, que é atendida pelo curso Técnico Subsequente em Açúcar e Álcool na modalidade à distância.

É importante salientar que cursos pouco conhecidos pelo mercado, como o Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos terão, além de pouca procura por parte dos alunos, uma difícil inserção dos egressos no mercado de trabalho, uma vez que essa área de atuação já está sendo consolidada com o curso de Engenharia de Alimentos oferecidos por várias instituições de ensino superior em Goiânia, inclusive pela UFG.

Para a conformação de um eixo científico-tecnológico em Ciências da Terra e Produção Alimentícia seria necessário a oferta de cursos que estabelecessem uma conexão com a agricultura familiar e a pequena propriedade rural desvinculada do agronegócio. Uma perspectiva para a reorientação do Câmpus Inhumas do IFG seria a oferta do Curso Técnico Integrado em Fruticultura ou Subsequente em Regime de Alternância e do Curso Superior de Tecnologia em Horticultura com previsão de duração determinada. Esses cursos seriam ofertados por um tempo, sendo ofertado na sequência o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, que poderia ser estabelecido com turmas e duração também definidas, gerando assim um itinerário formativo capaz de capacitar um grupo consistente de profissionais, formados em mais de um ramo de atuação na agricultura familiar. Por outro lado, esses cursos poderiam ser ofertados em regime de alternância, recebendo assim alunos de todo o Estado de Goiás.

Essas ofertas poderiam consolidar o Câmpus Inhumas como alternativa de formação profissional voltada para os trabalhadores da agricultura de produção alimentícia a partir da pequena propriedade, atuando também em cursos de Formação Inicial e Continuada e Certificação de Saberes nesse segmento.

Quadro 4.7: Cursos Ofertados no IFG – Câmpus Inhumas.

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/ alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
INTEGRADO	Alimentos	int	30	Alimentos	0	0	2013_1	Produção Alimentícia
	Informática	int	30	Informática	int	30	Em andamento	Informação e Comunicação
	Química	int	30	Química	int	30	Em andamento	Controle e Processos Industriais
SUBSEQUENTE								
PROEJA	Manut. e Sup. em Informática	not	60	Manut. E Sup. Em Informática	0	0	2013_1	Informação e Comunicação
				Agroindústria	not	30	2014_1	Produção Alimentícia
				Panificação	not	30	2013_1	Produção Alimentícia
LICENCIATURA	Química	not	60	Química	not	30	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
				Ciências Biológicas	not	30	2013_2	Ciências Biológicas
TECNÓLOGO E BACHARELADO	Bacharelado em Informática	not	60	Bacharelado em Informática	0	0	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
				Bacharelado em Sistemas da Informação	mat	30	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
				Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	not	30	2013_2	Produção Alimentícia

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Quadro 4.8: Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – IFG Câmpus Inhumas.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo científico-tecnológico estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
Informática	Técnico Integrado	Gestão, informação e comunicação
Sistemas da Informação	Bacharelado	
Química	Técnico Integrado	Ciências da Terra e Produção Alimentícia
Química	Licenciatura	
Agroindústria	PROEJA	
Panificação	PROEJA	
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Bacharelado	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Ciências Biológicas	Licenciatura	Não forma eixo científico-Tecnológico.

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

O estudo do Observatório referente à implantação do Câmpus Senador Canedo do IFG apontou na direção da oferta de cursos voltados para as grandes áreas de mineroquímica e de processos e atividades industriais. Saliente-se que estas áreas permitem uma grande articulação com outras áreas, como a de meio ambiente, especialmente por meio da oferta de cursos técnicos da área de meio ambiente e de reciclagem.

Uma demonstração mais minuciosa do estudo de implantação do Câmpus Senador Canedo do IFG, no que tange a oferta de cursos indicado para o mesmo, poderá ser acessada por meio do Portal do Observatório do Mundo do Trabalho. Segue um quadro sintético dos cursos indicados para o Câmpus Senador Canedo do IFG, agrupados por meio de eixos científico-tecnológicos propostos.

Quadro 4.9: Cursos (a Serem) Ofertados no IFG – Câmpus Senador Canedo

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Reciclagem	Proeja			Química, Meio Ambiente e Bioprocessos
Meio Ambiente	Técnico Integrado			
Bicombustíveis	Técnico Integrado			
Engenharia Química	Bacharelado			
Engenharia de Bioprocessos	Bacharelado			
Cooperativismo	Proeja			
Automação Industrial	Técnico Integrado			Processos e Controle Industrial
Eletrotécnica	Técnico Integrado			
Mecânica	Técnico Integrado			

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

3.1.2 Atuação da Universidade Estadual de Goiás na Região Metropolitana de Goiânia

A Unidade Universitária de Aparecida de Goiânia da UEG apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos superiores na área de gestão. Os cursos se distribuem no eixo de Gestão, Informação e Comunicação.

Quadro 4.10: Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Aparecida de Goiânia

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Administração	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal: <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Pela pequena oferta de cursos, não podemos afirmar que há eixo científico-tecnológico estabelecido. Existe um Eixo Científico-Tecnológico de Gestão que está em formação, mas que necessitaria de uma ampliação do número de cursos nessa área específica para se conformar como eixo científico-tecnológico estabelecido nessa área.

Quadro 4.11: Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Unidade Universitária de Aparecida de Goiânia.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo científico-tecnológico estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
		Não há eixo científico-tecnológico em conformação
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Administração	Bacharelado	Gestão
Ciências Contábeis	Bacharelado	

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

A Unidade Universitária de Goiânia da UEG apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos superiores na área de saúde. A Unidade também está ofertando um único curso na área de Informação e Comunicação, com o curso de Comunicação Social/Audiovisual e ainda um curso na área de estética.

Quadro 4.12: Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Goiânia.

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Educação Física	Licenciatura	Matutino	30	Ciências da Saúde
Educação Física	Licenciatura	Vespertino	30	Ciências da Saúde
Fisioterapia	Bacharelado	Integral	30	Ciências da Saúde
Comunicação Social/Audiovisual	Bacharelado	Matutino	-	Ciências Sociais Aplicadas
Estética e Cosmética	CST	-	-	Ambiente e Saúde

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal: <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em setembro de 2013.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Existe a possibilidade de consolidação do Eixo Científico-Tecnológico de Saúde, inclusive com a oferta de novos cursos nessa área. O curso de Comunicação Social/Audiovisual não forma um eixo científico-tecnológico de atuação para a referida Unidade e se constitui como um curso isolado que poderá consolidar a atuação da Comunicação Social, ofertando novos cursos e vindo a conformar um Eixo Científico-Tecnológico de Comunicação.

O curso de Estética e Cosmética poderá compor o Eixo Científico-Tecnológico de Saúde, com atuação forte na educação profissional que poderá vir a ser um importante

instrumento de capacitação de trabalhadores com cursos de extensão, atuando como propagador de novas técnicas e tecnologias voltadas para a área, bem como atuando na melhora dessas técnicas e métodos presentes na atuação desses profissionais por meio de pesquisa acadêmica específica.

Quadro 4.13: Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Unidade Universitária de Goiânia.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo científico-tecnológico estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
		Não há eixo científico-tecnológico em conformação
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Educação Física	Licenciatura	Saúde
Fisioterapia	Bacharelado	
Estética e Cosmética	CST	
Comunicação Social/Audiovisual	Bacharelado	Não forma eixo científico-tecnológico

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

A Unidade Universitária de Inhumas da UEG apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos superiores articulados a partir das áreas de licenciaturas. Essa prioridade está orientada fundamentalmente para licenciaturas nas áreas de Ciências Humanas por meio dos Cursos de Letras Português/Inglês e Pedagogia. Pode-se verificar que os cursos e modalidades ofertados na Unidade Universitária de Inhumas da UEG se distribuem no eixo das Ciências Humanas, conforme pode ser confirmado por meio da tabela abaixo.

Quadro 4.14: Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Inhumas.

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	Noturno	-	Linguística, Letras e Artes
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal: <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em setembro de 2013.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Para que se forme um polo de licenciaturas e consolide um Eixo Científico-Tecnológico de Licenciaturas, seria necessária a oferta de outros cursos de licenciaturas ligadas as Ciências Humanas, tais como História, Geografia, Sociologia, Filosofia, entre outras, consolidando-se assim esse eixo científico-tecnológico.

Todavia, deve-se salientar que a oferta de uma diversidade muito ampla de cursos de licenciatura em Ciências Humanas e Filosofia tenderia a acarretar uma baixa procura, com riscos quanto ao preenchimento das vagas ofertadas.

Quadro 4.15: Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Unidade Universitária de Inhumas.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo científico-tecnológico estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
		Não há eixo científico-tecnológico em conformação
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	Licenciaturas
Pedagogia	Licenciatura	

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

A Unidade Universitária de Senador Canedo da UEG articulou-se, até o presente momento, para a oferta de um único curso qual seja, o Curso Superior de Tecnologia em Logística, voltado para a área de gestão e negócios. Portanto, não constitui eixo científico-tecnológico.

Essa Unidade da UEG não apresenta outros cursos, não configurando outros eixos científico-tecnológicos em processo de conformação, ou mesmo potenciais, conforme retratado nas tabelas a seguir.

Quadro 4.16: Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Senador Canedo.

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Logística	CST	Noturno	-	Gestão e Negócios

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal: <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em setembro de 2013.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Quadro 4.17: Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Unidade Universitária de Senador Canedo.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo científico-tecnológico estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
		Não há eixo científico-tecnológico em conformação
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Logística	CST	Não forma eixo científico-tecnológico

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

A Unidade Universitária de Trindade da UEG apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos superiores na área de design e informática, por meio dos Cursos de Design de Modas e de Redes de Computadores. Pode-se verificar que os cursos e modalidades ofertados nessa Unidade se distribuem nos eixos de Informação e Comunicação e de Produção Cultural e Design, conforme pode ser confirmado por meio da tabela apresentada abaixo.

Quadro 4.18: Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Trindade.

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Design de Moda	CST	Noturno	-	Produção Cultural e Design
Rede de Computadores	CST	Noturno	-	Informação e Comunicação

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal: <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em setembro de 2013.

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Nessa Unidade não é possível identificar um eixo científico-tecnológico em formação e mesmo potencial, sendo que para que fosse consolidado o Eixo Científico-Tecnológico de Informação e Comunicação e de Produção Cultural e Design seria necessária a oferta de novos cursos que complementassem os referidos eixos.

Quadro 4.19: Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Unidade Universitária de Trindade.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo científico-tecnológico estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
		Não há eixo científico-tecnológico em conformação
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Design de Moda	CST	Não forma eixo científico-tecnológico
Rede de Computadores	CST	Não forma eixo científico-tecnológico

Fonte: Elaborado pelo Observatório.

3.1.3 Atuação da Universidade Federal de Goiás na Região Metropolitana de Goiânia

Dada a grande oferta de curso em todas as grandes áreas do conhecimento estabelecidas pela Capes, pela especificidade de atuação institucional da UFG, pela forma de organização acadêmica dessa Instituição não será desenvolvida aqui as mesmas análises realizadas nos outros câmpus das instituições públicas de ensino.

Abaixo segue relacionados os cursos ofertados nos dois Câmpus da Instituição localizados na cidade de Goiânia.

Quadro 4.20: Cursos Ofertados na UFG – Câmpus Colemar Natal e Silva, Goiânia.

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	45	Engenharias
Engenharia Elétrica	Bacharelado	Integral	40	Engenharias
Engenharia da Computação	Bacharelado	Noturno	40	Engenharias
Direito	Bacharelado	Matutino	60	Ciências Sociais Aplicadas
Direito	Bacharelado	Noturno	60	Ciências Sociais Aplicadas
Pedagogia	Licenciatura	Matutino	70	Ciências Humanas
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	70	Ciências Humanas
Enfermagem	Bacharelado/Licenciatura	Integral	50	Ciências da Saúde
Farmácia	Bacharelado	Integral	90	Ciências da Saúde
Medicina	Bacharelado	Integral	110	Ciências da Saúde
Nutrição	Bacharelado	Integral	72	Ciências da Saúde
Odontologia	Bacharelado	Integral	60	Ciências da Saúde

Fonte: <<http://www.ufg.br/page.php>>. Acessado em março de 2012

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Quadro 4.21: Cursos Ofertados na UFG – Câmpus Samambaia, Goiânia.

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Agronomia	Bacharelado	Integral	70	Ciências Agrárias
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Integral	60	Engenharias
Artes Cênicas	Bacharelado/Licenciatura	Vespertino	30	Linguística, Letras e Artes
Música-Licenciatura em Ensino do Canto	Licenciatura	Integral	2	Linguística, Letras e Artes
Música-Licenciatura em Educação Musical	Licenciatura	Integral	19	Linguística, Letras e Artes
Música-Licenciatura em Ensino do Instrumento Musical	Licenciatura	Integral	17	Linguística, Letras e Artes
Música – Bacharelado em Canto	Bacharelado	Integral	2	Linguística, Letras e Artes
Música – Bacharelado em Composição	Bacharelado	Integral	2	Linguística, Letras e Artes
Música – Bacharelado em Instrumento Musical	Bacharelado	Integral	20	Linguística, Letras e Artes
Música – Bacharelado em Regência	Bacharelado	Integral	4	Linguística, Letras e Artes
Musicoterapia	Bacharelado	Integral	24	Linguística, Letras e Artes
Medicina Veterinária	Bacharelado	Integral	102	Ciências Agrárias
Artes Visuais-Artes Plásticas	Bacharelado	Matutino	30	Linguística, Letras e Artes
Design de Ambientes	Bacharelado	Matutino	30	Linguística, Letras e Artes
Artes Visuais – Design Gráfico	Bacharelado	Vespertino	35	Linguística, Letras e Artes
Artes Visuais	Licenciatura	Matutino	30	Linguística, Letras e Artes
Design de Moda	Bacharelado	Noturno	30	Linguística, Letras e Artes
Artes Visuais-Artes Plásticas	Bacharelado	Matutino	30	Linguística, Letras e Artes
Design de Ambientes	Bacharelado	Matutino	30	Linguística, Letras e Artes
Artes Visuais – Design Gráfico	Bacharelado	Vespertino	35	Linguística, Letras e Artes
Administração	Bacharelado	Noturno	50	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	40	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Econômicas	Bacharelado	Noturno	40	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Econômicas	Bacharelado	Matutino	40	Ciências Sociais Aplicadas
História	Bacharelado	Noturno	55	Ciências Humanas
História	Licenciatura	Matutino	55	Ciências Humanas

Filosofia	Bacharelado	Noturno	50	Ciências Humanas
Filosofia	Bacharelado/Licenciatura	Matutino	46	Ciências Humanas
Ciências Sociais	Bacharelado/Licenciatura	Matutino	60	Ciências Humanas
Ciências Sociais	Bacharelado	Noturno	55	Ciências Humanas
Comunicação Social- Jornalismo	Bacharelado	Matutino	50	Ciências Sociais Aplicadas
Comunicação Social- Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Vespertino	50	Ciências Sociais Aplicadas
Comunicação Social – Relações Públicas	Bacharelado	Matutino	50	Ciências Sociais Aplicadas
Biblioteconomia	Bacharelado	Matutino	50	Ciências Sociais Aplicadas
Educação Física	Licenciatura	Matutino	40	Ciências Humanas
Educação Física	Licenciatura	Vespertino	40	Ciências Humanas
Educação Física	Bacharelado	Vespertino	40	Ciências Humanas
Letras – Inglês	Licenciatura	Matutino	25	Linguística, Letras e Artes
Letras – Espanhol	Licenciatura	Matutino	25	Linguística, Letras e Artes
Letras – Português	Licenciatura	Matutino	40	Linguística, Letras e Artes
Letras – Francês	Licenciatura	Matutino	10	Linguística, Letras e Artes
Letras – Português	Licenciatura	Vespertino	50	Linguística, Letras e Artes
Letras – Estudos Linguísticos	Bacharelado	Vespertino	10	Linguística, Letras e Artes
Letras – Estudos Literários	Bacharelado	Vespertino	10	Linguística, Letras e Artes
Letras – Libras	Licenciatura	Noturno	25	Linguística, Letras e Artes
Letras – Libras (Exclusivo para surdos)	Licenciatura	Noturno	15	Linguística, Letras e Artes
Geografia	Bacharelado	Matutino	30	Ciências Humanas
Geografia	Licenciatura	Matutino	30	Ciências Humanas
Geografia	Licenciatura	Noturno	40	Ciências Humanas
Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	40	Ciências Biológicas
Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno	30	Ciências Biológicas
Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	40	Ciências Biológicas
Física	Bacharelado	Integral	40	Ciências Exatas e da Terra
Física	Licenciatura	Vespertino	40	Ciências Exatas e da Terra
Física	Licenciatura	Noturno	40	Ciências Exatas e da Terra
Ciências da Computação	Bacharelado	Integral	40	Ciências Exatas e da Terra
Matemática	Bacharelado/Licenciatura	Vespertino	60	Ciências Exatas e da Terra
Matemática	Licenciatura	Noturno	50	Ciências Exatas e da Terra
Química	Bacharelado/Licenciatura	Integral	30	Ciências Exatas e da Terra

Química	Licenciatura	Noturno	40	Ciências Exatas e da Terra
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Integral	35	Ciências Sociais Aplicadas
Engenharia Ambiental	Bacharelado	Integral	45	Engenharias
Engenharia de Software	Bacharelado	Noturno	60	Ciências Exatas e da Terra
Engenharia Florestal	Bacharelado	Integral	40	Engenharias
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Integral	40	Engenharias
Engenharia Química	Bacharelado	Integral	20	Engenharias
Estatística	Bacharelado	Noturno	50	Ciências Exatas e da Terra
Ciências Geoambientais	Bacharelado	Integral	50	Ciências Exatas e da Terra
Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	40	Ciências Exatas e da Terra
Biomedicina	Bacharelado	Integral	60	Ciências Biológicas
Biotecnologia	Bacharelado	Integral	30	Ciências Biológicas
Ecologia e Análise Ambiental	Bacharelado	Integral	40	Ciências Biológicas
Zootecnia	Bacharelado	Integral	40	Ciências Agrárias
Museologia	Bacharelado	Noturno	50	Ciências Sociais Aplicadas
Psicologia	Bacharelado	Integral	35	Ciências Humanas
Dança	Licenciatura	Matutino	40	Linguística, Letras e Artes
Moda e cultura contemporânea	Pós-graduação Latu Sensu	40		Linguística, Letras e Artes
Residência Médico-veterinária	Pós-graduação Latu Sensu	15		Ciências Agrárias
Banco de dados	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências Exatas e da Terra
Desenvolvimento de Aplicações Web com interfaces ricas	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências Exatas e da Terra
Educação Matemática	Pós-graduação Latu Sensu	15		Ciências Exatas e da Terra
Informática aplicada à educação	Pós-graduação Latu Sensu	44		Ciências Exatas e da Terra
Matemática	Pós-graduação Latu Sensu	30		Ciências Exatas e da Terra
Redes de Computadores e Segurança de Sistemas	Pós-graduação Latu Sensu	30		Ciências Exatas e da Terra
Coordenação Pedagógica	Pós-graduação Latu Sensu à Distância	400		Ciências Humanas
Educação Física Escolar	Pós-graduação Latu Sensu	44		Ciências Humanas
História Cultural: Imaginários, Identidades e narrativas	Pós-graduação Latu Sensu	70		Ciências Humanas
Mídias na educação	Pós-graduação Latu Sensu	550		Ciências Humanas
Políticas Públicas	Pós-graduação Latu Sensu	50		Ciências Humanas

Psicologia e processos educativos	Pós-graduação Latu Sensu	35		Ciências Humanas
Assessoria de comunicação e marketing	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências Sociais Aplicadas
Auditoria e controle gerencial	Pós-graduação Latu Sensu	33		Ciências Sociais Aplicadas
Controladoria e Finanças	Pós-graduação Latu Sensu	33		Ciências Sociais Aplicadas
Criminologia	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito Agrário e Ambiental	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito Civil: Atualização no Novo Código Brasileiro	Pós-graduação Latu Sensu	50		Ciências Sociais Aplicadas
Direito Constitucional	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito do consumidor	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito e processo do trabalho	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito eleitoral e processo eleitoral	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências Sociais Aplicadas
Direito internacional	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito penal	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito processual constitucional	Pós-graduação Latu Sensu	60		Ciências Sociais Aplicadas
Direito processual penal	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direito tributário	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Direitos coletivos e difusos	Pós-graduação Latu Sensu	60		Ciências Sociais Aplicadas
Economia do agronegócio	Pós-graduação Latu Sensu	35		Ciências Sociais Aplicadas
Gestão de e operadoras de saúde	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências Sociais Aplicadas
Gestão e química do meio ambiente	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências Sociais Aplicadas
Mercado Financeiro e Investimentos	Pós-graduação Latu Sensu	44		Ciências Sociais Aplicadas
Planejamento Tributário	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências Sociais Aplicadas
Teoria do Direito	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências Sociais Aplicadas
Ciência e tecnologia de alimentos	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências da Saúde
Cirurgia e traumatologia Buco-Maxilo-faciais	Pós-graduação Latu Sensu	2		Ciências da Saúde
Controle de qualidade e gerenciamento da produção de alimentos	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências da Saúde

Epidemiologia	Pós-graduação Latu Sensu	120		Ciências da Saúde
Farmacologia clínica	Pós-graduação Latu Sensu	40		Ciências da Saúde
Fitoterapia	Pós-graduação Latu Sensu	50		Ciências da Saúde
Implantodontia	Pós-graduação Latu Sensu	12		Ciências da Saúde
Nutrição Clínica	Pós-graduação Latu Sensu	55		Ciências da Saúde
Ortodontia	Pós-graduação Latu Sensu	12		Ciências da Saúde
Regulação de sistema de saúde	Pós-graduação Latu Sensu	60		Ciências da Saúde
Engenharia e segurança do trabalho	Pós-graduação Latu Sensu	70		Engenharias
Instalações elétricas e prediais	Pós-graduação Latu Sensu	30		Engenharias
Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos	Pós-graduação Latu Sensu	40		Engenharias
Planejamento e gestão ambiental	Pós-graduação Latu Sensu	45		Engenharias
Tecnologia para a gestão de negócios	Pós-graduação Latu Sensu	40		Engenharias
Telecomunicações	Pós-graduação Latu Sensu	40		Engenharias
Tratamento e disposição final de resíduos sólidos e líquidos	Pós-graduação Latu Sensu	50		Engenharias
Ciência Política	Mestrado	12		Ciências Humanas
Genética e Melhoramento de Plantas	Mestrado	-		Ciências da Saúde
Ciências Farmacêuticas	Mestrado	26		Ciências da Saúde
Comunicação	Mestrado	23		Ciências Sociais Aplicadas
Engenharia Civil	Mestrado	-		Engenharias
Filosofia	Mestrado	15		Ciências Humanas
Biodiversidade Vegetal	Mestrado	23		Ciências Biológicas
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado	-		Engenharias
Geotécnica e Construção Civil	Mestrado	-		Engenharias
Biologia	Mestrado/Doutorado	21		Ciências Biológicas
Medicina Tropical e Saúde Pública	Mestrado/Doutorado	63		Ciências da Saúde
Enfermagem	Mestrado/Doutorado	40		Ciências da Saúde
Agronomia	Mestrado/Doutorado	49		Ciências Agrárias
Nanotecnologia Farmacêutica	Doutorado	30		Ciências da Saúde
Geografia	Doutorado	-		Ciências Humanas

Fonte: <<http://www.ufg.br/page.php>>. Acessado em março de 2012

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

CONCLUSÕES GERAIS

Conclusões Gerais Acerca de Demandas Urgentes do Estado de Goiás

As análises dos dados e informações levantadas acerca do Estado de Goiás, que compõem os “Estudos e Pesquisas Econômicas, Sociais e Educacionais Sobre as Microrregiões do Estado de Goiás” permitiram identificar demandas urgentes para o Estado.

Dentre as demandas, destacam-se:

- Condução de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia com foco no bioma Cerrado, voltado para farmacologia, cosméticos e similares;
- Promoção de políticas sociais focadas no acompanhamento e assistência de idosos, de dependentes químicos e de demais grupos sociais expostos à vulnerabilidade social, bem como na promoção da formação de profissionais para a atuação junto a esses grupos sociais;
- Condução de pesquisas e formação de profissionais voltados para a atuação na plataforma logística multimodal da Região Centro-Oeste e de Goiás e na mobilidade urbana;
- Condução de pesquisas e formação de profissionais voltados para a prevenção e recuperação dos danos ambientais causados pela emissão de efluentes nos mananciais e pelos impactos de desmatamento, de projetos de extração de minérios e de contaminação dos lençóis aquíferos por conta do uso de agrotóxicos;
- Condução de pesquisa, projetos sociais e formação de profissionais voltados para a coleta, classificação, tratamento e beneficiamento de efluentes, lixo e entulhos;
- Geração de formas de energia sustentáveis, sobretudo com base em biomassa;
- Desarticulação da “economia da contravenção”, sobretudo na Região Metropolitana de Goiânia e na Microrregião do Entorno de Brasília.

Conclusões Gerais Acerca de Demandas Urgentes da Região Metropolitana de Goiânia

As análises dos dados e informações levantadas acerca da Região Metropolitana de Goiânia permitiram identificar diversas demandas para essa Região. Dentre as demandas, destacam-se:

Demandas educacionais:***Consolidação de um polo de licenciatura no Câmpus Goiânia do IFG***

Deve-se considerar que, apesar da redução do número de estabelecimentos de ensino e de matrículas na Região Metropolitana de Goiânia, há uma população expressiva nessa Região que não concluiu a educação básica.

A consolidação de um polo de licenciatura no Câmpus Goiânia Centro, permite a utilização de espaço ocioso no turno vespertino, bem como otimiza o aproveitamento de laboratórios já constituídos para os outros cursos ofertados pelo Câmpus, otimiza também os professores que são requeridos para oferta de disciplinas nesses cursos citados.

A consolidação do referido polo de licenciatura demanda a oferta de outros cursos de licenciatura além dos que já são ofertados, a exemplo dos Cursos de Licenciatura em Geografia, Química, Filosofia e Letras.

Consolidação de uma Escola Politécnica no Câmpus Aparecida de Goiânia

A consolidação de uma Escola Politécnica voltada para a pesquisa requer um compromisso por parte dos gestores do IFG na Região Metropolitana de Goiânia. A oferta de pós-graduação nesse Câmpus pode demandar professores dos Câmpus Senador Canedo e Goiânia Centro. Uma interlocução entre os dirigentes desses Câmpus e a Reitoria do IFG deverá sempre pautar a oferta de novos cursos, para que se impeça a oferta com sobreamentos e a fragmentação da atuação.

Consolidação de um Eixo Científico-Tecnológico de Controle e Processos Industriais na Cidade de Senador Canedo

A consolidação de um polo de oferta de cursos técnicos para atender as atividades industriais em Senador Canedo concorrerá positivamente para a melhoria da empregabilidade dos moradores de toda a região mais ampla que poderá ser atendida pelo Câmpus Senador Canedo, tais como a Região Oeste de Goiânia, sobretudo os setores Novo Mundo, Santo Ilário, Jardim Pedroso, entre outros. Também contribuirá para a formação de trabalhadores que irão atuar nas indústrias instaladas na região de Aparecida de Goiânia. Destaca-se também a oferta de cursos técnicos que se articulem diretamente e indiretamente a questão ambiental, nessa direção, poderão ser ofertados os Cursos Técnicos em Meio Ambiente e Reciclagem.

Criação de projetos interinstitucionais para a capacitação de professores para a atuação e oferta de EJA

A Região Metropolitana de Goiânia convive com um grande número de jovens e adultos que evadiram da educação básica. Reintegrar esses jovens e adultos ao processo formativo escolar deve ocupar um lugar estratégico no desempenho da função social das instituições de ensino superior públicas que atuam nessa Região.

Deve-se desenvolver e fortalecer os programas ligados à Educação de Jovens e Adultos, bem como a criação de programas de extensão para capacitação em EJA aos professores da Educação Básica que atuam nessa região. Deve-se também buscar desenvolver pesquisas e projetos com vistas a combater a evasão escolar dos alunos que se encontram nas fases adequadas de escolarização, bem como a melhorar o rendimento escolar dos mesmos.

Demandas por projetos de pesquisa e de extensão

As instituições de ensino superior públicas que atuam na Região Metropolitana de Goiânia devem desenvolver projetos de pesquisa e de extensão que proporcionem suporte às atividades diretamente e indiretamente vinculadas à promoção cultural e ambiental.

Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) na Região Metropolitana de Goiânia

As instituições de ensino superior públicas presentes na Região Metropolitana de Goiânia devem buscar promover o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) estabelecidos, daqueles que se encontram em processo de estabelecimento e dos potenciais. Saliente-se que os APLs dessa Microrregião, na sua grande maioria, apoiam-se sobre pequenas e médias empresas, com destaque para o Arranjo Produtivo Local de Móveis da Região Metropolitana de Goiânia, formado pelos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo.

Os estágios de conformação dos APLs da Região Metropolitana de Goiânia não estão claramente apresentados nos órgãos que protagonizam o apoio e/ou organização de APLs. O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás possuem números divergentes sobre os APLs presentes em Goiás. Qualquer classificação desses APLs quanto ao seu estágio de conformação, deve ser acompanhado de um estudo de campo.

Conformação de um plano interinstitucional voltado para o desenvolvimento regional/local da Região Metropolitana de Goiânia

Os Câmpus do IFG situados na Região Metropolitana de Goiânia podem concorrer para o debate e estudos acerca do desenvolvimento dessa Região por meio da criação de um grupo de trabalho que retome o projeto “Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local”. Esta iniciativa poderá vir a indicar ações sociais, econômicas e culturais, a serem promovidas em curto, médio e longo prazo pelos Câmpus da Região Metropolitana de Goiânia, com vistas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

BIBLIOGRAFIA

GOVERNO DE GOIÁS. **Plano Plurianual 2012-2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico**. Goiânia: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> Acesso em: diversos meses 2012/2013.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**. Goiânia: IMB, 2012. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil_e_potencialidades_dos_munic%C3%ADpios_goianos.pdf> Acesso em: 2012.

_____. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>> Acesso em: diversos meses 2012/2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5362&Itemid=>> Acesso em: 15 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/>> Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <www.mte.gov.br> Acesso em: diversos meses 2012/2013.

PNUD BRASIL. **Ranking IDHM Municípios 2010**. 2013. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>> Acesso em:
18 out. 2013.

DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO DO RIO VERMELHO PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO

Equipe Técnica do Observatório¹

INTRODUÇÃO

A Microrregião Rio Vermelho possui 20.206,75 km² de área total e 88.372 habitantes (4,37 de densidade populacional), distribuídos em 9 municípios, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Do universo da sua população, 74,63% vive em área urbana e 25,37% em área rural. A população masculina (50,59%) é levemente superior à feminina (49,41%). Quase metade da população da Microrregião (49,6%) reside em seus municípios mais populosos, Goiás e Jussara.

Tabela 1.1 – Área, População, Gênero e Distribuição Espacial na Microrregião do Rio Vermelho

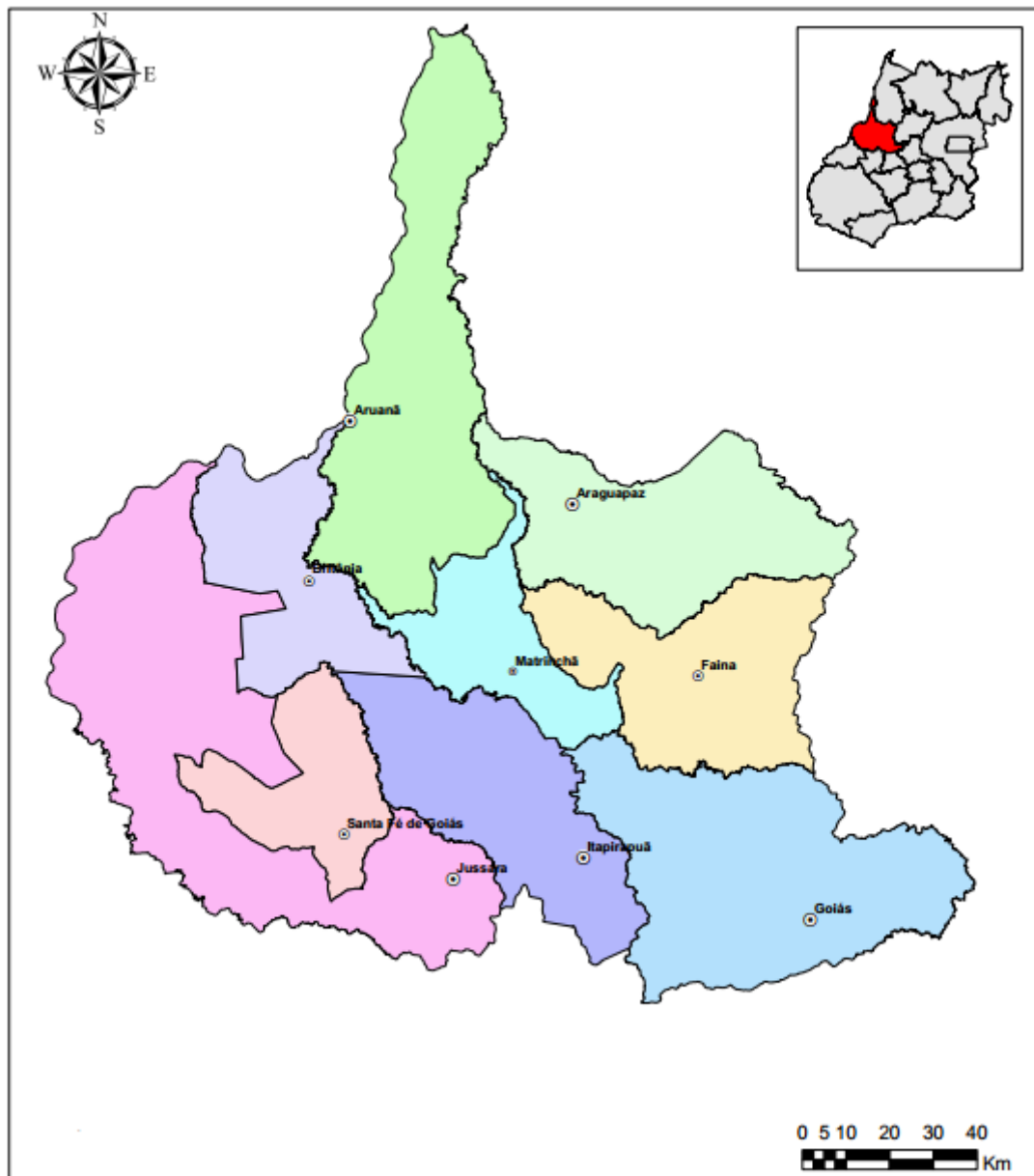
Municípios	Área	População 2010	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Araguapaz	2.193,7	7.513	51,4%	48,6%	69,3%	30,7%
Aruanã	3.050,3	7.506	52,3%	47,7%	82,4%	17,6%
Britânia	1.461,2	5.509	51,0%	49,0%	82,5%	17,5%
Faina	1.945,7	6.980	52,3%	47,7%	55,2%	44,8%
Goiás	3.108,0	24.745	49,6%	50,4%	75,4%	24,6%
Itapirapuã	2.043,7	7.851	50,6%	49,4%	70,7%	29,3%
Jussara	4.084,1	19.086	50,0%	50,0%	79,3%	20,7%
Matrinchã	1.150,9	4.414	51,1%	48,9%	67,9%	32,2%
Santa Fé de Goiás	1.169,2	4.768	50,6%	49,4%	80,2%	19,8%
Microrregião do Rio Vermelho	20.206,8	88.372	50,6%	49,4%	74,6%	25,4%

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE – Censo 2010.

¹ Observatório da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Núcleo Centro-Oeste. Equipe Técnica do Observatório: Geraldo Coelho de Oliveira Júnior (Pesquisador Gestor), Maxmillian Lopes da Silva (Pesquisador Orientador), Walmir Barbosa (Pesquisador Orientador), Denise Talitha Soares Carneiro (Economista), Letícia Daniele Silva Ferreira (Aluna Bolsista), Luíza Batista da Costa (Aluna Bolsista).

Segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta é uma microrregião dinâmica². A Figura 1 apresenta o mapa dessa Microrregião.

Figura 1 - Microrregião do Rio Vermelho



Fonte: SEGPAN/IMB. Disponível em:
<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/viewcad.asp?id_cad=5000&id_not=3> Acesso em:
6 ago. 2013.

² Esta tipologia é constituída tomando como base os indicadores de evolução do PIB total e do Rendimento Domiciliar Monetário Mensal *per capita*, ambos agregados por microrregião. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/microregioes_pndr> Acesso em: 11 jul. 2013.

1 ASPECTOS ECONÔMICOS

1.1 Dados Setoriais

A Tabela 2.1 apresenta o PIB³ da Microrregião do Rio Vermelho em 2009, desagregado por municípios. Em relação ao Estado de Goiás, a Microrregião correspondeu a 1,03% do total do PIB estadual. Quase metade do PIB da Microrregião foi originada no setor de Serviços, que correspondeu a 47,63% do total.

Os municípios que mais contribuíram para o PIB em termos de valores foram Goiás, Jussara e Santa Fé de Goiás. O município que apresentou o maior PIB *per capita* foi Santa Fé de Goiás.

Tabela 2.1 – Produto Interno Bruto do Estado de Goiás, da Microrregião do Rio Vermelho e de seus Municípios – 2009

Municípios	Agropecuária (R\$ mil)	Indústria (R\$ mil)	Serviços (R\$ mil)	VA ⁴ (R\$ mil)
Araguapaz	26.579	4.230	28.044	58.853
Aruanã	30.864	5.903	33.617	70.384
Britânia	18.237	3.780	24.340	46.356
Faina	28.271	3.746	24.611	56.627
Goiás	56.472	29.138	110.976	196.586
Itapirapuã	38.867	7.772	36.330	82.969
Jussara	54.118	15.378	108.649	178.145
Matrinchã	18.896	4.061	21.183	44.140
Santa Fé de Goiás	20.024	48.006	28.712	96.742
Microrregião do Rio Vermelho	292.328	122.014	416.462	830.802
Estado de Goiás	10.593.189	20.409.683	44.548.965	75.551.837

Municípios	Impostos (R\$ mil)	PIB ⁵ (R\$ mil)	População	PIB Per capita (R\$)
Araguapaz	2.240	61.093	7.780	7.852,51
Aruanã	2.899	73.282	7.056	10.385,81
Britânia	1.960	48.316	5.190	9.309,41
Faina	1.734	58.361	7020	8.313,53
Goiás	11.227	207.813	24.605	8445,95
Itapirapuã	2.781	85.750	7.792	11.004,9
Jussara	10.199	188.344	19.130	9.845,49
Matrinchã	1771	45.911	4.420	10.387
Santa Fé de Goiás	8.917	105.660	4.882	21.642,69
Microrregião do Rio Vermelho	43.728	874.530	87.875	97.187,29

³ No cálculo do PIB, os grandes setores de Indústria e Construção Civil são agregados sob a nomenclatura “Indústria”. Também são agregados os grandes setores de Comércio e Serviços, sob a nomenclatura “Serviços”.

⁴ Nessa tabela, o Valor Agregado é dado pela soma dos PIBs agropecuário, industrial e de serviços.

⁵ Soma do VA e dos Impostos.

Estado de Goiás	10.063.506	85.615.344	5.926.300	14.446,68
------------------------	-------------------	-------------------	------------------	------------------

Fonte: Elaborado pela Segplan – GO/IMB/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011/Adaptada.

Assim como o PIB, a maior parte dos empregos formais na Microrregião do Rio Vermelho foi originada do setor de Serviços (41,03%). Este setor, além de oferecer o maior número de empregos formais, também ofereceu uma das maiores remunerações médias da Microrregião, ficando atrás apenas do setor de Construção Civil. O setor de Serviços também esteve entre os que ofereceram menor jornada de trabalho e maior permanência no emprego.

Destaca-se, na Tabela 2.2, a remuneração média do setor de Construção Civil (2,53 salários mínimos), que ultrapassou em muito a média geral da Microrregião (1,82 salários mínimos). Este dado pode indicar que, na Microrregião do Rio Vermelho, o setor de Construção Civil encontrava-se aquecido ou que exista escassez em sua oferta de mão-de-obra.

Tabela 2.2 – Empregos e Estabelecimentos por Grandes Setores de Atividade: Quantidade, Remuneração Média, Jornada de Trabalho e Duração Média na Microrregião Rio Vermelho - 2011

	Empregos					Estabelecimentos	
	Quantidade	%	Remuneração Média (SM)	Jornada de Trabalho (Horas/Semana)	Duração Média do Emprego (meses)	Quantidade	%
Indústria	1.950	15,81	1,74	44	21	150	5,98
Construção Civil	359	2,91	2,53	44	8	30	1,2
Comércio	2.029	16,45	1,46	44	27,7	696	27,73
Serviços	5.060	41,03	1,93	42	95,3	374	14,9
Agropecuária	2.934	23,79	1,82	44	38	1.260	50,2
Total	12.332	100	1,82	43	56,3	2.510	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Em comparação com o Brasil e com o Estado de Goiás, a Microrregião possuía, em 2011, uma porcentagem significativamente maior de empregos formais alocados nas atividades de extrativismo mineral, administração pública e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, conforme pode ser observado por meio da Tabela 2.3. Ainda comparativamente, os setores serviços industriais de utilidade pública, construção civil e serviços se encontravam bastante reduzidos.

Nota-se, portanto, que a maior parte dos trabalhadores que foram agregados no grande setor de atividade de Serviços foi contratada pela administração pública. Quanto ao setor de

Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás, n. 3, nov, 2013. (ISSN 2316-8706)

construção civil, encontrou-se reduzido apesar dos (relativos) altos salários oferecidos, o que pode ser decorrente da falta de trabalhadores nesse setor.

Tabela 2.3 – Distribuição dos Empregos Formais por Setor de Atividade no Brasil, em Goiás e na Microrregião do Rio Vermelho – 2011 (%)

IBGE Setor	Brasil	Goiás	Microrregião do Rio Vermelho
1 - Extrativa mineral	0,50	0,61	0,8
2 - Indústria de transformação	17,52	16,19	14,64
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,89	0,67	0,36
4 - Construção Civil	5,94	5,91	2,91
5 - Comércio	19,09	19,15	16,45
6 - Serviços	33,19	27,60	11,6
7 - Administração Pública	19,66	23,80	29,44
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3,20	6,06	23,79
Total	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 2.4 apresenta os setores de atividade econômica desagregados em subsetores, assim como o número total de trabalhadores formais que eles empregam, a porcentagem que este número representa no total de seu respectivo setor de atividade, a remuneração média, a jornada média de trabalho e a duração média de emprego em cada um dos subsetores listados.

Como é possível verificar por meio da Tabela 2.4, no ano de 2011, a maior parte dos trabalhadores alocados no setor de Indústria de Transformação estava contratada pelo subsetor de alimentos e bebidas. Já os trabalhadores alocados no setor de Serviços trabalhavam, em sua maioria, no setor de alojamento e alimentação.

Tabela 2.4 – Distribuição dos Trabalhadores por Setor e Subsetor Econômico na Microrregião do Rio Vermelho - 2011

IBGE Subsetor	Total	%	Remuneração Média (SM)	Jornada de Trabalho (Horas/Semana)	Duração Média do Emprego (meses)
EXTRATIVA MINERAL	99	100	2,35	44	29,5
Extrativa Mineral	99	100	2,35	44	29,5
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.806	100	1,58	44	17,8
Prod. Mineral Não Metálico	131	7,3	1,22	44	32,1
Indústria Metalúrgica	8	0,4	1,01	42	22,7
Indústria Mecânica	3	0,2	1,05	44	11,9
Elétrico e Comunicação	0	0	0	0	0
Material de Transporte	1	0,1	1,06	44	84,9
Madeira e Mobiliário	21	1,2	1,23	44	15,4
Papel e Gráfico	6	0,3	1,16	44	59,1
Borracha, Fumo, Couros	7	0,4	1,14	44	9,5
Indústria Química	10	0,6	4,1	44	33,2
Indústria Têxtil	470	26	1,02	44	10,3
Indústria Calçados	0	0	0	0	0
Alimentos e Bebidas	1.149	63,6	1,84	44	18,9
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	45	100	6,84	43	131,2
Serviço Utilidade Pública	45	100	6,84	43	131,2
CONSTRUÇÃO CIVIL	359	100	2,53	44	8
Construção Civil	359	100	2,53	44	8
COMÉRCIO	2.029	100	1,46	44	27,7
Comércio Varejista	1.923	94,8	1,46	44	27,3
Comércio Atacadista	106	5,2	1,57	44	36,6
SERVIÇOS	1.430	100	1,91	40	53,8
Instituição Financeira	111	7,8	6,75	35	62,7
Administração Técnica Profissional	200	14	1,47	44	32,5
Transporte e Comunicações	120	8,4	2,32	44	53,8
Alojamento e alimentação	558	39	1,33	42	47,8
Médicos Odontológicos e Veterinários	182	12,7	1,46	36	85,9
Ensino	259	18,1	1,53	36	57
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.630	100	1,95	34	111,6
Administração Pública	3.630	100	1,95	34	111,6
AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL, CAÇA E PESCA	2.934	100	1,82	44	38
Agricultura	2.934	100	1,82	44	38

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

1.2 Dados Municipais

A Tabela 2.5 apresenta a distribuição dos trabalhadores formais empregados em cada um dos grandes setores de atividade por município. O município que mais concentrou empregos formais nos grandes setores de Agropecuária e Serviços foi Jussara, já no grande setor de Indústria, foi o Município de Santa Fé de Goiás.

Tabela 2.5 – Distribuição dos Empregos Formais na Agropecuária, na Indústria e nos Serviços na Microrregião do Rio Vermelho – 2011⁶

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Araguapaz	7,5%	1,5%	5,1%
Aruanã	15,7%	2,3%	7,8%
Britânia	10,4%	0,8%	5,8%
Faina	5,5%	1,7%	7,8%
Goiás	15,1%	30,2%	26,8%
Itapirapuã	11,5%	10,1%	6,6%
Jussara	22,8%	14,9%	29,4%
Matrinchã	5,1%	3,2%	5,9%
Santa Fé de Goiás	6,4%	35,4%	4,9%
Microrregião do Rio Vermelho	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

O Gráfico 2.1 apresenta a taxa de crescimento do número de empregos formais no Estado de Goiás e na Microrregião do Rio Vermelho de 2006 a 2011. Pode-se notar que o número de empregos na Microrregião cresceu a uma taxa inferior (em média 4,43%) à do Estado (em média 6,37%). A taxa de crescimento do número de empregos formais na Microrregião apresentou variação maior do que a do Estado (0,079 e 0,011 unidades de desvio-padrão, respectivamente), ou seja, o crescimento do número de empregos formais na Microrregião foi mais instável.

⁶ Assim como no PIB, a nomenclatura Indústria agrega toda a indústria e a construção civil, e a nomenclatura Serviços agrega os serviços e o comércio.

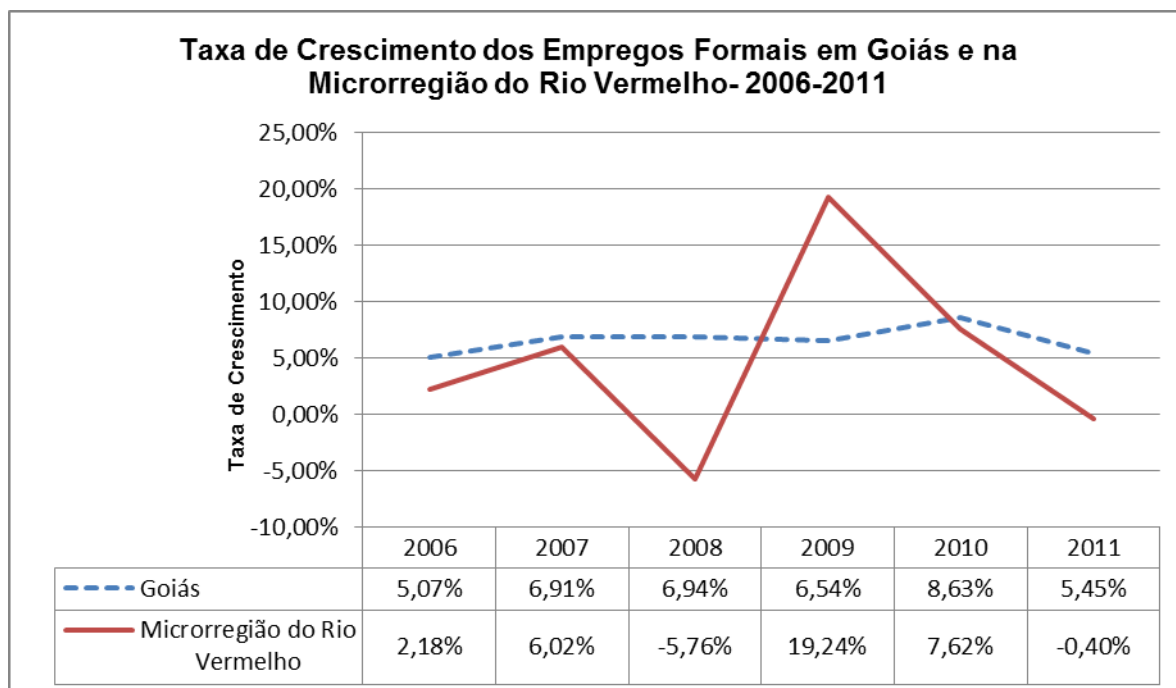


Gráfico 2.1 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiás e na Microrregião do Rio Vermelho – 2006 - 2011

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Uma informação a ser realçada é que a “Crise dos *Subprime*”⁷, desencadeada nos Estados Unidos da América em 2008, afetou o número de empregos da Microrregião, reduzindo a taxa de crescimento dos empregos formais. Esse fenômeno também afetou a quase totalidade das microrregiões do Estado de Goiás.

1.3 Faixa Salarial

A Microrregião do Rio Vermelho demonstrou tendência à concentração de trabalhadores com contrato formal de trabalho nas faixas salariais mais baixas (entre 0,51 e 2 salários mínimos) e à desconcentração nas faixas mais altas, conforme demonstra a Tabela 2.6. Esse fenômeno também teve curso no país como um todo, inclusive no Estado de Goiás.

Dentre os fatos que concorreram para este fenômeno pode-se destacar o aumento do número de empregos situados entre 0,5 e 1,5 salários mínimos e o aumento real do salário mínimo. O aumento dos salários não foi acompanhado nem do aumento correspondente dos grandes salários, nem do número desses salários. Esse fenômeno revela diminuição da desigualdade de renda entre os trabalhadores, entretanto, pela via da compressão da estrutura salarial em torno dos menores salários.

⁷ *Subprimes* são empréstimos concedidos a tomadores que não oferecem garantias suficientes de poder quitá-los. São títulos de crédito de alto risco, mas que também possuem alto retorno. Muitos dos *subprimes* comercializados nos Estados Unidos no setor de imóveis possuíam como única garantia de pagamento o próprio imóvel residencial.

Tabela 2.6 – Distribuição dos Empregos Formais (em Salários Mínimos) na Microrregião do Rio Vermelho por Faixa de Remuneração (%)

Faixa Remuneração Média (SM)	2003	2005	2007	2009	2011
Até 0,50	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
0,51 a 1,00	12,2	14,9	15,7	14,0	13,8
1,01 a 1,50	35,1	35,7	37,3	41,0	39,8
1,51 a 2,00	22,2	21,5	23,1	21,8	21,6
2,01 a 3,00	17,9	17,4	14,5	14,4	15,5
3,01 a 4,00	5,1	4,6	4,2	4,0	4,3
4,01 a 5,00	2,3	1,8	1,4	1,6	1,9
5,01 a 7,00	1,8	1,3	1,2	1,6	1,4
7,01 a 10,00	1,5	1,1	0,9	0,7	0,7
10,01 a 15,00	1,0	0,7	0,6	0,5	0,3
15,01 a 20,00	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1
Mais de 20,00	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0
Não Classificado	0,2	0,4	0,7	0,2	0,5
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme demonstra a Tabela 2.7, a maior concentração de trabalhadores ocorreu na faixa de remuneração de 1,01 a 1,5 salários mínimos (39,82%), em seguida na de 2,01 a 3 salários mínimos (21,59%). Em relação ao Brasil e ao Estado de Goiás, a Microrregião do Rio Vermelho obteve uma concentração muito elevada de trabalhadores nas faixas de remuneração de até 3 salários mínimos, e reduzida nas faixas mais altas. A disparidade foi ainda maior conforme analisamos os níveis de renda mais altos.

Tabela 2.7 – Concentração de trabalhadores no Brasil, no Estado de Goiás e na Região Microrregião do Rio Vermelho por Faixa Salarial – 2011 (Salários Mínimos)

	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20,00
Brasil	0,4	4,3	29,5	19,6	18,0	8,4	4,8	5,3	3,5	2,4	1,0	1,3
Goiás	0,4	6,6	33,7	19,0	16,8	7,1	4,4	5,8	2,6	1,4	0,6	0,7
Microrregião do Rio Vermelho	0,15	13,83	39,82	21,59	15,46	4,27	1,86	1,4	0,66	0,29	0,214	0,05

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Em comparação com as remunerações dos empregos formais em âmbitos nacional e estadual (Tabela 2.8), a remuneração na Microrregião do Rio Vermelho foi inferior

(respectivamente 1,36 e 0,87 pontos percentuais, em média). Apenas para a faixa etária de 15 a 17 anos a remuneração média da Microrregião superou as médias do Brasil e do Estado de Goiás.

Tabela 2.8 – Remuneração Média no Brasil, no Estado de Goiás e na Microrregião do Rio Vermelho por Faixa Etária – 2011 (Salários Mínimos)

	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Média
Brasil	1,05	1,76	2,55	3,22	3,87	4,56	4,78	3,18
Goiás	0,92	1,62	2,28	2,75	3,24	3,83	4,21	2,69
Microrregião do Rio Vermelho	1,06	1,04	1,77	1,83	2	2,01	2,17	1,82

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

1.4 Escolaridade

O Gráfico 2.2 apresenta a distribuição dos trabalhadores formalmente empregados na Microrregião do Rio Vermelho por faixa de escolaridade. Conforme é possível verificar, um terço dos trabalhadores empregados na Microrregião do Rio Vermelho possuía, em 2011, nível médio completo (33,74%) e 13,01% possuíam ensino superior completo e incompleto. Os níveis foram bastante semelhantes aos apresentados pelo Brasil e pelo Estado de Goiás, indicando que a baixa remuneração presente nesta Microrregião, além dos baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores, provavelmente decorre também de outros fatores estruturais.

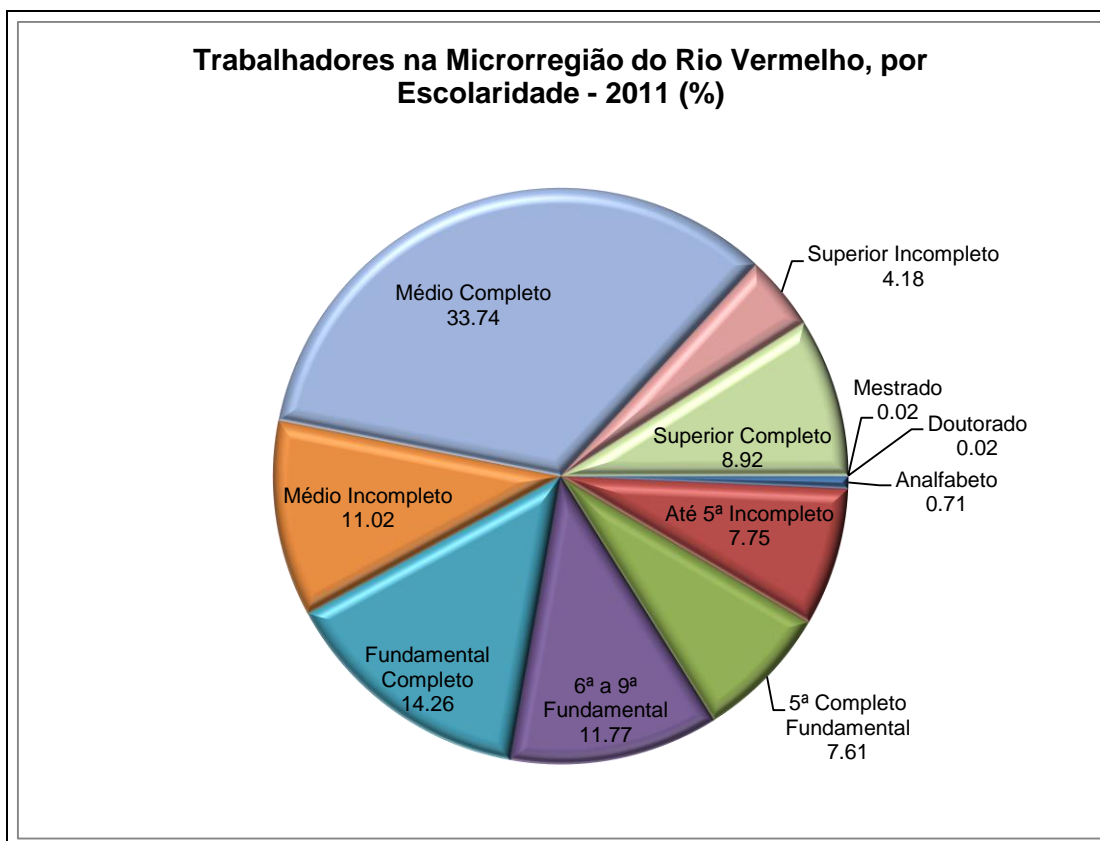


Gráfico 2.2 – Trabalhadores na Microrregião do Rio Vermelho por Escolaridade - 2011

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

1.5 Ocupações por Número de Trabalhadores e Remuneração

A Tabela 2.9 apresenta as 20 ocupações que mais empregaram na Microrregião do Rio Vermelho no ano de 2011. É possível perceber a grande presença de trabalhadores nas atividades administrativas e outras ligadas aos setores de Serviços e Comércio.

Tabela 2.9 – As 20 Ocupações que mais Empregam na Microrregião do Rio Vermelho, o Número de Trabalhadores Empregados em 2006 e 2011, a Taxa de Crescimento do Número de Trabalhadores Empregados Neste Período e sua Remuneração Média em Salários Mínimos (SM) em 2011

CBO 2002 subgrupo	2006	2011	Taxa de crescimento	SM
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	1.103	1.351	22,5%	1,6
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	798	1.263	58,3%	1,9
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	1.081	998	-7,7%	1,6
Vendedores e demonstradores	786	875	11,3%	1,5
Trabalhadores na pecuária	757	725	-4,2%	1,8
Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo	332	529	59,3%	1,8
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios	515	526	2,1%	1,3
Trabalhadores da confecção de roupas	31	472	1422,6%	1,0
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	393	451	14,8%	2,4
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação	278	420	51,1%	2,0
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	293	301	2,7%	1,2
Supervisores de serviços administrativos (exceto de atendimento ao público)	47	271	476,6%	1,5
Embaladores e alimentadores de produção	389	268	-31,1%	1,4
Caixas, bilheteiros e afins	141	187	32,6%	1,6
Trabalhadores da construção civil e obras públicas	111	177	59,5%	2,1
Trabalhadores elementares da manutenção	36	170	372,2%	1,5
Trabalhadores de informações ao público	147	164	11,6%	1,2
Escriturários contábeis e de finanças	97	153	57,7%	4,7
Gerentes de áreas de apoio	96	136	41,7%	3,4
Ajudantes de obras	55	130	136,4%	1,4

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 2.10 apresenta as 20 ocupações que melhor remuneraram em 2011. Em geral, foram ocupações ligadas à atividade profissional de nível técnico e nível superior em diversos setores, o que reflete a grande necessidade de profissionais qualificados nas mais diversas áreas. Destaca-se a remuneração relativamente alta dos profissionais que atuaram nas áreas de eletricidade e de saúde, indicando uma possível demanda não satisfeita por esses profissionais.

Tabela 2.10 – As 20 Ocupações que Melhor Remuneraram em 2011 – Microrregião do Rio Vermelho (Salários Mínimos)

CBO 2002 subgrupo	Total
Operadores na geração e distribuição de energia (centrais hidrelétricas, termelétrica etc)	11,4
Profissionais da medicina	11,4
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos e de comunicações	9,7
Engenheiros, arquitetos e afins	9,6
Agrônomos e afins	5,9
Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	5,2
Supervisores da extração mineral e da construção civil	4,7
Escriturários contábeis e de finanças	4,7
Profissionais da medicina, saúde e afins	4,1
Técnicos de nível médio em operações financeiras	4,1
Técnicos de nível médio em operações comerciais	3,8
Técnicos da produção agropecuária	3,6
Gerentes de produção e operações	3,5
Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica	3,5
Supervisores de vendas e de prestação de serviços	3,4
Gerentes de áreas de apoio	3,4
Técnicos em laboratório	3,3
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização	3,2
Advogados, procuradores, tabeliões e afins	3,2
Cientistas sociais, psicólogos e afins	3,2

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

As profissões e suas remunerações são indicadores importantes sobre quais os tipos de trabalho são mais valorizados ou menos valorizados na região e apresentam uma referência para a atuação na educação, em seus diversos níveis e modalidades.

1.6 Arranjos Produtivos Locais

A Microrregião do Rio Vermelho, com base em dados e indicações referentes a Arranjos Produtivos Locais (APL) apresentados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SECTEC), pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aglutina diversos APLs, estabelecidos, em processo de estabelecimento e potenciais. Porém, apenas dois já foram consolidados, estando mais dois em processo de articulação. Os referidos APLs são apresentados no Quadro 1.1 a seguir.

Quadro 1.1 – Arranjos Produtivos Locais Sediados ou Potenciais da Microrregião do Rio Vermelho

Arranjo Produtivo Local	Produtos	Cidade Polo
APL Artesanato e Móveis de Goiás ²	Artesanato em Madeira	Cidade de Goiás
APL Apicultura de Serra Dourada	Mel e Derivados	Cidade de Goiás
APL Carne da Microrregião de Jussara ¹	Carne Bovina	Jussara
APL Culinária de Goiás ²	Comidas Típicas Goianas	Cidade de Goiás
APL Lácteo da Região de Goiás ¹	Leite e Derivados	Cidade de Goiás
APL de Turismo da Cidade de Goiás	Turismo e Entretenimento	Cidade de Goiás

¹ APL em articulação.

² APL potencial.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do SEBRAE – Programa de Estudos do Futuro. Relatório Final. SEGPLAN-GO/IMB – 2012. Adaptada. Disponível em:

<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil_e_potencialidades_dos_munic%C3%ADpios_goianos.pdf>;

SECTEC/Secretaria de Ciência e Tecnologia – Estado de Goiás. Disponível em:

<<http://www.sectec.go.gov.br/portal/wp-content/uploads/2010/07/apls1.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2012.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Relatório de Pesquisa 1. 2009.

Saliente-se que nenhum dos municípios que integram a Microrregião do Rio Vermelho participa de APLs consolidados sediados em outras microrregiões.

2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

2.1 Dados Demográficos

Em 2010, do total de 88.389 habitantes da Microrregião do Rio Vermelho, 27,98% residiam no Município de Goiás (Tabela 3.1) e 21,67% no Município de Jussara, sendo esses os municípios mais populosos dessa Microrregião.

Na Microrregião do Rio Vermelho predominam pessoas de cor ou raça parda, representando 53% do total da população, conforme pode ser confirmado por meio da Tabela 3.1. A população dessa Microrregião corresponde a 1,48% do total da população do Estado de Goiás.

Tabela 3.1 - População Residente, por Cor ou Raça, Segundo os Municípios da Microrregião do Rio Vermelho – 2010

Municípios /Microrregião e Estado	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Araguapaz	7.510	2.483	511	60	4.440	16	-
Aruanã	7.496	2.390	818	58	4.022	208	-
Britânia	5.509	1.832	383	98	3.172	24	-
Faina	6.983	2.562	651	113	3.653	4	-
Goiás	24.727	8.908	2.362	502	12.775	180	-
Itapirapuã	7.835	2.846	431	109	4.439	10	-
Jussara	19.153	8.413	1.169	387	9.160	22	2
Matrinchã	4.414	1.570	418	74	2.328	24	-
Santa Fé de Goiás	4.762	1.611	239	48	2.860	4	-
Microrregião do Rio Vermelho	88.389	32.615	6.982	1.449	46.849	492	2
Goiás	6.003.788	2.502.119	391.918	98.478	3.002.673	8.533	67

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

O Gráfico 3.1 apresenta as pirâmides etárias da Microrregião do Rio Vermelho nos anos 2000 e 2010, sendo que a pirâmide transparente corresponde ao ano 2000 e a pirâmide sombreada ao ano 2010. Os graus de sombreamento distinguem as faixas etárias, sendo que a de baixo corresponde à infância, a do meio corresponde à fase adulta, e a de cima corresponde à terceira idade.

É possível verificar que a população da Microrregião do Rio Vermelho diminuiu nas faixas mais jovens, até os 34 anos, e cresceu nas faixas acima desta.

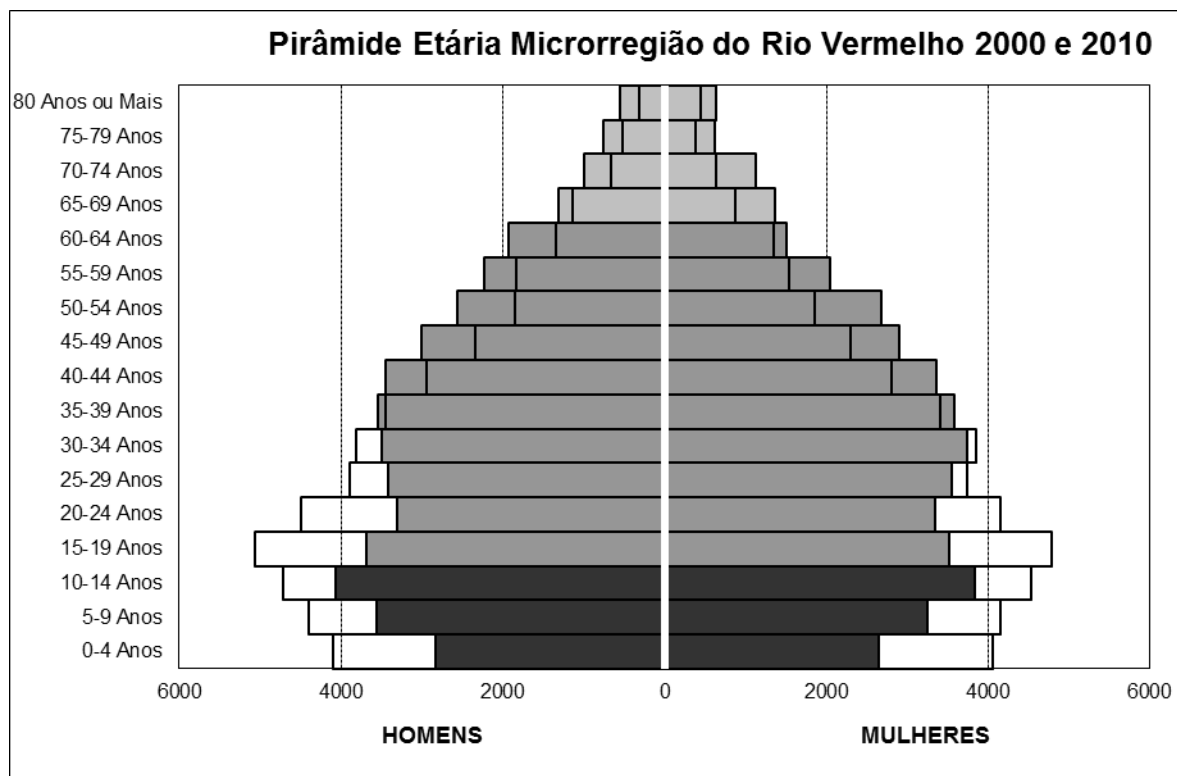


Gráfico 3.1 – Pirâmide Etária da Microrregião do Rio Vermelho nos anos 2000 e 2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE.

2.2 Aspectos Sociais

Conforme a Tabela 3.2, em 2010, 29,56% do total da população residente na Microrregião do Rio Vermelho frequentava alguma modalidade de ensino, ou seja, 26.125 pessoas. Desse total, 53,59% frequentavam o Ensino Fundamental, 18,14% o Ensino Médio, 8,39% o Ensino Superior e 6,58% a Pré-Escola.

Tabela 3.2 - Pessoas que Frequentavam Escola ou Creche, por Curso que Frequentavam, Segundo os Municípios da Microrregião do Rio Vermelho – 2010

Municípios	Pessoas que frequentavam escola ou creche								
	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização	Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio	Superior	Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado
Araguapaz	1.883	31	97	113	6	1.153	348	79	56
Aruanã	2.237	82	178	298	37	1.106	414	101	20
Britânia	1.502	75	113	82	13	884	275	56	3
Faina	1.791	37	99	51	3	1.144	368	82	7
Goiás	8.569	113	659	292	1.071	3.989	1.361	921	164

Itapirapuã	2.242	24	154	115	13	1.348	441	138	9
Jussara	5.431	182	295	247	33	2.876	1.077	624	98
Matrinchã	1.207	3	64	52	13	753	226	86	10
Santa Fé de Goiás	1.264	-	57	121	-	746	229	104	6
Microrregião do Rio Vermelho	26.125	547	1.717	1.372	1.190	13.999	4.738	2.190	372
Goiás	1.787.847	45.620	137.316	99.304	17.289	905.673	337.198	218.548	26.900

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Conforme a Tabela 3.3, cerca de 60% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não tinham instrução ou possuíam somente o Ensino Fundamental Incompleto, 16,13% possuíam o Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto, 17,57% tinham o Ensino Médio Completo e Superior Incompleto. Por fim, apenas 5,67% tinham o Ensino Superior Completo.

Deve-se notar que a redução progressiva da concentração populacional à medida que os níveis educacionais aumentam, em parte, é característica do próprio recorte populacional, pois a metodologia do IBGE inclui um grande número de pessoas que ainda estão no período de escolarização e poderão atingir maiores níveis educacionais.

Salienta-se que esta tabela segue o padrão do IBGE que classifica todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, incluindo a população que não é economicamente ativa (pessoas acima de 65 anos, aposentados, pessoas entre 10 e 16 anos etc.).

Comparando com o conjunto dos trabalhadores formalmente empregados, temos 37,92% com Ensino Médio Completo a Superior Incompleto (conforme Gráfico 2.2), enquanto esse percentual para pessoas de 10 anos ou mais de idade cai para 17,57 % nesse nível de instrução conforme a tabela abaixo.

Tabela 3.3 - Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, por Nível de Instrução, Segundo os Municípios da Microrregião do Rio Vermelho – 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Araguapaz	6.413	4.016	1.109	1.059	216	13
Aruanã	6.177	3.944	1.089	908	219	18
Britânia	4.718	3.066	725	709	206	13
Faina	6.053	4.015	1.075	755	171	39
Goiás	21.564	12.211	2.953	4.376	1.769	255
Itapirapuã	6.811	4.593	984	1.010	224	-
Jussara	16.576	9.016	3.021	3.185	1.198	155
Matrinchã	3.787	2.412	652	595	124	5
Santa Fé de Goiás	4.005	2.376	669	773	187	-
Microrregião do Rio Vermelho	76.105	45.648	12.276	13.370	4.313	498
Goiás	5.092.674	2.527.434	924.234	1.213.946	394.491	32.568

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

O Censo Demográfico do ano de 2010 desenvolvido pelo IBGE indica que das 3.158.254 pessoas economicamente ativas (com 10 anos ou mais de idade) do Estado de Goiás, 45.278 (1,44%) estavam na Microrregião do Rio Vermelho. Dessas, 94,05% estavam ocupadas (Tabela 3.4). Essa porcentagem permanece praticamente igual (94,14%) quando consideramos apenas pessoas com 14 anos ou mais.

Esses dados permitem considerar que a taxa de desemprego na Microrregião do Rio Vermelho, a exemplo da brasileira, está próxima à taxa de desemprego natural. Ou seja, há uma situação próxima ao pleno emprego. Contudo, a queda da taxa de crescimento do PIB, verificada nos últimos três anos (com média de crescimento do PIB de aproximadamente 1% ao ano), pode ocasionar o aumento da taxa de desemprego e congelar ou mesmo reduzir os ganhos salariais.

Tabela 3.4 - Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Grupos de Idade, Condição de Atividade e de Ocupação na Semana de Referência, Segundo os Municípios da Microrregião do Rio Vermelho – 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade				
	Total	Condição de atividade na semana de referência			
		Economicamente ativas			Não economicamente ativas
		Total	Condição de ocupação na semana de referência		
	Ocupadas		Desocupadas		
Araguapaz	6.413	3.961	3.555	406	2.452
Aruanã	6.177	3.929	3.773	156	2.248
Britânia	4.718	2.736	2.508	228	1.982
Faina	6.053	3.528	3.382	146	2.526
Goiás	21.564	12.283	11.561	722	9.281
Itapirapuã	6.811	3.886	3.664	222	2.926
Jussara	16.576	10.037	9.479	558	6.538
Matrinchã	3.787	2.287	2.132	155	1.500
Santa Fé de Goiás	4.005	2.631	2.529	102	1.373
Microrregião do Rio Vermelho	76.105	45.278	42.583	2.696	30.826
Goiás	5.092.674	3.158.254	2.959.329	198.924	1.934.420
Pessoas com Idade entre 10 a 13 anos					
Araguapaz	514	80	46	35	434
Aruanã	575	45	42	3	529
Britânia	414	17	17	-	397
Faina	504	79	79	-	425
Goiás	1.673	136	112	25	1.537
Itapirapuã	575	67	64	4	508
Jussara	1.314	73	73	-	1.241
Matrinchã	367	59	50	9	308
Santa Fé de Goiás	359	28	28	-	331
Microrregião do Rio Vermelho	6.295	585	509	75	5.710
Goiás	422.417	27.289	23.067	4.222	395.128
Pessoas com 14 anos ou mais					
Araguapaz	5.899	3.881	3.509	372	2.018
Aruanã	5.602	3.884	3.731	153	1.718
Britânia	4.304	2.719	2.491	228	1.585
Faina	5.550	3.449	3.303	146	2.101
Goiás	19.890	12.146	11.449	697	7.744
Itapirapuã	6.236	3.819	3.600	219	2.418
Jussara	15.262	9.964	9.406	558	5.298
Matrinchã	3.420	2.228	2.081	147	1.192
Santa Fé de Goiás	3.646	2.604	2.502	102	1.042
Microrregião do Rio Vermelho	69.810	44.694	42.073	2.620	25.116
Goiás	4.670.258	3.130.965	2.936.262	194.703	1.539.292

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto ao gênero das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência na Microrregião do Rio Vermelho (Tabela 3.5), 63,3% eram homens. O rendimento médio dos trabalhadores do gênero masculino era superior ao das mulheres em 41,77%.

Tabela 3.5 - Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, com Rendimento de Trabalho, e Valor do Rendimento Nominal Médio e Mediano Mensal de Todos os Trabalhos das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, com Rendimento de Trabalho, por Sexo, Segundo os Municípios da Microrregião do Rio Vermelho – 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho			Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$)					
				Médio			Mediano		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Araguapaz	3.283	2.111	1.173	1.037,65	1.226,35	698,05	520,0	691,0	510,0
Aruanã	3.615	2.258	1.357	1.048,87	1.189,37	815,06	600,0	750,0	510,0
Britânia	2.369	1.574	795	1.065,32	1.152,41	893,02	600,0	750,0	510,0
Faina	2.818	1.942	876	739,73	819,63	562,67	510,0	510,0	510,0
Goiás	10.586	6.568	4.018	1.109,05	1.238,93	896,75	600,0	700,0	510,0
Itapirapuã	3.430	2.177	1.253	874,99	1.011,01	638,79	510,0	660,0	510,0
Jussara	9.000	5.581	3.419	1.761,48	1.782,01	1.727,95	600,0	750,0	510,0
Matrinchã	2.038	1.311	726	734,79	829,50	563,79	510,0	600,0	510,0
Santa Fé de Goiás	2.407	1.510	897	1.039,99	1.282,07	632,33	643,0	700,0	510,0
Microrregião do Rio Vermelho	39.545	25.030	14.515	1.045,76	1.170,14	825,38	600	700	510
Goiás	2.844.988	1.686.143	1.158.844	1.323,53	1.509,42	1.053,04	750	800	600

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: 1) Rendimento Médio: 116,2. 2) Rendimento Mediano⁸: 600.

É possível que, além de fatores histórico-estruturais diretamente vinculados a aspectos socioculturais, uma das causas para a renda masculina ser mais elevada é que, em geral, os homens trabalham um número maior de horas do que as mulheres.

2.3 Índice de Desenvolvimento Humano⁹

O Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) é uma média dos IDH's de renda, educação e longevidade. A tabela a seguir apresenta esse índice para os Municípios de Goiás e de Jussara, visto que sediam IES pública.

⁸ Enquanto a média é a soma das observações dividida pelo número total de observações, a mediana é encontrada ordenando todas as observações em ordem crescente, sendo a observação que fica no meio da lista, em caso de um número ímpar, ou a média simples das duas observações que ficam no meio, em caso de um número par.

⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, busca oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto - PIB, que estabelece uma mensuração econômica do país.

Tabela 3.6 - Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios que Sediam Instituições de Ensino Superior Públicas na Microrregião do Rio Vermelho.

Índices	Goiás			Jussara		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
IDH-M/Renda	0,581	0,625	0,713	0,607	0,637	0,768
IDH-M/Educação	0,229	0,376	0,621	0,252	0,414	0,635
IDH-M/Longevidade	0,646	0,759	0,805	0,700	0,809	0,842
IDH - Municipal	0,441	0,563	0,709	0,475	0,598	0,743

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

2.4 Endemias¹⁰

No universo das endemias presentes na Microrregião do Rio Vermelho, assumiu destaque apenas a epidemia de dengue. Em 2011, na Microrregião do Rio Vermelho, houve 31 casos de dengue registrados, sendo todos classificados como casos de dengue clássico (Tabela 3.7). No entanto, estes dados podem estar subnotificados, pois há problemas nas secretarias municipais e estadual de saúde no que tange às notificações.

Tabela 2.7 - Número de Casos de Dengue Registrados na Microrregião do Rio Vermelho– 2011

Endemias	Microrregião do Rio Vermelho
Dengue [dengue clássico]	31
Febre hemorrágica devido ao vírus da dengue	-
TOTAL	31

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do DATASUS.

3 ASPECTOS EDUCACIONAIS

Na Microrregião do Rio Vermelho há quatro unidades de Instituições de Ensino Superior Públicas, sendo três delas situadas no Município de Goiás (Instituto Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás). A outra unidade é da Universidade Estadual de Goiás e se situa no Município de Jussara.

O número total de professores no ensino pré-escolar ao médio decresceu ligeiramente no período 2001-2011, sendo que no último ano (2011) alcançou apenas 82% do total do

¹⁰ Endemia pode ser conceituada como a ocorrência de uma doença dentro de um número esperado de casos para aquela região, naquele período de tempo, baseado na sua ocorrência em anos anteriores não epidêmicos. Epidemia representa a ocorrência de uma doença acima da média (ou mediana) histórica de sua ocorrência. A doença causadora de uma epidemia tem geralmente aparecimento súbito e se propaga por determinado período de tempo em determinada área geográfica, acometendo frequentemente elevado número de pessoas. Quando uma epidemia atinge vários países de diferentes continentes, passa a ser denominada pandemia.

primeiro ano (2001). Também com relação ao ano de 2006, houve decréscimo em 2011, quando atingiu apenas 85,9% do valor anterior.

Dos nove municípios presentes na Microrregião, em sete houve decréscimo do número total de professores, sendo que em seis dos casos esse decréscimo mostrou-se progressivo. Apenas no Município de Britânia houve oscilação.

Em 2011, os municípios que apresentaram o maior número de professores foram Goiás (31,47%), Jussara (20,87%) e Itapirapuã (9,08%).

Tabela 4.1 - Número Total de Docentes em Atividade no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio na Microrregião do Rio Vermelho – 2001, 2006, 2011

Número de Docentes			
MUNICÍPIO	2001	2006	2011
Araguapaz	113	100	94
Aruanã	61	70	86
Britânia	70	81	62
Faina	122	113	94
Goiás	475	438	371
Itapirapuã	120	130	107
Jussara	344	318	246
Matrinchã	82	63	61
Santa Fé de Goiás	51	60	58
Microrregião do Rio Vermelho	1.438	1.373	1.179

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Com relação aos estabelecimentos de ensino do nível pré-escolar ao médio, a Microrregião apresentou decréscimo de 87 estabelecimentos no período 2001-2011, o que representa uma taxa de decréscimo de -43,07%. Apenas o Município de Santa Fé de Goiás permaneceu praticamente inalterado, provavelmente devido ao número bastante reduzido desses estabelecimentos.

Os municípios que possuíam o maior número de estabelecimentos em 2011 foram respectivamente: Goiás (32,18%), Jussara (21,74%) e Itapirapuã (11,31%).

Tabela 4.2 - Número Total de Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio na Microrregião do Rio Vermelho – 2001, 2006, 2011

Número de Estabelecimentos de Ensino			
MUNICÍPIO	2001	2006	2011
Araguapaz	14	9	9
Aruanã	3	6	5
Britânia	10	9	7
Faina	35	19	11
Goiás	68	52	37
Itapirapuã	26	15	13

Jussara	35	27	25
Matrinchã	7	5	4
Santa Fé de Goiás	4	5	4
Microrregião do Rio Vermelho	202	147	115

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Apesar de a Microrregião do Rio Vermelho ter apresentado redução drástica do número de estabelecimentos de ensino e, em menor proporção, do número de docentes, houve um decréscimo de apenas 13 salas de aula no período de 2001 a 2011. É possível que tenha ocorrido ampliações das instalações físicas de determinados estabelecimentos de ensino no contexto de redução do número desses estabelecimentos.

Apenas três municípios tiveram redução no número de salas de aula, são eles: Faina, Goiás e Matrinchã. Os municípios que possuem o maior número de salas de aula são respectivamente: Goiás (34%), Jussara (21,6%) e Itapirapuã (10,8%).

Tabela 4.3 - Número Total de Salas de Aula dos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio na Microrregião do Rio Vermelho - 2001, 2006, 2011.

Número de Salas de Aula			
MUNICÍPIO	2001	2006	2011
Araguapaz	48	50	50
Aruanã	28	33	44
Britânia	39	39	39
Faina	65	54	60
Goiás	286	267	255
Itapirapuã	80	67	81
Jussara	151	163	162
Matrinchã	43	32	33
Santa Fé de Goiás	23	30	26
Microrregião do Rio Vermelho	763	735	750

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

A taxa de alfabetização da Microrregião do Rio Vermelho apresentou elevação significativa de 1991 a 2010. Conforme demonstra a Tabela 4.4, todos os municípios apresentaram crescimento nas taxas de alfabetização, por conseguinte, teve curso na Microrregião do Rio Vermelho um aumento de 13,96 pontos percentuais nas referidas taxas entre 1991 e 2010. Os municípios que apresentaram as maiores taxas de alfabetização nesse período foram Aruanã, Jussara e Santa Fé de Goiás.

Tabela 4.4 - Taxa de Alfabetização (%) das Pessoas de 10 Anos ou Mais na Microrregião do Rio Vermelho – 1991, 2000, 2010.

Taxa de Alfabetização (%)			
MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Araguapaz	67,8	78,6	83,67
Aruanã	71,1	83,5	88,63
Britânia	69,5	83,2	86,02
Faina	71,4	79,4	83,42
Goiás	77	85,4	87,65
Itapirapuã	71,6	82,5	85,02
Jussara	79,9	84,9	88,54
Matrinchã	72,3	82,4	84,28
Santa Fé de Goiás	69,6	83,7	88,29
Microrregião do Rio Vermelho	72,2	82,6	86,16

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Assim como em relação ao número de professores e de estabelecimentos, houve queda progressiva do número de matrículas na Microrregião, sendo que o total em 2012 foi de apenas 62,69% em relação ao total obtido em 2002.

Tabela 4.5 - Número de Alunos Matriculados na Rede de Ensino Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número Total de Matrículas			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	3.056	1.692	1.561
Aruanã	1.897	1.876	1.879
Britânia	2.190	1.633	1.505
Faina	2.335	1.791	1.546
Goiás	9.815	6.349	5.086
Itapirapuã	2.725	2.190	1.791
Jussara	6.667	5.044	4.438
Matrinchã	1.947	1.245	1.130
Santa Fé de Goiás	1.360	1.347	1.120
Microrregião do Rio Vermelho	31.992	23.167	20.056

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

A tabela 4.6 apresenta o crescimento progressivo do número de alunos matriculados em creches na Microrregião do Rio Vermelho. Houve um crescimento de 217% no período compreendido entre 2002 e 2012. Considerando o período de 2007 a 2012, esse aumento foi de 8,87%.

Tabela 4.6 - Número de Alunos Matriculados na Creche na Rede Federal, Estadual, Municipal e na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Creche			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	6	-	-
Aruanã	-	40	74
Britânia	37	125	74
Faina	39	67	83
Goiás	135	187	194
Itapirapuã	69	66	54
Jussara	42	169	172
Matrinchã	-	-	26
Santa Fé de Goiás	-	-	35
Microrregião do Rio Vermelho	328	654	712

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Na Educação Básica de Jovens e Adultos o decréscimo de matrículas entre 2002 e 2012 foi de -74,67%. Tal processo pode estar ligado à pouca procura por parte da população alvo dessa modalidade de ensino, ao próprio desinteresse pela escola e pela educação e à redução do número de alunos potenciais para a EJA, entre outros fatores. Tal realidade demanda a condução de uma pesquisa mais aprofundada acerca da procura dessa modalidade de ensino na Microrregião.

Tabela 4.7 - Número de Alunos Matriculados na Educação de Jovens e Adultos na rede Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na EJA			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	60	-	20
Aruanã	-	-	15
Britânia	44	40	15
Faina	-	86	30
Goiás	603	460	76
Itapirapuã	87	7	68
Jussara	391	161	94
Matrinchã	172	-	18
Santa Fé de Goiás	37	16	17
Microrregião do Rio Vermelho	1.394	770	353

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Entre 2002 e 2012 houve um aumento de mais de quatro vezes na oferta de matrículas na modalidade Educação Especial, conforme é ilustrado na Tabela 4.8.

Tabela 4.8 - Número de Alunos Matriculados na Educação Especial na Rede Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Educação Especial			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	-	19	20
Aruanã	-	3	15
Britânia	-	3	14
Faina	-	7	30
Goiás	35	65	98
Itapirapuã	50	83	67
Jussara	-	51	93
Matrinchã	7	2	17
Santa Fé de Goiás	-	17	17
Microrregião do Rio Vermelho	92	250	371

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

A Tabela 4.9 permite notar que não havia Educação Profissional na Microrregião do Rio Vermelho até o ano de 2007. Ao analisar os dados referentes ao ano de 2012, nota-se que essa modalidade de ensino ainda é incipiente no Município de Goiás.

Tabela 4.9 - Número de Alunos Matriculados na Educação Profissional na Rede Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Educação Profissional			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	-	-	-
Aruanã	-	-	-
Britânia	-	-	-
Faina	-	-	-
Goiás	-	-	22
Itapirapuã	-	-	-
Jussara	-	-	-
Matrinchã	-	-	-
Santa Fé de Goiás	-	-	-
Microrregião do Rio Vermelho	0	0	22

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Na Pré-escola, também ocorreu um decréscimo do número de alunos, sendo que o total de matrículas em 2012 alcançou apenas 83,81% do total em 2002. Porém, de 2007 para 2012, há um ligeiro aumento de 2,83% com relação ao ano de 2007. Assim, apenas esse recorte não é suficiente para analisar a tendência da série de dados.

Conforme é possível conferir, os municípios que concentram o maior número de matrículas nessa modalidade na Microrregião do Rio Vermelho, em 2012, foram Goiás (28,33%), Jussara (20,76%) e Aruanã (11,64%).

Tabela 4.10 - Número de Alunos Matriculados na Pré-escola na Rede Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas na Pré-escola			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	94	86	118
Aruanã	103	128	203
Britânia	158	95	106
Faina	173	51	130
Goiás	938	589	494
Itapirapuã	84	197	112
Jussara	327	354	362
Matrinchã	90	98	92
Santa Fé de Goiás	114	98	127
Microrregião do Rio Vermelho	2.081	1.696	1.744

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

Com relação às matrículas no ensino Fundamental na Microrregião do Rio Vermelho, nota-se uma queda sistemática no número de alunos, com decréscimo de 41% no período. A própria pirâmide etária da população brasileira concorre para tanto, à medida que tem curso um processo de diminuição da população de até 15 anos e um aumento das faixas etárias mais avançadas, o que reflete claramente no número de matrículas efetuadas nesse nível de ensino. A esse processo se soma, frequentemente, o deslocamento de populações que residem em pequenas e médias cidades para cidades maiores, o que afeta municípios e microrregiões em termos de pequeno crescimento, de estagnação ou mesmo de decréscimo demográfico.

Tabela 4.11 - Número de Alunos Matriculados no Ensino Fundamental na Rede Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas no Ensino Fundamental			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	2.290	1.270	1.125
Aruanã	1.423	1.437	1.223
Britânia	1.576	1.111	1.045
Faina	1.731	1.278	831
Goiás	6.490	3.972	3.219
Itapirapuã	1.933	1.443	1.101
Jussara	4.199	3.333	2.738
Matrinchã	1.332	891	769
Santa Fé de Goiás	977	944	737
Microrregião do Rio Vermelho	21.951	15.679	12.788

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

O número de alunos matriculados no Ensino Médio teve uma ligeira queda ao longo dos anos. Tanto entre 2002 e 2007 e entre 2007 e 2012 a taxa de crescimento do número de matrículas foi negativa (-14,17% e -8,47%, respectivamente). No total, em 2012 foram realizadas 1.029 matrículas a menos do que em 2002, o que corresponde a uma redução de 21,45%.

Tabela 4.12 - Número de alunos matriculados no Ensino Médio na rede federal, estadual, municipal e particular na Microrregião do Rio Vermelho – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas no Ensino Médio			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Araguapaz	463	317	298
Aruanã	276	268	324
Britânia	330	259	252
Faina	372	302	296
Goiás	1.293	1.076	913
Itapirapuã	385	394	351
Jussara	1.245	976	921
Matrinchã	219	254	210
Santa Fé de Goiás	215	272	204
Microrregião do Rio Vermelho	4.798	4.118	3.769

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

4 LEVANTAMENTO DE CURSOS E IDENTIFICAÇÃO DE EIXOS CIENTÍFICO-TECNOLÓGICOS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO RIO VERMELHO

Neste tópico será apresentado um levantamento dos cursos oferecidos em Instituições públicas de educação na Microrregião do Rio Vermelho, bem como a identificação dos eixos científico-tecnológicos a que se referem. Esse levantamento faz parte de um projeto mais amplo que visa constituir uma grade de referências para atuação das instituições de ensino público nas diversas microrregiões que compõem o Estado de Goiás.

Eixos científico-tecnológicos são eixos aglutinadores de áreas científicas e tecnológicas afins, tendo em vista assegurar que um câmpus possa atuar de forma verticalizada e articulada nos diversos níveis e modalidades de ensino, bem como que esta atuação esteja integrada à atuação na pesquisa e na extensão. Eixos científico-tecnológicos, portanto, compõem um esforço para que o câmpus desempenhe a sua função social em sintonia com as demandas sociais, econômicas, educacionais e culturais presentes no contexto local e regional no qual se insere o câmpus da Instituição.

Deve-se salientar ainda que a definição dos eixos científico-tecnológicos também se caracteriza como uma iniciativa defensiva em face de processos que concorrem para a fragmentação da Instituição, bem como para a sua dispersão, o que pode determinar um processo de “senaização”¹¹ da Instituição, rebaixando o papel que ela deve desempenhar como centro de ensino, de pesquisa e de extensão.

Recomenda-se a constituição de eixos científico-tecnológicos também para uma maior concentração e articulação da atuação pluricurricular em termos verticais, bem como a composição de uma estruturação da organização e da vida acadêmica da Instituição coerente à consolidação desses eixos. Dessa forma, os eixos científico-tecnológicos norteiam a seleção do corpo docente e técnico-administrativo, tendo em vista a mais elevada titulação e o perfil adequado para o desempenho do papel social da Instituição.

A definição dos eixos científico-tecnológicos abrirá caminho para a criação de “polos de ensino e formação”, ao permitir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os “polos de ensino e formação” são a constituição de convergências entre diversas modalidades de ensino e de cursos, incluindo a pós-graduação *stricto sensu*, bem como a sua articulação com a pesquisa e a extensão, no âmbito de cada câmpus, tendo em vista alcançar uma concentração e excelência em áreas de formação profissional e tecnológica. O estabelecimento de ‘polos’ constitui-se, portanto, em uma iniciativa de estruturação da vida acadêmica e da organização da instituição, com o objetivo de moderar dinâmicas que tendem a promover a fragmentação e a dispersão de instituições de ensino organizadas por meio de estruturas pluricurriculares e multicampi e que oferecem uma grande diversidade de níveis e de modalidades de ensino, bem como de cursos. Os primeiros passos no sentido da conformação de ‘polos de ensino e formação’ são determinados pela definição dos eixos científico-tecnológicos de cada câmpus, a partir dos quais serão oferecidos os primeiros cursos, numa perspectiva de agregação pluricurricular.

¹¹ A expressão “senaização” foi formulada primeiramente por diversos estudiosos da educação profissional e tecnológica nos anos 1990, tendo em vista a identificação de processos que concorriam para o rebaixamento do papel social (bem como ameaçavam a existência) das instituições que compunham a atualmente denominada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – por exemplo: CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação, nº 14, Mio/Jun/Jul/Ago. Ano 2000, p. 89 a 107.). O Observatório do Mundo do Trabalho do IFG compreende por “senaização” a oferta não articulada e não integrada entre os diversos níveis de educação tecnológica nos Câmpus de um Instituto Federal (departamentos, áreas acadêmicas etc.) e entre a formação geral e a formação tecnológica, bem como a não articulação entre a educação tecnológica e a condução de projetos de pesquisa e de extensão, e a não articulação entre esses projetos com as demandas sociais e econômicas vinculadas ao desenvolvimento regional/local. Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás, n. 3, nov, 2013. (ISSN 2316-8706)

Esses “polos de ensino e formação”, por sua vez, poderão se desenvolver no sentido de alcançar uma excelência¹² em termos científicos, tecnológicos e culturais, sobretudo evidenciados na atuação no ensino de pós-graduação *stricto sensu*.

4.1 Atuação do Instituto Federal de Goiás na Microrregião do Rio Vermelho

O Instituto Federal de Goiás atua na Microrregião do Rio Vermelho por meio de um Câmpus instala no Município de Goiás. Neste Câmpus a prioridade institucional está na oferta de cursos técnicos integrados e de cursos superiores a eles articulados a partir das áreas constituídas para a oferta desses cursos técnicos.

Pode-se verificar que os cursos e modalidades ofertados no Câmpus Cidade de Goiás do IFG se distribuem nos eixos de informação e comunicação, de infraestrutura e de produção cultural e design.

Quadro 5.1 - Cursos Ofertados no IFG – Câmpus Cidade de Goiás.

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Informática para Internet	Técnico Integrado	Integral	30	Informação e Comunicação
Edificações	Técnico Integrado	Integral	30	Infraestrutura
Conservação e Restauro	Proeja	Noturno	30	Produção Cultural e Design

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal do IFG <<http://www.ifgoias.edu.br/>>. Acessado em março de 2013

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Observa-se que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Câmpus Cidade de Goiás estão voltados prioritariamente para o atendimento do arco de ocupações profissionais vinculados às atividades de Construção Civil, de Informática e de Cultura e Design. Esses cursos não apresentam articulação entre si e não compõem eixo científico-tecnológico estabelecido, em conformação ou potencial.

¹² O conceito de excelência utilizado nesse texto compreende a busca da sintonia com as demandas sociais e produtivas, efetivação de uma educação inclusiva fundada na democratização do acesso e conclusão com êxito dos cursos, redução das taxas de evasão e de repetência dos alunos, desenvolvimento de pesquisa e de extensão em alto nível e socialmente engajada. Diz respeito à qualidade social da educação no sentido da construção de uma sociedade inclusiva, solidária e justa. Excelência que alia qualidade do que se faz no contexto educacional, tendo como referência o cidadão para quem é dirigida essa educação.

Os Cursos Técnicos de Construção Civil e de Informática atualmente oferecidos compuseram as indicações de oferta de cursos presentes no Estudo de Implantação do Câmpus Cidade de Goiás do IFG, conduzido pelo Observatório. No documento responsável por essa indicação, o Curso Técnico de Informática para Internet deveria ser oferecido, em princípio, durante um determinado período, quando não mais seria oferecido.

Para estruturação do Eixo Científico-Tecnológico de Meio Ambiente e Recursos Naturais, indicam-se os Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroecologia. Após a implantação desses cursos deve ser estudada a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Posteriormente, deve-se efetuar a condução de estudo de avaliação quanto à pertinência de oferta de uma engenharia dentro desse Eixo Científico-Tecnológico.

Para a estruturação do Eixo Científico-Tecnológico de Cinema, Vídeo e Produção Cultural, indica-se o Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo e o Curso Superior de Bacharelado em Cinema e Vídeo. Posteriormente, deve-se avaliar a possível ampliação desse eixo científico-tecnológico por meio da oferta de novos cursos a ele articulados.

Com base nos dados disponíveis, não recomendamos em médio prazo, a implantação de um Eixo Científico-Tecnológico em Construção Civil e Infraestrutura no Câmpus Cidade de Goiás, posto que a demanda e possibilidades de empregabilidade na Microrregião do Rio Vermelho, e no Estado de Goiás como um todo, são extremamente pequenas e atendidas por uma diversidade de cursos recentemente criados. Portanto, não se recomenda a implantação de cursos superiores na área de Engenharia Civil e afins durante o processo de implantação e consolidação do Câmpus. Qualquer iniciativa nessa direção, a curto e médio prazo, deve ser objeto de estudos e pesquisas rigorosas. A pertinência da continuidade da oferta do curso Técnico em Edificações, por sua vez, deve ser avaliada com atenção em face das demandas presentes na Microrregião do Rio Vermelho como um todo, especialmente após a formação da sua segunda turma.

Quanto ao Curso Técnico de Conservação e Restauro, o Observatório apontava na direção do fortalecimento do curso já ofertado pelo Centro de Educação Profissional – CEP, sobretudo por meio de um arranjo cultural local/regional, estabelecido junto aos governos estadual e municipais (da Cidade de Goiás, de Pirenópolis, etc.), o IFG, o CEP, entre outros atores institucionais. A oferta do Curso Técnico em Conservação e Restauro por parte do Câmpus do IFG foi definido, efetivamente, pela Direção do Câmpus Cidade de Goiás e pela Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Em nossa perspectiva, o Câmpus Cidade de Goiás do IFG comporta a formação de dois eixos científico-tecnológicos, quais sejam, Meio Ambiente e Recursos Naturais e

Cinema, Vídeo e Produção Cultural. Também compreendemos que esses eixos científico-tecnológicos devem ser priorizados na primeira fase de estruturação dos eixos científico-tecnológicos adequados ao Câmpus Cidade de Goiás do IFG. Essa estruturação requer a criação de cursos técnicos e superiores no âmbito dos mesmos.

A continuidade da oferta do curso Técnico em Informática para Internet, que atualmente está com a oferta suspensa no Câmpus Cidade de Goiás, não abrirá espaço para a configuração de um Eixo Científico-Tecnológico de Informação e Comunicação nesse Câmpus, posto que não se justifica a criação de cursos de nível superior nessa área. Todavia, ele poderá compor a área acadêmica e profissional mais abrangente juntamente com a área de formação em Áudio e Vídeo, bem como poderá fornecer suporte para as demais áreas e cursos indicados para o Câmpus.

Quadro 5.2 - Identificação de Eixos Científico-Tecnológicos Estabelecidos, em Processo de Estabelecimento e Potencial IFG – Câmpus Cidade de Goiás.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não Estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
		Não Conformado
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Cinema e Vídeo	Bacharelado	Cinema, Vídeo e Produção Cultural
Produção de Áudio e Vídeo	Técnico Integrado	
Operador de Câmera	FIC	
Agroecologia	CST	Meio Ambiente e Recursos Naturais
Agroecologia	Técnico Integrado	
Agropecuária	Técnico Integrado	

Fonte: Elaborado pelo Observatório do Mundo do Trabalho

4.2 Atuação da Universidade Estadual de Goiás na Microrregião do Rio Vermelho

A Universidade Estadual de Goiás atua na Microrregião do Rio Vermelho por meio de duas Unidades Universitárias, instaladas nos Municípios de Goiás e de Jussara. A Unidade da UEG na Cidade de Goiás apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos superiores de Licenciatura. Esses cursos apresentam uma razoável articulação entre si, posto que compõem a grande área de humanidades, mesmo quando se considera o Curso Superior de Gestão de Turismo. A exceção quanto a grande área, coube ao Curso de Licenciatura em Matemática, todavia, situado no universo das licenciaturas.

O Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo se apresenta como curso de oferta específica fora de um eixo maior na Unidade, embora tenha uma interligação com os cursos

do eixo de Ciências Humanas, o que pode possibilitar atividades de pesquisas e de extensão junto à comunidade.

Quadro 5.3 - Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Goiás.

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Geografia	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas
História	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	Noturno	-	Linguística, Letras e Artes
Matemática	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Exatas e da Terra
Gestão de Turismo	CST	Matutino	-	Hospitalidade e Lazer

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Em nossa perspectiva, o Polo de Licenciatura é o eixo de estruturação dessa unidade na UEG. Essa estruturação requer a criação de outros cursos no seu âmbito, coerentemente articulados aos cursos já implantados, bem como pode ser consolidada a oferta de pós-graduação dentro dessas áreas já ofertadas, sobretudo nas Ciências Humanas.

Todavia, a consolidação dessa unidade da UEG como Polo de Licenciatura demanda um esforço institucional no sentido de ampliar a procura dos cursos ofertados por parte dos estudantes interessados.

Quadro 5.4 - Identificação de Eixos Científico-Tecnológicos Estabelecidos, em Processo de Estabelecimento e Potencial – UEG Unidade Universitária de Goiás.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
Geografia	Licenciatura	Licenciaturas
História	Licenciatura	
Letras- Português/Inglês	Licenciatura	
Matemática	Licenciatura	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
		Não há.

Fonte: Elaborado pelo Observatório do Mundo do Trabalho

A Unidade Universitária de Jussara da UEG também apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos de Licenciatura. Pode-se verificar que os cursos ofertados nessa unidade se distribuem em três eixos, quais sejam: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Exatas e da Terra, situados dentro do polo de Licenciatura, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 5.5 - Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Jussara.

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS POR EDITAL	EIXO
História	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	Noturno	-	Linguística, Letras e Artes
Matemática	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Exatas e da Terra

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Observa-se que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pela Unidade Universitária de Jussara da UEG estão voltados prioritariamente para o atendimento do arco de ocupações profissionais vinculado às atividades de formação de professores para a educação básica. Esses cursos, embora apresentem uma relativa articulação entre si, por se tratarem de cursos de licenciatura, não compõem eixo científico-tecnológico.

Quadro 5.6 - Identificação de Eixos Científico-Tecnológicos Estabelecidos, em Processo de Estabelecimento e Potencial – UEG Câmpus Jussara.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
		Não conformado.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
História	Licenciatura	Não forma eixo científico-tecnológico.
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	
Matemática	Licenciatura	

Fonte: Observatório do Mundo do Trabalho

4.3 Atuação da Universidade Federal de Goiás na Microrregião do Rio Vermelho

A Universidade Federal de Goiás atua na Microrregião do Rio Vermelho por meio de um Câmpus instalado no Município de Goiás, este Câmpus apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos superiores articulados a partir das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, conforme apresenta o quadro a seguir.

Quadro 5.7 - Cursos Ofertados na UFG – Câmpus da Cidade de Goiás.

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS POR EDITAL	EIXO
Direito	Bacharelado	Noturno	60	Ciências Sociais Aplicadas
Filosofia	Licenciatura	Noturno	50	Ciências Humanas
Serviço Social	Bacharelado	Noturno	50	Ciências Sociais Aplicadas
Administração	Bacharelado	Noturno	50	Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Portal da UFG <<http://www.ufg.br/page.php>>. Acessado em março de 2013

Nota: As nomenclaturas dos Eixos seguem os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos, para cursos técnicos e tecnológicos (ofertados e os previstos) e a tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, para licenciaturas e bacharelados, diferentemente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Observa-se que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Câmpus da UFG na Cidade de Goiás estão dentro do Eixo Científico-Tecnológico de Ciências Humanas e Sociais. No processo de consolidação desse eixo a UFG iniciou a oferta do curso de Bacharelado em Administração.

Em nossa perspectiva, o Eixo Científico-Tecnológico de Ciências Humanas e Sociais está em processo de conformação, inclusive de verticalização por meio da oferta do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo. A UFG deve considerar a possibilidade de ofertar novos cursos nesse Eixo Científico-Tecnológico, posto que possibilitaria o aproveitamento da força de trabalho, o incremento de pesquisa e extensão, além de não estabelecer sobreposição com as demais instituições públicas que atuam na Cidade de Goiás.

Quadro 5.8 - Identificação de Eixos Científico-Tecnológicos Estabelecidos, em Processo de Estabelecimento e Potencial – UFG Câmpus da Cidade de Goiás.

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
Direito	Bacharelado	Ciências Humanas e Sociais
Filosofia	Licenciatura	
Serviço Social	Bacharelado	
Administração	Bacharelado	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL

		Não há.
--	--	---------

Fonte: Elaborado pelo Observatório do Mundo do Trabalho

CONCLUSÕES GERAIS

Conclusões Gerais Acerca de Demandas Educacionais no Estado de Goiás

As análises dos dados e informações levantadas acerca do Estado de Goiás, que compõem os “Estudos e Pesquisas Econômicas, Sociais e Educacionais Sobre as Microrregiões do Estado de Goiás” permitiram identificar demandas urgentes para o Estado. Dentre as demandas, destacam-se:

- Condução de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia com foco no bioma Cerrado, voltado para farmacologia, cosméticos e similares;
- Promoção de políticas sociais focadas no acompanhamento e assistência de idosos, de dependentes químicos e de demais grupos sociais expostos à vulnerabilidade social, bem como na promoção da formação de profissionais para a atuação junto a esses grupos sociais;
- Condução de pesquisas e formação de profissionais voltados para a atuação na plataforma logística multimodal da Região Centro-Oeste e de Goiás e na mobilidade urbana;
- Condução de pesquisas e formação de profissionais voltados para a prevenção e recuperação dos danos ambientais causados pela emissão de efluentes nos mananciais e pelos impactos de desmatamento, de projetos de extração de minérios e de contaminação dos lençóis aquíferos por conta do uso de agrotóxicos;
- Condução de pesquisa, projetos sociais e formação de profissionais voltados para a coleta, classificação, tratamento e beneficiamento de efluentes, lixos e entulhos;
- Geração de formas de energia sustentáveis, sobretudo com base em biomassa;
- Desarticulação da “economia da contravenção”, sobretudo na Região Metropolitana de Goiânia e na Microrregião do Entorno de Brasília.

Conclusões Gerais Acerca de Demandas Educacionais na Microrregião do Rio Vermelho

As análises dos dados e informações levantadas acerca da Microrregião do Rio Vermelho permitiram identificar diversas demandas dessa Microrregião. Dentre as demandas, destacam-se:

Demandas Educacionais

Consolidação de um Polo de Licenciatura Interinstitucional na Cidade de Goiás

Deve-se considerar que, apesar da redução do número de estabelecimentos de ensino e de matrículas na Microrregião do Rio Vermelho, há uma população expressiva nessa Microrregião que não concluiu a educação básica. Deve-se também considerar que há uma grande população que demanda educação básica nas microrregiões limítrofes à Microrregião do Rio Vermelho, quais sejam: as Microrregiões de Aragarças, de Ceres, de Iporá e de São Miguel do Araguaia.

A consolidação de um polo de licenciatura interinstitucional na Cidade de Goiás, voltado para a formação de professores para a educação básica, assume grande importância para o desenvolvimento da região que compreende as microrregiões supracitadas. Atualmente, na Cidade de Goiás, são oferecidos os Cursos de Licenciatura em Filosofia (UFG), em Geografia (UEG), em História (UEG), Letras – Português/Inglês (UEG) e em Matemática (UEG). A consolidação do referido polo de licenciatura interinstitucional demanda a oferta de outros cursos de licenciatura, a exemplo dos Cursos de Licenciatura em Biologia, em Educação Física, em Física, em Música e em Química.

A consolidação de um polo de licenciatura interinstitucional na Cidade de Goiás impõe uma articulação interinstitucional que envolva a Universidade Estadual de Goiás, a Universidade Federal de Goiás e o Instituto Federal de Goiás, bem como uma articulação destas instituições com o Governo Estadual de Goiás e com os governos municipais que integram a Microrregião do Rio Vermelho, de Aragarças, de Ceres, de Iporá e de São Miguel do Araguaia. Uma articulação que contemplasse ações e iniciativas que envolvessem transporte, alojamento, centros de convivência, bolsas de estudos e assim por diante.

A ausência da referida articulação interinstitucional tem concorrido decisivamente para a pequena procura dos cursos de licenciatura atualmente oferecidos na Cidade de Goiás, bem como para a ameaça de esvaziamento e inviabilidade de qualquer novo curso de licenciatura que venha a ser criado na Cidade de Goiás. Esta é a realidade, por exemplo, de uma possível oferta do Curso de Licenciatura em Biologia por parte do Câmpus Cidade de Goiás do IFG no atual momento, em que pese o fato do mesmo vir a compor um eixo científico-tecnológico de Biologia, Meio Ambiente e Recursos Naturais no referido câmpus, sobretudo por meio de cursos que se articulam ao meio ambiente e aos recursos naturais e às atividades agropecuárias.

Oferta de Cursos Superiores Vinculados ao Meio Ambiente e aos Recursos Naturais e às Atividades Agropecuárias

Deve-se considerar que, além do patrimônio cultural, concentrado fundamentalmente na Cidade de Goiás, a Microrregião do Rio Vermelho também possui amplos recursos naturais e paisagísticos e um sistema produtivo agropecuário que se distribui por meio de pequenas e médias propriedades familiares, estruturadas de modo tradicional ou empresarial (ou seja, de acordo com o agronegócio). Nesse sentido, ocupa grande importância a formação de profissionais e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão que venha a concorrer para aperfeiçoar as vocações e potencialidades e superar as deficiências e gargalos presentes no universo dos referidos recursos e sistema.

Estas demandas também se fazem presentes nas microrregiões limítrofes à Microrregião do Rio Vermelho. Formações planálticas também compõem as Microrregiões de Aragarças, de Ceres, de Iporá e de São Miguel do Araguaia, bem como a pequena propriedade agropecuária familiar tradicional e a pequena e média propriedade de atividade agropecuária empresarial.

Nessa direção, as instituições de ensino superior que atuam na Microrregião do Rio Vermelho devem considerar a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia e dos Cursos de Bacharelado em Agronomia e em Veterinária. Saliente-se que a oferta destes e de outros cursos superiores também demanda articulação interinstitucional que envolva as instituições de ensino superior públicas e o Governo Estadual e os governos municipais que integram as Microrregiões do Rio Vermelho, de Aragarças, de Ceres, de Iporá e de São Miguel do Araguaia, de modo a contemplar ações e iniciativas que proporcionem condições sociais e infraestruturais para o deslocamento, alojamento e permanência dos estudantes na Cidade de Goiás.

Consolidação de um Polo de Oferta de Cursos Técnicos na Cidade de Goiás

A oferta de cursos superiores na Cidade de Goiás tem concorrido para sua transformação em uma cidade universitária (ou educativa) que transcende a Microrregião do Rio Vermelho. Este processo pode ser aprofundado por meio da oferta de cursos superiores vinculados aos recursos ambientais e paisagísticos e às atividades agropecuárias. Dessa forma, a educação tem se transformado em uma das atividades sociais e econômicas mais importantes na Cidade de Goiás (e na Microrregião do Rio Vermelho).

A consolidação de um polo de oferta de cursos técnicos, sobretudo técnicos integrados, na Cidade de Goiás concorre para o fortalecimento da mesma como uma cidade

universitária (ou educativa). Destaca-se a oferta de cursos técnicos que se articulem diretamente e indiretamente aos recursos naturais e paisagísticos e às atividades agropecuárias, com atenção nas pequenas propriedades urbanas e rurais de caráter familiar tradicional e no agronegócio de médio empreendimento. Nessa direção, indicam-se os Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroecologia.

Destaca-se também a oferta de cursos técnicos que se articulem diretamente e indiretamente ao patrimônio cultural e ambiental, com atenção no setor de turismo, na produção audiovisual e nas comidas tradicionais goianas. Nessa direção, indicam-se a oferta de cursos de formação inicial e continuada vinculados às atividades de turismo e hospitalidade, a oferta do Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo voltado para a produção cultural e a manutenção da oferta do Curso Técnico em Conservação e Restauro oferecido pelo Centro de Educação Profissional da Cidade de Goiás¹³.

Criação de Projetos Interinstitucionais para a Capacitação de Professores para a Atuação em EJA

A Microrregião do Rio Vermelho, bem como suas microrregiões limítrofes, convivem com um grande número de jovens e adultos que evadiram da educação básica. Reintegrar esses jovens e adultos ao processo formativo escolar deve ocupar um lugar estratégico no desempenho da função social das instituições de ensino superior públicas que atuam nessa região.

Deve-se buscar desenvolver nos municípios da Microrregião do Rio Vermelho e em municípios que integram as microrregiões limítrofes a criação e fortalecimento dos programas ligados a Educação de Jovens e Adultos, bem como a criação de programas de extensão para capacitação em EJA aos professores da Educação Básica que atuam nessa região. Deve-se buscar também desenvolver pesquisas e projetos com vistas a combater a evasão escolar dos alunos que se encontram nas fases adequadas de escolarização, bem como a melhorar o rendimento escolar dos mesmos.

¹³ Para mais considerações à respeito do Curso Técnico em Conservação e Restauro, oferecido pelo Centro de Educação Profissional da Cidade de Goiás, confira o “Relatório de Estudo/Pesquisa Natural, Social, Econômica e Educacional do Município de Goiás e Região Limítrofe, da Microrregião Rio Vermelho e da Mesorregião Noroeste Goiano”. Disponível em:

<http://www.ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos/relatorio_cidade_de_goias01.pdf>
Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás, n. 3, nov, 2013. (ISSN 2316-8706)

Demandas por Projetos de Pesquisa e de Extensão

Projetos de Pesquisa e de Extensão Vinculados aos Patrimônios Cultural e Ambiental

As instituições de ensino superior públicas que atuam na Microrregião do Rio Vermelho devem desenvolver projetos de pesquisa e de extensão que proporcionem suporte às atividades diretamente e indiretamente vinculadas aos patrimônios cultural e ambiental, com atenção no setor de turismo, na conservação e restauro e nas comidas tradicionais goianas.

Projetos de Pesquisa e de Extensão Vinculados ao Programa Territórios da Cidadania

A participação e fortalecimento das políticas ligadas ao programa Territórios da Cidadania por parte dessas instituições, conciliando as políticas de desenvolvimento sustentável propostas pelo programa com as matrizes curriculares dos cursos oferecidos e os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos, ocupa grande importância na Microrregião do Rio Vermelho.

Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Microrregião do Rio Vermelho

As instituições de ensino superior públicas presentes na Microrregião do Rio Vermelho devem promover o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) estabelecidos, daqueles que se encontram em processo de estabelecimento e dos potenciais da Microrregião do Rio Vermelho. Saliente-se que os APLs dessa Microrregião, em sua maioria, apoia-se sobre pequenas e médias propriedades urbanas e rurais, com destaque para aqueles que se vinculam direta e/ou indiretamente com as atividades vinculadas ao turismo, a agropecuária familiar e ao meio ambiente.

Os estágios de conformação dos APLs da Microrregião do Rio Vermelho não estão claramente apresentados nos órgãos que protagonizam o apoio e/ou organização de APLs. Qualquer classificação desses APLs quanto ao seu estágio de conformação, conforme apresentado a seguir, deve ser acompanhado de um estudo de campo.

Dentre os APLs estabelecidos, destaca-se: APL Lácteo de Goiás (Cidade de Goiás) e APL Carne de Jussara (Cidade de Jussara). Dentre os APLs em processo de estabelecimento destaca-se: APL Artesanato e Móveis de Goiás (Cidade de Goiás) e APL Apicultura de Serra Dourada (Cidade de Goiás). Dentre os APLs potenciais, destaca-se: APL Culinária de Goiás (Cidade de Goiás) e APL Turismo e Entretenimento (Cidade de Goiás).

Conformar um Plano Interinstitucional Voltado para o Desenvolvimento Regional/Local da Microrregião do Rio Vermelho

Conformar Planos Voltados para o Desenvolvimento Regional/Local da Microrregião do Rio Vermelho

As instituições de ensino superior públicas presentes na Microrregião do Rio Vermelho devem concorrer para a conformação de fóruns e outras instâncias e processos interinstitucionais e/ou populares voltados para a conformação de planos de desenvolvimento dessa Microrregião, capazes de identificar estrangulamentos e gargalhos e potencialidades e vocações, bem como de conceber e de dirigir políticas adequadas para os mesmos.

Conformar um Grupo de Trabalho do Câmpus Cidade de Goiás do IFG Voltado para a Criação de um Plano de Desenvolvimento da Microrregião do Rio Vermelho

O Câmpus da Cidade de Goiás do IFG pode concorrer para o debate e estudos acerca do desenvolvimento da Microrregião do Rio Vermelho por meio da criação de um grupo de trabalho que retome o projeto “Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local”. Esta iniciativa poderá vir a indicar ações sociais, econômicas e culturais, a serem promovidas em curto, médio e longo prazo pelo Câmpus da Cidade de Goiás do IFG, com vistas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo nessa microrregião.

BIBLIOGRAFIA

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Relatório de Pesquisa 1. 2009.

GOVERNO DE GOIÁS. **Plano Plurianual 2012-2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico**. Goiânia: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2012.

GOVERNO DE GOIÁS. Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (Sectec). Disponível em:
<<http://www.sectec.go.gov.br/portal/wp-content/uploads/2010/07/apls1.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/senadorcanedo.pdf>> Acesso em: nov. 2012.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**. Goiânia: IMB, 2012. Disponível em:

<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil_e_potencialidades_dos_munic%C3%ADpios_goianos.pdf> Acesso em: 12 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5362&Itemid=> Acesso em: 15 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/>> Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <www.mte.gov.br> Acesso em: 05 nov. 2012.

SEBRAE. **Programa de Estudos do Futuro**. Relatório Final. 2004.